



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO
DE RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO
LOCAL NA AMAZÔNIA**



MÔNICA GORETH COSTA RIBEIRO

**PROGRAMA ESCOLAS SUSTENTÁVEIS NA POLÍTICA PÚBLICA DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA: UMA ANÁLISE
EM TRÊS INSTITUIÇÕES DE ENSINO**

BELÉM

2018

MÔNICA GORETH COSTA RIBEIRO

**PROGRAMA ESCOLAS SUSTENTÁVEIS NA POLÍTICA PÚBLICA DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA: UMA ANÁLISE
EM TRÊS INSTITUIÇÕES DE ENSINO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, vinculado ao Núcleo de Meio Ambiente, da Universidade Federal do Pará, para obtenção do título de Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia.
Área de concentração: Gestão Ambiental

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Marilena Loureiro Silva
Co-orientador: Prof. Dr^º. Rodolpho Zahluth Bastos

BELÉM
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- R484p Ribeiro, Mônica Goreth Costa
Programa escolas sustentáveis na política pública de educação ambiental no município de Ananindeua :
uma análise em três instituições de ensino / Mônica Goreth Costa Ribeiro. — 2018
140 f. : il. color
- Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Gestão de Recursos Naturais e
Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM), Núcleo do Meio Ambiente, Universidade Federal do
Pará, Belém, 2018.
Orientação: Profa. Dra. Marilena Loureiro Silva
Coorientação: Prof. Dr. Rodolpho Zahluth Bastos.
1. Políticas Públicas. 2. Educação Ambiental. 3. Meio Ambiente. I. Silva, Marilena Loureiro, *orient.* II.
Título
-

MÔNICA GORETH COSTA RIBEIRO

**PROGRAMA ESCOLAS SUSTENTÁVEIS NA POLÍTICA PÚBLICA DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA: UMA ANÁLISE
EM TRÊS INSTITUIÇÕES DE ENSINO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, vinculado ao Núcleo de Meio Ambiente, da Universidade Federal do Pará, para obtenção do título de Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia.

Área de concentração: Gestão Ambiental

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marilena Loureiro Silva

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora Prof^a. Dr^a. Marilena Loureiro Silva
PPGEDAM/ ICED/UFPA

Prof^o. Dr^o. Mário Vasconcellos Sobrinho (Examinador Interno)
PPGEDAM/ NUMA/ UFPA

Prof^o. Dr^o. Mauro Guimarães (Examinador Externo)
PPGEDUC/UFRRJ

Dedico este trabalho a todas as pessoas que me ajudaram a chegar até aqui. Amigos e parentes que sempre torceram para que minhas conquistas se concretizassem.

AGRADECIMENTOS

A Prof^a. Marilena Loureiro pelo acolhimento, pela orientação, pelas inúmeras oportunidades que me proporcionou ao longo do mestrado, pelas palavras de conforto, pelos bons momentos juntos, pelo carinho e amizade. Muita gratidão.

Aos demais professores da banca Mario Vasconcelos, Mauro Guimarães e Altem Pontes, pelas importantes orientações e críticas feitas na qualificação e pelo interesse em participarem da minha banca.

Aos Professores Maria Henriqueta Raymundo e Alexandre Pedrini pelo incentivo de última hora, onde não contaram esforços em me dar as últimas referências /orientações, pelas sábias palavras e pelo carinho. E um agradecimento especial a querida Professora Helena Quadros do Museu Emílio Goeldi que sempre me deu muito apoio.

Às escolas do município por abrirem suas portas para a pesquisa.

Aos amig@s que estiveram comigo e me ajudaram direta ou indiretamente na pesquisa: Nayse Silva, Emily Nicole, Uzias Leite, Fernanda Miranda, Cristina Silva, Marcia Lopes, Elana Gracielle, Paula Silva, Hermógenes, Tahnity Haarad, Ana Carla, Aldo, Guta, Ellen, Luana de Lucca e a Herlem Ferro agradeço o apoio e pelas boas conversas.

Aos membros do Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia /NUMA pela oportunidade de ser aluna do programa e aos secretários do PPGEDAM sempre muito graciosos comigo.

Por fim, sou eternamente grata à minha família minha Mãe Fátima, Margareth Irmã, Pai Getúlio – In Memoriam, Amadeu e Arthur (meu filho), por torcerem, preocuparem-se e entenderem minhas ausências.

RESUMO

A referida pesquisa tem a premissa de verificar a execução do Programa Escolas Sustentáveis como política estruturante de Educação Ambiental em três instituições de ensino no município de Ananindeua. Os objetivos específicos foram: identificar os pressupostos filosóficos, teóricos, metodológicos do Programa Escolas Sustentáveis em esfera nacional e sua execução em três instituições de ensino do município de Ananindeua e identificar os indicadores de sustentabilidade escolar em 03 escolas objeto do Programa na esfera municipal, na perspectiva da discussão da escola como um espaço educador sustentável. Os procedimentos metodológicos adotados se deram a partir de abordagem qualitativa na qual foi realizada uma pesquisa do tipo exploratória que contou com uma pesquisa bibliográfica onde foi mantido um diálogo com diversos autores que tratam deste assunto. Em outro momento fomos a campo para conhecer e compreender as percepções dos envolvidos com a escola sobre Educação Ambiental, na qual foi desenvolvida a técnica de aplicação de questionário. Esse método foi escolhido porque possibilita o pesquisador uma compreensão mais ampliada acerca da importância que a educação possui na formação humana revelando ainda como é possível propor práticas de Educação Ambiental integrando aos conteúdos do currículo escolar. Autores como Libâneo (1994), Morin (2011), Oliveira (2006) Silva (2008), Leff (2001), Saviani (2005), Freire (1996), Veiga-Neto (1999), Gadotti (2004), Unesco (1998), Lakatos (2001), Gil (2002), Brasil (2013), Guimarães (2012) foram utilizados para qualificar o referencial teórico. Os resultados apontaram para a necessidade de interação e comunicação entre as mantenedores e as instituições, a realização de um planejamento efetivo que conte com o monitoramento da gestão e coordenação junto aos professores para ajuda-los a desenvolver um trabalho interdisciplinar como o exigido pelo compromisso dos professores para dialogar com os alunos de modo a estimular suas percepções sobre a importância de cuidar e preservar e tornar a escola sustentável.

Palavras-Chaves: Políticas públicas. Educação ambiental. Meio ambiente

ABSTRACT

This research aim to ascertain the realization of Sustainable School Programs as a structuring policy for environmental education in three educational institutions, located in the Ananindeua town. The specific objectives were: to identify the philosophical, theoretical and methodological assumptions of the Sustainable Schools Program in the national sphere and its implementation in the municipality of Ananindeua and to identify the indicators of school sustainability in 03 schools of the Program in the municipal sphere, from the perspective of the school discussion as a sustainable educator space. The methodological procedures adopted were based on a qualitative approach in which an exploratory research was carried out, which included a bibliographical research where a dialogue was held with several authors who deal with this subject. Another time we went to the field to know and understand the perceptions of those involved with the school on Environmental Education, in which the questionnaire application technique was developed. This method was chosen because it allows the researcher a broader understanding of the importance that education has in human formation, revealing how it is possible to propose environmental education practices integrating the contents of the school curriculum. The authors of this work are Libane (1994), Morin (2011), Oliveira (2006), Leff (2001), Saviani (2005), Freire (1996), Veiga-Neto (1999), Gadotti (1998), Lakatos (2001), Gil (2002), Brazil (2013), Guimarães (2012) were used to qualify the theoretical reference. The results pointed to the need for interaction and communication between the maintainers and the institutions, the realization of an effective planning that counts on the monitoring of the management and coordination with the teachers to help them to develop an interdisciplinary work as required by the commitment of the teachers to dialogue with students in order to stimulate their perceptions about the importance of caring for and preserving and making the school sustainable.

Key-words: Public policy. Environmental education. Environment

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Abertura da I C.M.I.J.M.A. 2008	44
Fotografia 2 – Delegados da I C.M.I.J.M.A. 2008	44
Fotografia 3 – Trabalho de paisagismo, com os alunos na Escola Municipal E2 / 2014	66
Fotografia 4 – Projeto Horta Escolar/ E1	66
Fotografia 5 – Projeto Horta Escolar/ E1	66
Fotografia 6 – Espaço de convivência dos alunos /E3	67
Fotografia 7 – Projeto de Horta Escolar da escola E3	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	– A Linha do tempo da implementação do PNES	44
Quadro 02	– Demonstrativo de Cursos em Educação Ambiental para professores	61
Quadro 03	– Plano de Ação das escolas que foram habilitados pelo MEC	64
Quadro 04	– Na sua opinião o que é uma escola sustentável?	82
Quadro 05	– Você acha que os professores e a escola estão preparados para o Programa Escolas Sustentáveis?	86
Quadro 06	– Como foi a experiência de coordenação, dos professores, no programa escolas sustentáveis?	89
Quadro 07	– Você tem conhecimento da existência de COM-VIDA na escola?	91
Quadro 08	– A escola fez alguma integração com a comunidade?	92
Quadro 09	– Que ações pedagógicas foram inseridas na rotina escolar?	93
Quadro 10	– Quais foram as dificuldades enfrentadas pelas escola?	96
Quadro 11	– Há quanto tempo a escola desenvolve Educação Ambiental?	98
Quadro 12	– Sobre a experiência de coordenação por parte dos professores	100
Quadro 13	– Opinião dos alunos sobre a integração comunidade-escola	102
Quadro 14	– O conhecimento dos alunos sobre a COM-VIDA na escola	103

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Como a escola foi provocada a trabalhar com Educação Ambiental?.....	104
Gráfico 2 – Como a Educação Ambiental é desenvolvida na escola?.....	105
Gráfico 3 – Inserção da Educação Ambiental?.....	107
Gráfico 4 – A gestão atua na formação continuada?.....	108
Gráfico 5 – Iniciativa da Educação Ambiental na escola.....	109
Gráfico 6 – Objetivos da Educação Ambiental na escola.....	110
Gráfico 7 – Desenvolvimento da Educação Ambiental na escola.....	111
Gráfico 8 – Sobre os projetos da disciplina.....	112
Gráfico 9 – Meios de participação comunidade/escola nos projetos de Educação Ambiental	113
Gráfico 10 – Principais Dificuldades.....	114

LISTA DE SIGLAS

CFB	- Ciências Físicas e Biológicas
CGEA	- Coordenação Geral de Educação Ambiental
CIEA	- Comissão Interministerial de Educação Ambiental
CMREI	- Centro Municipal de Referência Educação Infantil
CNIJMA	- Conferência Nacional Infante Juvenil pelo Meio Ambiente
CNMA	- Conferência Nacional de Educação Ambiental
COM-VIDA	- Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de vida
CREI	- Centro de Referência em Educação Infantil
E.F.B.	- Estrada de Ferro Belém-Bragança
EA	- Educação Ambiental
EJA	- Ensino de Jovens e Adultos
HP	- Hora Pedagógica
IBAMA	- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH-M	- Índice de Desenvolvimento Humano
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases
MEC	- Ministério da Educação
MMA	- Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
OG	- Órgão Gestor
OMC	- Organização Mundial do Comércio
ONU	- Organização das Nações Unidas
PCN	- Parâmetros Curriculares Nacionais
PDA	- Plano Diretor de Ananindeua
PDDE	- Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE	- Programa de Desenvolvimento da Educação
PIEA	- Programa Internacional de Educação Ambiental
PMV	- Programa Municípios Verdes
PNEA	- Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA	- Política Nacional de Meio Ambiente

PRONEA	- Programa Nacional de Educação Ambiental
REASUL	- Rede de Educação Ambiental da Região Sul
REBEA	- Rede Brasileira de Educação Ambiental
REPEA	- Rede Paulista de Educação Ambiental
SECADI	- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEMED	- Secretaria Municipal de Educação de Ananindeua
SEMED	- Secretaria Municipal de Educação
UEI	- Unidade de Educação Infantil
UFPA	- Universidade Federal do Pará
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	ENSINAR E APRENDER: UMA RELAÇÃO COM EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE.....	24
2.1	Agenda 21: uma comissão comprometida com a preservação da vida..	33
2.2	A Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente como processo formativo de estudantes e enraizamento da ideia de escola sustentável.....	38
3	COMPREENSÃO SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SEU ENCONTRO COM A PROPOSTA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA.....	49
3.1	Contexto histórico e socioeconômico do município de Ananindeua.....	55
3.2	Encaminhamentos legais relacionados a Educação Ambiental em âmbito nacional e as ações desenvolvidas em Ananindeua.....	62
4	EXPERIÊNCIAS DE TRÊS ESCOLAS VINCULADAS AO PROGRAMA NO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA.....	72
4.1	O contexto escolar	72
4.2	Os atores envolvidos com a escola	72
4.3	Análises das questões subjetivas	74
4.3.1	Dialogando com a gestão sobre as práticas de Educação Ambiental na escola.....	74
4.3.2	Discutindo a Educação Ambiental com a docência.....	81
4.3.3	A concepção dos alunos a respeito da Educação Ambiental	98
4.3.4	Análise das Questões Objetivas	104
4.4	Sugestões/Propostas.....	114
4.4.1	A relação entre Ministério da Educação e as ações promovidas pela Secretaria Municipal de Educação.....	115
4.4.2	A presença da Secretaria de Educação nas ações de Educação Ambiental nas escolas	115
4.4.3	O comprometimento da gestão escolar em relação as ações de Educação Ambiental	116
4.4.4	O diálogo entre gestão e docência com foco na Educação Ambiental	116
4.4.5	O processo de ensinar e aprender na Educação Ambiental	117
4.4.6	O aluno como sujeito do conhecimento em Educação Ambiental	117

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
	REFERÊNCIAS	123
	ANEXO A – Carta de apresentação.....	129
	ANEXO B – Questionário gestor.....	130
	ANEXO C – Questionário docente.....	131
	ANEXO D – Questionário discente.....	132
	ANEXO E – Proposta de Projeto Escola Sustentável.....	133

1 INTRODUÇÃO

Segundo Freire (2005, p. 11), se a educação sozinha não transforma a sociedade sem ela tampouco a sociedade muda e é nesse sentido que a educação é um processo que possibilita a autonomia para a transformação humana visando qualificar o indivíduo a adotar posturas adequadas diante de um fato, acontecimento ou realidade. É também uma ferramenta de trabalho importante para proporcionar transformações políticas, culturais, sociais, tecnológicas, e científicas no meio ambiente. Entretanto, a educação sozinha não transforma a sociedade pois neste contexto se desenrolam comportamentos, concepções, percepções, entendimentos e compreensões diferenciadas que, dependendo das situações previstas, podem refletir de maneira positiva ou negativa na coletividade, que o ser humano não tem a capacidade de elaborar ideias que proporcionem a mudança no mundo de forma isolada, é preciso que ele compartilhe com outros que fazem parte da sua espécie.

Conceber e implementar alterações nas formas de ensinar e aprender presentes na educação, suscita, também, profundas transformações no currículo, no conteúdo, nos métodos de ensino formal aquele que necessita de aparatos (professor, espaço, currículo) e informal (informações e conhecimentos obtidos no cotidiano) bem como nas maneiras de avaliar as aprendizagens e monitorar o desenvolvimento humano, pois, a educação deve ser compreendida enquanto um tempo e um espaço destinados a alcançar um determinado objetivo, que a cada momento histórico vivido a educação também muda.

Nessa lógica se coloca em cheque direitos e deveres voltados para os interesses da coletividade nos quais a educação que ocorre na escola ou nos outros meios sociais ganham destaque na medida em que permitem construir conhecimento, uma vez que, ao aprender se torna possível refletir, analisar, questionar e, por conseguinte, adotar posicionamentos de acordo com as exigências da sociedade em um mundo de contradições e descontínuo que não dá conta de acolher a todos de forma igualitária. Neste jogo de desigualdades onde cada vez mais o homem é explorado pelo próprio homem, trabalhadores sendo pouco remunerados pelo trabalho que desenvolvem, políticos enriquecendo por conta da corrupção não há como negar que a educação pode ser o caminho capaz de levar a mudança de pensamento e de práticas sociais e ao mesmo tempo revelar que é possível construir novas configurações nos diversos espaços de convivência¹.

¹ Espaços de Convivência como recurso teórico e metodológico para a Educação Ambiental, validam as manifestações dos sujeitos, as imagens a partir dos encontros, das experiências, das trocas, das vivências e dos seus desdobramentos como contexto de aprendizagem, para além do que se poderia defini-los por sua possibilidade instrumental ou pragmática (Tristão & Fassarella, 2006).

Retomando a compreensão acerca da importância que a educação possui, é possível reconhecer que sem este processo que determina a quantidade de conhecimentos adquiridos não é possível se adaptar ao mundo pois os conhecimentos que se desenvolvem neste cenário se tornam essenciais à necessidade humana. É por isso que, enquanto vivemos, estamos aprendendo e aperfeiçoando saberes, que começam a ser adquiridos na família, escola e nos outros âmbitos que fazemos parte. Assim a educação fornece subsídios para que possamos nos apossar de informações que conduzem a nossa vida, seja nos aspectos sociais, culturais, científicos, econômicos, religiosos e etc. desse modo, aquisição dos conhecimentos contribui para que tenhamos um perfil humano para interagir no meio em que vivemos.

Todo o ser humano tem a capacidade de viver coletivamente, estas relações lhe permite agir e pensar diante das mais variadas situações que são previstas, devendo portanto analisar, criticar, revolucionar, estudar, ser preparado, especialmente por meio da educação formal e informal que se constituem como processos humanos importante que possibilitam a este se tornar responsável por seus atos desde a infância, na juventude e na idade adulta para elaborar pensamentos autônomos e críticos e formular juízos de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias que envolvam os cuidados e preservação da vida e do meio ambiente.

De acordo com a proposta metodológica o estudo se encontra organizado da seguinte forma:

Inicialmente é apresentada uma discussão denominada Ensinar e Aprender: uma relação com educação e meio ambiente na qual ganha destaque os encaminhamentos previstos na Agenda 21 que se caracteriza como uma relevante proposta em benefício das causas ambientais. Em outro momento são valorizadas as Conferências Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, pois estes eventos contribuem significativamente para motivar crianças e jovens a perceberem o quanto é importante cuidar e preservar. Nesse contexto evidenciam-se as políticas estruturantes de Educação Ambiental e a construção do Programa Escolas Sustentáveis para mostrar que ações estão sendo promovidas para beneficiar a Educação Ambiental por meio de programas que priorizem a sustentabilidade.

A seguir propomos um diálogo para compreender sobre a história da Educação Ambiental e seu encontro com a proposta de educação do município de Ananindeua captando um contexto histórico e socioeconômico presente neste local e que reflete na sala de aula, a partir da implementação do Programa Escolas Sustentáveis que vem sendo desenvolvido em algumas instituições apresentando pontos positivos e negativos por conta dos direcionamentos

e das interações mantidas entre as instituições provedoras responsáveis pela manutenção, desenvolvimento e execução dos mesmos.

Os procedimentos metodológicos adotados se deram a partir de abordagem qualitativa na qual foi realizada uma pesquisa do tipo exploratória que contou com uma pesquisa bibliográfica onde foi mantido um diálogo com diversos autores que tratam com propriedade sobre este assunto. Em outro momento fomos a campo para conhecer e compreender as percepções dos envolvidos com a escola sobre Educação Ambiental, na qual foi desenvolvida a técnica de aplicação de questionário. Esse método foi escolhido porque possibilita o pesquisador uma compreensão mais ampliada acerca da importância que a educação possui na formação humana revelando ainda como é possível propor práticas de Educação Ambiental integrando aos conteúdos do currículo escolar.

A busca de realização dos objetivos estabelecidos orientou para a adoção da abordagem qualitativa cujo objetivo é: “[...] a compreensão, exploração e especificação do fenômeno, [uma vez que] o pesquisador precisa tentar compreender o significado que os outros dão às suas próprias situações” (SANTOS FILHO; GAMBOA, 1995, p.42). A abordagem qualitativa, ao procurar dar voz e vez a todas as pessoas envolvidas nas relações sociais existentes representa, em parte, o ideal democrático que encerra o pensamento e a atitude sociais almejados. Segundo Triviños (1987, p. 130), “[...] um dos grandes postulados da pesquisa qualitativa é a de sua atenção preferencial pelos pressupostos que servem de fundamentos à vida das pessoas”.

Diante do método a ser trabalhado pretende-se desenvolver uma pesquisa exploratória que visa o acesso mais próximo com o problema investigado e oferece informações sobre determinada temática, dentro de uma abordagem qualitativa que opera uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais, apoiados no pressuposto do aspecto subjetivo da ação social, visto que, foca fenômenos complexos e únicos. Complementando teremos a abordagem quantitativa que enfatiza os indicadores numéricos ou percentuais sobre determinado fenômeno pesquisado. Outra sugestão metodológica persiste no desenvolvimento da pesquisa documental que segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica.

Cabe ressaltar que, enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes são constituídas, sobretudo por material impresso localizado nas bibliotecas, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas (GIL, 2002). Tem como objetivo investigar fontes primárias, que se constituem de dados que não foram codificados, organizados e elaborados para os estudos científicos como: documentos, arquivos, desenhos, fotografias, epitáfios, correspondências, entre outros, para poder descrever e analisar as situações, fatos e

acontecimentos anteriores, comparando-se com os dados da realidade. A vantagem da pesquisa documental está em seu custo, pois como é análise dos documentos, em muitos casos, além da capacidade do pesquisador, exige apenas disponibilidade de tempo, o custo da pesquisa se torna significativamente mais baixo, quando comparado com o de outras pesquisas. Outra vantagem da pesquisa documental é não exigir contato com os sujeitos objetos da pesquisa.

A necessidade de mergulhar no contexto educacional para melhor e mais profundamente compreender o processo de avaliação da aprendizagem pretende ser orientado para a escolha do estudo de caso, pois se buscava o desvelamento e a compreensão em profundidade, de situação: concreta, real, específica, complexa e em efetivação (STAKE, 1998). Projeta-se entender e interpretar o objeto a ser analisado, em função de derivações possíveis em termos de alteração e/ou ampliação dos conhecimentos. O estudo de caso constitui a pesquisa aprofundada de uma situação específica, ou de um conjunto de situações, com o propósito de proporcionar informações que permitam analisar e julgar o mérito ou o valor de propostas em andamento (ANDRÉ, 2005). Assim torna-se possível compreender as alterações efetivas nas concepções e práticas dos sujeitos escolares percebendo suas conquistas e permanências em nível de discurso e em nível de ação.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) destina recursos financeiros, em caráter suplementar, a escolas públicas da educação básica (e casos específicos) para uso em despesas de manutenção do prédio escolar e de suas instalações (hidráulicas, elétricas, sanitárias etc.); de material didático e pedagógico; e também para realização de pequenos investimentos, de modo a assegurar as condições de funcionamento da unidade de ensino, além de reforçar a participação social e a autogestão escolar. Os repasses são feitos anualmente, em duas parcelas iguais. O Programa se subdivide em “Ações Agregadas ao PDDE” que objetivam transferências financeiras para fins específicos na qual se classificam em três grupos: o Novo Mais Educação, que compreende as atividades de educação integral em jornada ampliada; o PDDE Estrutura, constituído das ações Água na Escola, Escola do Campo, Escola Sustentável e Escola Acessível; e o PDDE Qualidade, composto das ações Atleta na Escola, Ensino Médio Inovador, Mais Cultura nas Escolas e Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola). (BRASIL, 2018, não paginado).

Eis que no ano de 2013 essa política pública do governo federal chega ao município de Ananindeua no qual o Ministério da Educação e Cultura (MEC) valida o plano de ação das escolas, última etapa do processo de tramitação, que fizeram a adesão. Foi um total de treze escolas do ensino fundamental onde elas foram habilitadas a receberem os recursos do PDDE - Escolas Sustentáveis (que prevê recursos a serem empregados à melhoria da qualidade do ensino e à promoção da sustentabilidade socioambiental, considerando a gestão, o currículo, o espaço físico e a relação com a comunidade do entorno da escola) Deste universo, foram

selecionadas três escolas municipais (E1, E2 e E3) para serem campo de investigação dessa pesquisa, por apresentarem características como envolvimento no processo da Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente ou estarem situadas em zona de risco.

As principais ações do PDDE Escolas Sustentáveis estão voltadas para:

I – Apoiar a criação e o fortalecimento da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (COM-VIDA), coletivo escolar que, entre outras atribuições, deve promover o diálogo e pautar decisões sobre a sustentabilidade socioambiental, a qualidade de vida, o consumo e a alimentação sustentáveis e o respeito aos direitos humanos e à diversidade;

II – Promover possível adequação no espaço físico da escola, visando à destinação apropriada de resíduos da escola, eficiência energética, uso racional da água, luminosidade, conforto térmico e acústico, mobilidade sustentável e estruturação de áreas verdes; e

III – Promover a inclusão da temática socioambiental no projeto político-pedagógico da escola (BRASIL, 2014, p. 4).

A E1 foi fundada em 1971 e está localizada no bairro da Guanabara, Rua Pedreirinha s/nº. Neste espaço o qual a escola se localiza é urbanizado, com ruas pavimentadas e iluminadas, possui uma área verde que está passando por mudanças em virtude das melhorias que estão sendo feita na principal via de acesso o prolongamento da Av. João Paulo II. Ao entorno da escola constata-se casas de alvenaria com infraestrutura padrão. Os moradores apresentam condições econômicas de baixa renda. Havendo um índice significativo de violência e criminalidade que contribui para comprometer a segurança dos sujeitos que compõem a escola e também do bairro. Em seu entorno também encontramos empresas distribuidoras, bares, mercadinho, lanchonetes como forma de dinamizar a economia do bairro tendo em vista que neste entorno não é encontrada feira. Seu quadro de recursos humanos é integrado por 1 gestor, 1 administrado escolar, 2 coordenadoras pedagógicas, 8 funcionários de apoio, 5 auxiliares de secretaria e 30 professores, atendendo a um total de 527 alunos. Todos os alunos são originários do próprio bairro, não ocorrendo migração de bairros do entorno. A estrutura física da escola é composta de uma 1 secretaria, 1 sala de coordenação pedagógica, 1 sala dos professores, 1 refeitório, 5 banheiros, quadra de esportes, 5 salas de aula, laboratório de informática, 1 biblioteca e 1 sala multifuncional. A escola recebe verbas do governo federal através do programa mais educação, PDDE - Escolas sustentáveis. Trabalha a questão ambiental da Proposta Curricular da Rede de ensino através de seu planejamento pedagógico anual e nas disciplinas de CFB (ciências físicas e biológicas) e geografia.

A E2 foi fundada em 01/02/1988 se localiza na Rod. Mário Covas dentro do Conj. Habitacional Jardim América. A instituição se localiza em um bairro antigo no qual a sua

implantação teve origem. Em seu entorno temos supermercados, hospitais, farmácias, postos de saúde, hotel, vários residenciais. O entorno da escola é formado por ocupações irregulares onde as pessoas apresentam condições de vida precárias que são refletidas em situações vivenciadas também na escola, como por exemplo, violência, drogas, assaltos que de modo geral refletem no chão da sala de aula. A equipe de recursos humanos é composta de 1 gestora, 40 professores, 3 coordenadores, 11 funcionários de apoio, 6 do administrativo. O universo de estudantes é de 628 vindo de outras comunidades como Jiboia Branca, Novo Brasil, Cabanagem. A estrutura física da escola conta com: 8 salas de aula, 1 quadra, 1 sala de leitura, 1 sala de informática, 1 sala multifuncional, 1 copa, 1 sala dos professores, 1 sala da direção. A escola recebe verba do governo federal do Programa Mais Educação, PDDE Escolas Sustentáveis. Trabalha a questão ambiental dentro proposta curricular da rede de ensino através de Gincana Ambiental, no Planejamento Pedagógico Anual.

A E3 está localizada no Conjunto Cidade Nova VI, we 72 s/n, bairro Coqueiro, a escola está situada em uma área urbanizada, próximo de posto de saúde, supermercados, farmácias, lanchonetes, consultórios, lojas. A escola convive com situações de violência, como assaltos, drogas mesmo estando situada próximo está vulnerável a esses acontecimentos. Foi fundada no dia 10/04/2012, tem no seu quadro de recursos humanos 1 gestor, 1 vice-diretor, 3 coordenadores, 43 professores e 10 profissionais de apoio. Atende a 900 alunos originados do conjunto Icuí-Guajará, PAAR, Icuí-laranjeira, Maguary, Curuçambá e Cidade Nova. A mesma tem a sua estrutura física representada por 13 sala de aula, 1 biblioteca, 1 sala de informática, 1 copa, 1 depósito, 1 quadra de esportes, 1 sala de coordenação, 1 sala de professores, 1 sala de direção. A escola recebe todas as verbas que tem direito advinda do Ministério da Educação. Dentro da Proposta Curricular da Rede de Ensino a escola trabalha a questão ambiental de acordo com as exigências da Secretaria Municipal de Educação.

Sendo assim, foi realizada uma pesquisa de campo que é assim denominada porque a coleta de dados é feita no campo. O campo é o espaço ou local em que o pesquisador fará a pesquisa. Conforme Gil (2002), o planejamento do estudo de campo apresenta considerável flexibilidade, podendo ocorrer mesmo que seus objetivos sejam reformulados ao longo da pesquisa. O estudo de campo tende a utilizar muito mais técnicas de observação do que de interrogação. Neste procedimento investigativo, o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, uma vez que é importante ele mesmo ter tido uma experiência direta com a situação em estudo.

De acordo com Lakatos (2001, p.15), o estudo de campo “trabalha com a observação dos fatos sociais colhidos no contexto natural [...] sem qualquer interferência, apresentados simplesmente como eles se sucedem em determinada sociedade”. De modo geral, sua realização requer muito mais tempo do que um levantamento e como na maioria das vezes os dados são coletados por um único pesquisador, sempre há o risco de subjetivismo na análise e interpretação dos resultados da pesquisa.

O instrumento utilizado para coleta de dados no decorrer da pesquisa de campo foi o questionário que é o conjunto de perguntas sobre o problema, previamente elaboradas, para serem respondidas por um informante em forma de escrita. É uma técnica de investigação que tem por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses de acordo com a realidade pesquisada (LAKATOS, 2001, p. 12). Nesse contexto o universo da pesquisa foi constituído por 50 sujeitos envolvidos com a escola entre esses destacam-se: gestão, coordenação, docentes, discentes. Esses sujeitos foram selecionados porque com suas experiências podem contribuir significativamente na ampliação de conhecimentos e informações relacionadas ao assunto em foco. Sendo assim estes foram informados via documentação sobre a pesquisa bem como a importância de suas respectivas colaborações no sentido de qualificar o estudo científico realizado. Entretanto, no momento de devolução do instrumento de pesquisa alguns sujeitos não devolveram o questionário, outros devolveram o questionário em branco, argumentando não ter tempo e nem conhecimento suficiente para responde-lo.

Desta forma munida da coleta de dados representada pelas informações contidas nos questionários devolvidos, as informações foram analisadas e contextualizadas a partir de um referencial teórico representado de forma estatística por meio de gráficos ou tabelas e as variáveis que serviram de análise foram a categoria de gestor, categoria de professores e de alunos. Estas informações foram contempladas por um comentário analítico elaborado a partir das impressões do pesquisador, visto que este manteve o contato direto com o fenômeno da Educação Ambiental em campo. Diante da coleta de dados realizada por meio da aplicação de questionários obteve-se o seguinte: os resultados foram acompanhados de uma discussão relacionada as vivências adquiridas no espaço da escola e as experiências dos autores que foram relacionadas também ao cotidiano escolar. Por fim, apresentamos as considerações finais onde são demonstrados os conhecimentos adquiridos no decorrer de todo o processo de estudo que resultou esta pesquisa. Encerrando o trabalho contemplamos as referências que foram utilizadas como suporte teórico e qualificaram o referido estudo.

No contexto da escola sustentável a comunicação pode ser uma forma eficaz para mediar ações relacionadas aos encaminhamentos previstos pela escola, entretanto sabe-se que a comunicação precisa melhorar pois esta ausência reflete em um diálogo deficiente que contribui para que as ações voltadas para a Educação Ambiental não sejam priorizadas. Essa é uma discussão importante para se pensar a efetivação de uma política pública, pois a comunicação deve ser aliada e parceira dentro e fora da instituição. Dentro porque, uma escola sustentável não se desenvolve sozinha, precisa de interlocutores para a execução de tarefas para alcançar um determinado fim que é a sustentabilidade. Fora porque, a escola está inserida em um contexto social, e por conta disso também não trabalha sozinha. E quando a instituição adere um perfil de escola sustentável ela precisa se comunicar de diversas formas para alcançar metas.

Diante do exposto é necessário considerar que ainda há um longo caminho a ser percorrido quando se fala em uma proposta de sustentabilidade, visto que, a escola representada por seus colaboradores infelizmente ainda não está preparada para a sustentabilidade, porque ela se encontra diante de uma diversidade de transformações que convida as pessoas a cada vez mais se tornarem não sustentáveis, por conta do modo de vida que levam, das experiências vividas que não são as mesmas mas principalmente pela necessidade de sobrevivência. Todas essas questões convidam a fazer profundas reflexões porque a sustentabilidade tem uma grande inimiga que a cultura de não sustentabilidade. Por todos esses entraves é que a escola encontra sérias dificuldades tanto para se tornar sustentável, como para formar cidadãos sustentáveis.

Diante dos problemas que a escola enfrenta para se tornar sustentável é necessário a criação de uma cultura escolar que prime pela comunicação dentro de seu espaço para que as ações de sustentabilidade sejam bem articuladas e possam trazer efeitos positivos a comunidade escolar pois é conhecido que a escola não preparada para a sustentabilidade não cria metas para desenvolver uma proposta educativa que valorize a Educação Ambiental. Como a escola está dentro de uma sociedade degradada é preciso que no ambiente educativo as pessoas se comuniquem para combater a crise socioambiental que está seriamente afetada pelo consumismo, capitalismo e as desigualdades sociais, e que parece estar cada vez mais alarmante nos últimos tempos deste século.

Nessa perspectiva constata-se que as relações escolares são complexas pois a educação está diante de um grande desafio que é contribuir na formação dos alunos trabalhando um currículo dinâmico que dê conta de propor uma comunicação eficaz, de envolver questões que possibilitem a mudança de paradigmas instalados historicamente e que

priorizam a conservação de valores, o estabelecimento de hierarquias, relações de poder que se não forem bem administrados se tornam obstáculos para que a escola esteja preparada para a sustentabilidade.

A questão que deu origem a esta pesquisa partiu do seguinte questionamento: Como se dá a comunicação para ampliar o diálogo sobre a execução do Programa Escolas Sustentáveis com foco em três instituições públicas no município de Ananindeua?

O objetivo geral consiste em verificar a execução do Programa Escolas Sustentáveis, uma política pública estruturante de Educação Ambiental em três instituições de ensino no município de Ananindeua.

São os seguintes os objetivos específicos:

- Identificar os pressupostos filosóficos, teóricos, metodológicos do Programa Escolas Sustentáveis em esfera nacional e sua execução no município de Ananindeua.
- Identificar os indicadores de sustentabilidade escolar em 03 escolas objeto do Programa na esfera municipal, na perspectiva da discussão da escola como um Espaço Educador Sustentável.

2 ENSINAR E APRENDER: UMA RELAÇÃO COM EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE

No decorrer de toda a existência, a humanidade mantém relações importantes com o meio ambiente por entender que é neste espaço que ele retira tudo o que necessita para sobreviver. Por conta disto, ele acaba comprometendo sua relação com a natureza especialmente no que diz respeito ao cuidar e preservar colocando em primeiro plano os seus interesses que muitas vezes partem do individual enquanto que o coletivo fica vulnerável porque ele não leva em consideração que, não é possível viver no mundo de maneira isolada, mas que é preciso pensar e agir pela coletividade.

Diante do exposto será mantido um diálogo para melhor entender como são estendidas as relações entre educação e meio ambiente, tendo em vista que a Educação Ambiental é um processo constante de ensinar e aprender. Ante os múltiplos desafios do futuro como mudanças de paradigmas, maior compreensão entre as pessoas, o respeito ao meio ambiente motivado pela vontade de preservar, a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social.

Não como um “remédio milagroso”, não como um “abre-te-sésamo” de um mundo que atingiu a realização de todos os seus ideais, mas, entre outros caminhos e para além deles, como uma via que conduza a um desenvolvimento humano mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões, as guerras (UNESCO, 1998, p. 11).

Neste contexto que envolve conhecimentos diversificados, há de se considerar a relevância e o empoderamento² da Educação Ambiental como proposta essencial no saber humano, visto que a complexidade de pensamentos relacionados ao cuidado, prevenção e preservação de onde se vive é um pressuposto importante, porém complexo e envolve diversos interesses e intenções, para que se possa oferecer as futuras gerações que virão um mundo melhor, mais fraterno humanizado que tenha a capacidade de respeitar a vida.

De acordo com Leff (2003, p.15):

A crise ambiental é a crise do nosso tempo, o risco ecológico questiona conhecimento do mundo. Esta crise se apresenta a nós como um limite no real que

² O termo empoderamento vem sendo empregado pelos educadores ambientais com referência à construção de uma Educação Ambiental crítica e emancipatória. No contexto social e político em que se inserem as ações no campo ambiental, empoderamento significa propiciar a criação de um campo pedagógico – com o arranjo de condições materiais, não materiais e organizacionais – por meio do qual ocorra um envolvimento dos potenciais de poder dos envolvidos. (Dicionário socioambiental, 2008).

re-significa e re-orienta o curso da história: limite do crescimento econômico e populacional; limite dos desequilíbrios ecológicos e das capacidades de sustentação da vida. Limite da pobreza e da desigualdade social. Mais também a crise do pensamento ocidental: da determinação metafísica que, ao pensar o ser como ente, abriu a via da racionalidade científica e instrumental que produziu a modernidade como uma ordem coisificada e fragmentada como forma de domínio e controle sobre o mundo (LEFF, 2003, p.15).

Em contrapartida, Santos (2006, p.34) afirma que nos encontramos numa fase de transição paradigmática, entre o paradigma da modernidade, cujos sinais de crise parecem evidentes, e um novo com um perfil vagamente descortinável, ainda sem nome e cuja ausência de nome se designa por pós-modernidade. Essa transição é muito clara no domínio epistemológico por de baixo de um brilho aparente, a ciência moderna, que o projeto da modernidade considerou ser a solução privilegiada para a progressiva e global racionalização da vida social e individual, tem-se vindo a converter, ela própria, num problema sem solução gerador de recorrentes irracionalidades.

Freire (1996, p.26) provoca reflexões afirmando que “quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade”. Quanto mais criticamente se exerça a capacidade de aprender tanto mais se constrói e desenvolve o que este trabalho chama de “curiosidade epistemológica”, sem a qual não alcançamos o conhecimento cabal do objeto, esse conhecimento refere-se ao entendimento que o homem absorve diante de determinadas situações levando em conta primeiramente os seus interesses para depois pensar no coletivo. Isso implica pensar que diante dos fatos é necessário fazer escolhas que se desdobram de acordo com o contexto no qual um fato ou acontecimento ocorre.

Essa reflexão é importante na medida em que percebemos comportamentos humanos complexos na qual o homem mantém uma relação difícil destruindo o que de mais importante a natureza pode lhe oferecer. Com isso ele destrói, não preserva, provoca as guerras, não sabe lidar com os fenômenos naturais, polui os rios e mata os animais todas essas questões são consequências de um pensamento político, capitalista e econômico adquirido a partir de interesses de uma minoria.

Acrescenta Veiga-Neto (1999, p.268):

Que seja na educação escolar, seja no espaço social mais amplo, quase sempre tais fenômenos como a violência, a fome, as epidemias, a poluição, a discriminação, o preconceito, não é vista como construções ou invenções históricas, mas são tomados como naturais, como verdades e necessidades por si mesmos; sendo assim, em geral eles não são radicalmente problematizados. Além disso, eles são colocados sob

juízo que, afinados com o pensamento tipicamente dicotômico moderno, só admitem um “contra” ou um “a favor”. Então, por exemplo, quem estuda as políticas e práticas de inclusão social e escolar é geralmente solicitado a se posicionar terminantemente com um “sou contra” ou “sou a favor”. Quando se trata de educação é preciso levar em conta os relacionamentos sociais, pois estes revelam histórias de lutas e conquistas que ocorreram no passado por grupos sociais que se viram injustiçados e discriminados.

Soma-se ao exposto acima o que nos disse Morin (2011), quando afirma que o homem é, “a um só tempo, físico, biológico, psíquico, cultural, social e histórico”. Esta unidade complexa da natureza humana é totalmente desintegrada na educação por meio das disciplinas, tendo-se tornado impossível aprender o que significa ser humano. É necessário “restaurá-la, de modo que cada um, onde quer que se encontre, tome conhecimento e consciência ao mesmo tempo, de sua identidade complexa e de sua identidade comum a todos os outros humanos” (MORIN, 2011, p. 16).

As relações sociais no capitalismo são fortemente marcadas pela divisão da sociedade em classes, onde capitalistas e trabalhadores ocupam lugares opostos no processo de produção, conforme Libâneo (1994) quando afirma que:

A classe social proprietária dos meios de produção retira seus lucros da exploração do trabalho da classe trabalhadora. Esta à qual pertencem a maioria da população brasileira, é obrigada a trocar sua capacidade de trabalho por um salário que não cobre as suas necessidades vitais e fica privada, também, da satisfação de suas necessidades espirituais e culturais. A alienação econômica dos meios e produtos do trabalho dos trabalhadores, que é ao mesmo tempo uma alienação espiritual, determina desigualdade social e consequências decisivas nas condições de vida da classe trabalhadora. Este é o traço fundamental do sistema de organização das relações sociais em nossa sociedade (LIBÂNEO, 1994, p.20).

Entende-se então que a educação reúne um conjunto de conhecimentos específicos, similares que ajudam o ser humano a compreender o mundo e interagir com as pessoas, pois é fato que no decorrer da vida ele vai adquirindo saberes que possibilitam a ele uma convivência pacífica ou complexa que também são resultantes de um acelerado processo histórico cultural vivido através dos tempos. Porém, cabe considerar que a educação de um modo ou de outro é um mapa de saberes que podem ser conduzidos de diversas formas visando atender às necessidades humanas, sejam estas das mais complexas até as mais simples. Simultaneamente, compete-lhe encontrar e assinalar as referências que impeçam as pessoas de ficar submergidas nas ondas de informações, mais ou menos efêmeras, que invadem os espaços públicos e privados e as levem a orientar-se para projetos de desenvolvimento individuais e coletivos. À educação cabe fornecer, de algum modo, os

mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele (UNESCO, 1998, p. 89).

O que é indubitável é que atualmente a humanidade se encaminha para um mundo de urbanização generalizada. Se nos guiarmos pelos informes mundiais sobre assentamentos humanos das Nações Unidas veremos que, no início deste terceiro milênio, pouco mais da metade da população mundial habita em áreas urbanas. Isso não significa que o espaço e as populações rurais tenham desaparecido totalmente, pois estas continuam a fazer parte do sistema de relações econômicas, políticas, culturais e de comunicação que se organizam em relação com os centros urbanos (GADOTTI, 2004, p. 16).

Este autor chama atenção para o caminho que a humanidade percorre atualmente que é resultado de um modo de vida urbanizado onde o meio ambiente é extremamente afetado em virtude dos comportamentos humanos. Com isso é observado um crescimento desordenado de pessoas onde estas vivenciam inúmeros problemas como a miséria, a fome, as guerras, a violência, que refletem negativamente na questão ambiental e que afeta pessoas de diferentes idades, cor e raça independentemente de condição social pois todas são seres humanos e precisam viver em um ambiente que garanta a preservação da sua espécie.

De acordo com a Unesco (1998, p. 90) “A educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão, de algum modo, essenciais para o indivíduo, os pilares do conhecimento: *aprender a conhecer*, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; *aprender a fazer*, para poder agir sobre o meio envolvente; *aprender a viver juntos*, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente *aprender a ser*, via essencial que integra as três precedentes. É claro que estas quatro vias do saber constituem apenas uma, dado que existem entre elas múltiplos pontos de contato, de relacionamento e de permuta”.

Os pilares do conhecimento são importantes na medida em que percebemos o ser humano como alguém portador de peculiaridades, de diferenças que nos mostram ser cada indivíduo singular na sua forma de pensar, criticar, sonhar, acreditar e, por conseguinte, interagir com o mundo e outras pessoas. Nessa lógica os conhecimentos interagem de acordo com os interesses de cada pessoa. Talvez seja por isso que qualquer que seja a prática educativa proposta esta deve ser significativa e prazerosa para que o sujeito aprenda a conhecer, aprenda a fazer, aprenda a viver junto e por fim aprenda a ser.

Nesta conexão, aprender a conhecer refere-se a um tipo de aprendizagem que visa não tanto a aquisição de um repertório de saberes codificados, mas antes o domínio dos próprios instrumentos do conhecimento pode ser considerado, simultaneamente, como um

meio e como uma finalidade da vida humana. Meio, porque se pretende que cada um aprenda a compreender o mundo que o rodeia, pelo menos na medida em que isso lhe é necessário para viver dignamente, para desenvolver as suas capacidades profissionais, para se comunicar. Finalidade, porque seu fundamento é o prazer de compreender, de conhecer, de descobrir. Apesar dos estudos sem utilidade imediata estarem desaparecendo, tal a importância dada atualmente aos saberes utilitários, a tendência para prolongar a escolaridade e o tempo livre deveria levar os adultos a apreciar, cada vez mais, as alegrias do conhecimento e da pesquisa individual (UNESCO, 1998, p. 90).

As cidades atualmente podem ser pensadas a partir de expressões tais como redes, circuitos, fluxos, interconexões. Esses conceitos referem-se a outras modalidades de estruturação do espaço denominadas pela noção de mobilidade e tempo instantâneo, real, onde a localização precisa no espaço concreto é um tema secundário, uma vez que as atividades econômicas e culturais, a vida cotidiana e os lugares construídos se organizam segundo as novas leis de rede e fluxos (GADOTTI, 2004, p. 17).

Desta forma compreendemos que aprender a fazer refere-se ao colocar em prática os conhecimentos absorvidos no decorrer do desenvolvimento das práticas sociais onde surgem possibilidades de comunicar, dialogar, refletir, diante das situações complexas, dinâmicas e contínuas, que estão diretamente ligadas a humanização de todos os sujeitos envolvidos com o meio social.

Sendo assim a reflexão a respeito do problema ambiental deve estar articulada ao social, a cultura, a história humana tendo como foco uma visão de mundo onde todos percebam a importância da natureza como algo prioritário visando não somente interesses individuais mais principalmente o coletivo, que o desenvolvimento local precisa estar atrelado à transformação social inspirada no diálogo, no fortalecimento dos sujeitos, no exercício da cidadania, na criação de espaços coletivos onde ocorram estabelecimento de regras de convívio social, na superação de domínios capitalistas e principalmente na compreensão do mundo e da vida em sua totalidade.

Aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros sem dúvida, esta aprendizagem representa, hoje em dia, um dos maiores desafios da educação. O mundo atual é, muitas vezes, um mundo de violência que se opõe à esperança posta por alguns no progresso da humanidade. A história humana sempre foi conflituosa, mas há elementos novos que acentuam o perigo e, especialmente, o extraordinário potencial de autodestruição criado pela humanidade no decorrer do século XX. A opinião pública, através dos meios de comunicação social, torna-se observadora impotente e até refém dos que criam ou mantêm os conflitos. Até agora, a educação não pôde fazer grande coisa para modificar esta situação real (UNESCO, 1998, p. 96).

A partir do momento em que aprendemos a conhecer torna-se mais fácil alcançar outros pilares referentes ao aprender a fazer onde surgem oportunidades de aprender a viver juntos para ampliar convivência e relacionamentos visando a cooperação e união entre as pessoas. É nesse contexto que nos tornamos seres humanos melhores capazes de contribuir na construção de um mundo melhor e mais fraterno. Nessa perspectiva fica claro que a Educação Ambiental no município só apresentará resultados coerentes se incorporar ao seu desenvolvimento local um fazer cotidiano significativo, envolvente, e comprometido em superar a complexidade que é cuidar do ambiente.

A estrutura social e as formas pelas quais a sociedade se organiza são uma decorrência de que desde o início da sua existência, os homens vivem em grupos, sua vida está na dependência da vida de outros membros do grupo social, ou seja, a história humana, a história da sua vida e a história da sociedade se constituem e se desenvolvem na dinâmica das relações sociais. Esse fato é fundamental para se compreender que a organização da sociedade, a existência das classes sociais, o papel da educação está implicado nas formas que os relacionamentos sociais vão assumindo pela ação prática concreta dos homens (SAVIANI, 2005, p. 18).

Desde o início da história da humanidade, os indivíduos e grupos travam relações recíprocas diante da necessidade de trabalharem conjuntamente para garantir sua sobrevivência, essas relações vão passando por transformações, criando novas necessidades, novas formas de organização de trabalho e, especificamente, uma divisão de trabalho conforme sexo, idade, ocupações, de modo a existir uma distribuição das atividades entre os envolvidos no processo de trabalho. (Libâneo, 1994, p.19).

A escolarização básica constitui instrumento indispensável à construção da sociedade democrática porque tem como função à socialização daquela parcela do saber sistematizado que é essencial à formação e ao exercício da cidadania. Ao entender dessa forma a função social da escola, pressupõe-se que não é redentora dos injustiçados e nem reprodutora das desigualdades sociais e, sim, um caminho para a mediação pelas quais sejam possíveis mudanças sociais em direção ao fortalecimento da democracia. Uma concepção sobre o papel da educação estabelece como objetivo maior da política educacional a efetiva universalização de uma escola básica unitária, de caráter nacional. “Só essa escola será democrática no sentido mais generoso da expressão, porque garantirá a todos independentemente de qualquer condição, uma base comum de conhecimentos e habilidade” (LIBÂNEO, 1994, p. 35).

Concordamos com este autor por entender que a educação escolar se constitui como o principal caminho para novas formas de pensar e agir, tendo em vista que se a escola preocupar-se com a garantia de educação com qualidade certamente os alunos colocarão em

prática os conhecimentos absorvidos no chão da escola no meio em que vivem porque uma educação sólida fortalece a democracia, garante direitos e implica deveres visando reconstruir uma sociedade mais justa, consciente e democrática que valorize a igualdade entre as pessoas.

O relatório *Aprender a Ser* (1972) exprimia, no preâmbulo, o temor da desumanização do mundo relacionada com a evolução técnica. A evolução das sociedades desde então e, sobretudo, o enorme desenvolvimento do poder mediático veio acentuar este temor e tornar mais legítima ainda a injunção que lhe serve de fundamento. É possível que no século XXI estes fenômenos adquiram ainda mais amplitude. Mais do que preparar as crianças para uma dada sociedade, o problema será, então, fornecer-lhes constantemente forças e referências intelectuais que lhes permitam compreender o mundo que as rodeia e comportar-se nele como atores responsáveis e justos. Mais do que nunca, a educação parece ter, como papel essencial, conferir a todos os seres humanos a liberdade de pensamento, discernimento, sentimentos e imaginação de que necessitam para desenvolver os seus talentos e permanecerem, tanto quanto possível, donos do próprio destino (UNESCO, 1998, p. 100).

Diante disso, constatamos que o ser humano é dotado de múltiplas capacidades que o fazem singular as outras espécies observando a sua inteligência, raciocínio e poder de compreender fatos e acontecimentos ocorridos em seu entorno. Nessa lógica, a educação é responsável pela conduta, postura e comportamentos adotados, na medida em que garante autonomia para elaborar ideias que possam contribuir no desenvolvimento local. Todas essas questões estão intimamente relacionadas ao aprender a ser, pois tudo o que somos, o que sabemos, conquistamos, descartamos é resultado das interações mantidas com o meio ambiente e as pessoas que dele fazem parte.

Loureiro (2006, p.29) afirma que “a Educação Ambiental não atua somente no plano das ideias e na transmissão de informações, mas no da existência, em que o processo de conscientização se caracteriza pela ação com o conhecimento, pela capacidade de fazermos opções, por se ter compromisso com o outro e com a vida”. A Educação Ambiental promove a conscientização e se dá na relação entre o “eu” e o “outro”, pela prática social reflexiva e fundamentada teoricamente na ação conscientizadora e mútua, envolve capacidade crítica, diálogo, a assimilação de diferentes saberes, e a transformação ativa da realidade e das condições de vida.

Guimarães (2017, p. 159) contribui com a discussão acrescentando que ao considerar os problemas socioambientais locais como produtos de relações sociais desiguais e de assimetria entre a sociedade e a natureza, propõe-se como possibilidade pedagógica buscando trabalhar os problemas socioambientais locais como temas geradores capazes de mobilizar a

participação da comunidade escolar visando a elaboração de um saber ambiental crítico capaz de gerar o enfrentamento dos impactos socioambientais negativos que atingem a comunidade na qual a escola está inserida.

Nesse contexto o aumento de saberes depende da maneira como se aprende, e a educação se torna fundamental tanto do ponto de vista intelectual como pessoal, pois a educação desperta a curiosidade e, por conseguinte a capacidade de aprender. Então podemos pensar que nos educamos por toda a vida e, quanto mais interagimos e convivemos, ampliam-se as possibilidades da capacidade de discernimento. A educação formal deve, pois, reservar tempo e ocasiões suficientes em seus programas para iniciar os jovens em projetos de cooperação, logo, desde a infância, no campo das atividades desportivas e culturais, evidentemente, mas também estimulando a sua participação em atividades sociais: renovação de bairros, ajuda aos mais desfavorecidos, ações humanitárias, serviços de solidariedade entre gerações (UNESCO, 1998, p. 99).

Em contrapartida, Silva (2008, p. 29) contribui afirmando que “a educação formal escolar realizada nas escolas das cidades precisa reaprender a relacionar-se com os problemas socioambientais locais e globais, para tanto, professores e alunos precisam reaprender a dialogar criticamente com os elementos presentes em sua realidade, para pensá-los como elementos integrantes de seu universo de interesse”. As considerações da autora são relevantes e nos leva a reflexão sobre a educação formal escolar, que precisa de um conjunto humano e material, pois esta instituição está inserida em um contexto social no qual ocorrem diversos relacionamentos e por conta disso defronta-se com situações problemáticas envolvendo o ambiente.

Nesta lógica a escola precisa tornar-se um espaço de discussão, de diálogo visando o empoderamento social de seus sujeitos já que cada um que trabalha neste ambiente tem uma responsabilidade dentro e fora deste espaço. Portanto, todos precisam se unir, trabalhar em cooperação e dar conta de relações mais dinâmicas que estimulem o pensamento crítico que valorize todos os elementos que fazem parte da realidade e reconhecê-los como fundamentais para a preservação da vida. Segundo Freire, “essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes. Faz parte das condições em que aprender criticamente é possível a pressuposição por parte dos educandos de que o educador já teve ou continua tendo experiência da produção de certos saberes e que estes não podem a eles, os educandos, ser simplesmente transferidos” (FREIRE, 1996, p. 29).

Há de se considerar que as mudanças nunca são fáceis principalmente quando se trata de educação, pois como bem explica Silva (2008, p. 30):

A descontinuidade característica das políticas direcionadas à educação geral apresenta-se como obstáculo para a inserção de práticas de Educação Ambiental nos currículos das escolas nos vários níveis de ensino, na medida em que essa descontinuidade gera insegurança na comunidade escolar quanto a viabilidade de propostas apresentadas como inovações pedagógicas.

A autora muito bem coloca este assunto, pois é visível que a educação geral se encontra diante de muitos desafios para organizar o seu currículo visando a atender os interesses de uma sociedade que muda a todo instante. E quando se fala em Educação Ambiental os problemas se tornam ainda maiores porque a escola trabalha com o currículo tradicional que na maioria das vezes não consegue acompanhar o movimento da modernidade, com isso os estudantes acabam adquirindo conhecimentos fragmentados onde as disciplinas que deveriam ser trabalhadas de maneira integrada, acabam sendo ensinadas de maneira isolada o que gera sérios prejuízos ao processo ensino e aprendizagem, pois as práticas não são desenvolvidas de maneira contínua mas somente de forma pontual. Como exemplo, podemos destacar: Feira Científica, Feira Cultural, Feira de Educação Ambiental, Gincanas, Caminhadas Ecológicas, Dia do Meio Ambiente, etc.

Estamos convencidos de que qualquer esforço de educação popular, esteja ou não associado a uma capacitação profissional, seja no campo agrícola ou no industrial urbano, deve ter, pelas razões até agora analisadas, um objetivo fundamental: através da problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações campo mundo e com os homens, possibilitar que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão” (FREIRE,1998, p.38).

O ser humano constrói relações intensas, dinâmicas e complexas que nem sempre atendem ao coletivo, visando a satisfação de interesses, anseios e necessidades da coletividade. Interessante seria se ao manter esses relacionamentos o homem tomasse consciência de que ele não está sozinho no ambiente, precisa de tudo e todos para viver. Enquanto houver a preocupação apenas com interesses individuais e isolado com o intuito de atender só um interesse os problemas ambientais tendem a crescer e influenciar negativamente na vida humana mesmo que o homem passe a vida toda obtendo conhecimentos.

2.1 Agenda 21: uma comissão comprometida com a preservação da vida

Diante da importância da discussão que trata das políticas estruturantes direcionadas para a Educação Ambiental acreditamos que é relevante mostrar as ações previstas no Programa Agenda 21, pois este evento é marcado por compromissos da humanidade com o século XXI para garantir um futuro melhor para o planeta e as próximas gerações, respeitando o ser humano nos aspectos culturais, sociais e ambientais propondo que todos os municípios, bairros e comunidades locais realizem experiências exitosas, no sentido de desenvolver um processo de planejamento local para fortalecer a parceria entre o governo e a sociedade. Sendo assim, nos propomos a discutir a Agenda 21 local para ampliar os conhecimentos sobre este assunto que se constitui como uma temática de relevância social e educacional.

O Brasil tem desenvolvido experiências interessantes com as agendas 21, pois implementar o que está proposto neste documento sugere o compromisso com ações locais colocando em pauta projetos que precisam ser acolhidos pelos municípios brasileiros. É certo que os desafios estão presentes para desenvolver um trabalho interdisciplinar capaz de envolver os diversos segmentos sociais, financeiras e operacionais que sejam capazes de fortalecer, monitorar e acompanhar o trabalho dos gestores locais para que estes se tornem líderes nas comunidades que atuam já que os mesmos não podem trabalhar sozinhos.

O processo de desenvolvimento global exige para seu entendimento, novos conceitos, mas também exige novas alternativas para minimizar as desigualdades sociais e os riscos para o esgotamento da base física da economia, a natureza (...) o debate sobre desenvolvimento sustentável, que se tornou a grande meta a ser alcançada, carrega no seu espectro definidor o perfume de uma utopia: a justiça social, como um objetivo imprescindível na busca da diminuição da pobreza, que possui números alarmantes; o equilíbrio ambiental, como um compromisso ético com as gerações futuras; e a eficiência econômica, como apoio na organização e distribuição de meios para se alcançar os dois objetivos primeiros (BRITO, 2001, p. 187 apud SILVA, 2008, p. 65).

Para estes autores o desenvolvimento global requer novas posturas que conduzam a novos direcionamentos em relação a natureza, posicionamentos e pontos de vistas para que possam surgir alternativas que contribuam no sentido de amenizar as desigualdades humanas que colocam a prova entre outros debates as questões relacionadas ao ambiente. Cabe a sociedade contribuir com suas respectivas parcelas de responsabilidades criar ações que beneficie a comunidade para livrar as pessoas da pobreza que se constitui como um dos principais problemas enfrentados pela humanidade.

No âmbito nacional esta Agenda foi dividida em seis grandes temas como forma de ampliar a discussão sobre a Educação Ambiental: Cidades Sustentáveis; Agricultura Sustentável; Infraestrutura e Integração Regional; Gestão de Recursos Nacionais; Redução das Desigualdades Sociais; e Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável. Os temas foram analisados e discutidos em seminários e workshops, nos quais representantes de instituições e entidades civis como empresas, ong., e universidades participaram desta elaboração (LIMA, 1999, p. 7).

Este Programa registra vários acontecimentos importantes que comprovam ser possível trabalhar em parceria de forma coletiva, uma vez que, as agendas locais têm autonomia para dialogar com governo e sociedade civil e encontrar maneiras, para o estabelecimento do debate, ações e projetos, que possam apresentar soluções para os mais variados problemas como a aquecimento global, a fome, os lixões, a devastação da floresta Amazônica, o consumismo exacerbado que afetam a vida das pessoas nas diversas partes do mundo.

O enfrentamento a esses desafios importaria uma mudança na lógica orientadora dos esforços até então desenvolvido pelos países. De um lado, países em desenvolvimento, que teriam de abdicar de sua posição de hegemonia quanto a produção científica e tecnológica, de outro lado países em desenvolvimento, que teriam que reorientar sua política interna de ciência e tecnologia através de maiores investimentos de recursos destinados a estas áreas. Vê-se que estamos diante de desafios de difícil superação, dada a nossa trajetória histórica, sempre vinculada a lógica do desenvolvimento para fora, cuja a consequência é a perpetua dependência econômica, científica e tecnológica (SILVA, 2008, p. 61).

Consideramos que a Educação Ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto exige responsabilidade individual e coletiva em nível local, nacional e planetária, pois a responsabilidade pela saúde humana e qualidade de vida presente no planeta depende de ações coletivas que almejem os mesmos interesses em relação ao meio ambiente.

Nessa compreensão, Loureiro (2006, p. 51) complementa ressaltando que a Educação Ambiental tem a responsabilidade, sim, de construir uma nova ética que pode ser entendida como ecológica, desde que esta se defina no embate democrático entre ideias e projetos que buscam a hegemonia na sociedade e no modo como esta produz e se reproduz, problematizando valores vistos como absolutamente universais. Não há mudança ética possível que ignore a sociedade em que se move recriando-a e sendo formada por esta.

Relacionando as afirmativas dos autores acima ao desenvolvimento local podemos afirmar que neste ambiente há predominância de um grupo que defende os mesmos valores e compartilham interesses comuns e mantém relações humanas bastante intensas e que por conta disso enfrentam os mesmos problemas decorrentes da racionalidade ambiental que esse compartilhamento muitas vezes não comunga as mesmas práxis em virtude das desigualdades que são percebidas nos modos de vida que são influenciados e se movem a partir de interesses econômicos que refletem negativamente na percepção de valor da vida.

Em razão destas constatações cresce cada vez mais a convicção de que a crise não poderá ser resolvida somente com medidas políticas e técnicas. Essas são extremamente necessárias, mas estão vulneráveis em virtude dos interesses sociais capitalista. A solução demanda uma coalização de forças mundiais ao redor de uma nova sensibilidade ética, novos valores outras formas de relacionamento com a natureza e novos padrões de produção e consumo. É urgente a construção de um novo paradigma para tornar a convivência com a natureza mais harmoniosa para que a humanidade dê centralidade à vida, mantendo sua diversidade natural e cultural garantindo assim o equilíbrio ambiental (BRASIL, 2006, p.5).

Conhecer o espaço físico e social é relevante para que possamos tomar consciência de nossas responsabilidades. Esse pensamento ganha valor quando falamos em desenvolvimento local, pois muitas vezes os indivíduos convivem no mesmo meio e, por conta do egoísmo, não assumem para si a responsabilidade de cuidar e preservar o local onde vivem. Essa postura fortalece o paradigma da complexidade na perspectiva da Educação Ambiental que para nós ainda é um dos principais objetivos a ser alcançado.

É fundamental, nesta abordagem, considerar os aspectos físicos, biológicos e principalmente, os modos de interação do ser humano com a natureza por meio das relações sociais, do trabalho, da ciência, da arte e da tecnologia (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1998, p. 169). Este documento traz considerações relevantes acerca da postura da sociedade no sentido rever os posicionamentos, mentalidades e comportamentos que promovam novos olhares em relação ao ambiente, pois deste espaço são retirados todos os recursos necessários à vida humana. Porém, ainda há muito a ser feito para que a sociedade amplie o seu comportamento desenvolvendo saberes que podem ajudar a melhorar as informações relativas ao meio ambiente.

Hoje nos damos conta de que o planeta Terra já não aguenta a voracidade e a violência do atual modelo de produção e de consumo. É preciso pensar para fazer opções ou mudamos de rumo ou poderemos conhecer o mesmo destino dos dinossauros pois a crise é sistêmica e paradigmática. A sustentabilidade deve ser praticada porque resulta das ciências

da vida, da biologia e da ecologia. Isso significa pensar que a sustentabilidade no processo evolucionário e na dinâmica da natureza vigoram interdependências, redes de relações inclusivas, lógicas de cooperação que permitam que todos os seres se ajudem para se manterem vivos e garantir vida as próximas gerações.

Assim, o sistema jurídico cria um “direito ambiental”, o sistema científico desenvolve uma “ciência complexa”, o sistema tecnológico cria uma “tecnologia ecoeficiente”, o sistema econômico potencializa uma “economia ecológica”, o sistema político oferece uma “política verde” e o sistema educativo fornece uma “Educação Ambiental” (BRASIL, 1998, p.18). Nesta dinâmica que se mostra comprometida com a formulação de tantas ações e políticas públicas visando o controle ambiental e o desenvolvimento de uma conscientização individual e coletiva é interessante observar que cada sistema cria o seu contexto com o objetivo de preservar, cuidar e manter de alguma forma um diálogo acerca desta questão. Entretanto, cabe pensar que mesmo com todo esse movimento em torno da preservação e da sustentabilidade, ainda há muito a ser feito para que a sociedade se torne sustentável.

Cabe aos sistemas Executivo, Legislativo e Judiciário o desenvolvimento de funções de acordo com as suas atribuições específicas, respondendo às múltiplas dimensões econômicas, científicas, culturais, educacionais e tecnológicas que se voltem para superar os obstáculos da exclusão social e da má distribuição da riqueza produzida no país. É preciso ainda garantir o efetivo controle e a participação social na formulação e execução de políticas públicas, de forma que a dimensão ambiental seja sempre considerada. Diante disso, nota-se que existe uma contínua preocupação no sentido de promover mudanças ambientais e a educação vai ganhar uma posição privilegiada para contribuir na reflexão e na ação das pessoas para levá-las a perceber que a preservação do ambiente no qual ela vive é responsabilidade de todos e se cada um, se empoderar de suas responsabilidades e convicções diante dos desafios da modernidade certamente teremos resultados positivos em relação ao cuidar do ambiente.

E nesse contexto, em que os sistemas sociais atuam na promoção da mudança ambiental, a educação assume posição de destaque para construir os fundamentos da sociedade sustentável, entre os quais destacam-se “os fundamentos da Afetividade, do Cuidado, da Cooperação e da Responsabilidade” (BRASIL, 2006, p.10), como apresentando uma dupla função a essa transição societária: propiciar os processos de mudanças culturais em direção à instauração de uma ética ecológica e de mudanças sociais em direção ao

empoderamento dos indivíduos, grupos e sociedades que se encontram em condições de vulnerabilidade em face dos desafios da contemporaneidade.

É necessário pensar em um modelo de Educação Ambiental transformadora, crítica e articulada com a mudança social, que transforme a pedagogia em uma prática política que suscite uma cooperação entre educadores e outros sujeitos culturais engajados nas lutas ambientais, criando espaços críticos de aprendizagem social³ dentro e fora da escola. Nesta perspectiva, está na ordem do dia a formação em Educação Ambiental, que precisa ser compreendida como uma teia de relacionamentos, que perpassa a formação inicial, estenda-se à vivência, à atuação profissional, à participação em eventos (seminários, conselhos escolares, conselhos de meio ambiente, encontros, palestras) fomentando no âmbito escolar espaços de interação que valorizem a troca de conhecimentos e informação ambiental⁴.

Contribuindo para essa discussão Guimarães (2003, p. 82) nos alerta que essa Educação Ambiental em construção em um movimento contra-hegemônico, é crítica ao paradigma cientificista-mecanicista que informa a sociedade moderna urbano-industrial; crítica ao seu modelo de desenvolvimento, ao seu modo de produção, com suas múltiplas determinações da realidade social, que se concretiza na proposta de uma modernização que é conservadora – porque muda (moderniza) para manter a situação atual (*status quo*) – e que promove, ainda, de acordo com sua racionalidade, o direcionamento para uma compreensão única de mundo, criando sentidos, como, por exemplo, sobre desenvolvimento sustentável – o que caracteriza a noção de sustentabilidade como campo de disputa. O caráter crítico objetivado pretende deixar em evidência as relações de poder e dominação que engendram as sociedades contemporâneas, para que, na compreensão/ação política do processo de constituição da realidade socioambiental, se estabeleça o fazer pedagógico que se pretende para a Educação Ambiental.

Analisando-se dentro de um recorte temporal no período entre o ano 2003 e o ano de 2015 verifica-se que gestão ambiental no município, teve uma atuação um pouco tímida, pois no que se refere a postura da gestão municipal ficou evidente que o município não contemplou ações com base nos tramites previstos nos encaminhamentos legais onde mostram que o município de Ananindeua não elaborou a Agenda 21 Local, apenas iniciou o processo não chegando a fomentar ações e atividade para a realização do Fórum da Agenda

³A aprendizagem social, potencializa ações coletivas ressaltando protagonistas, é baseada no diálogo e interação, constante movimento de recriação e reinterpretção de saberes, conceitos e significado.

⁴ De acordo com Targino (1994), a informação ambiental pode ser considerada como: dados, informações, metodologias e processos de representação, reflexão e transformação da realidade, os quais facilitam a visão holística do mundo e, ademais, contribuem para compreensão, análise e interação harmônica dos elementos naturais, humanos e sociais.

21. (Base Munic IBGE/2015). Essas situações refletem negativamente nos encaminhamentos previstos na elaboração e execução da Agenda 21 Local e Agenda 21 Escolar onde cabe ressaltar que as ações relacionadas a Agenda 21 escolar não foram contempladas na agenda elaborada pela equipe técnica da Secretaria de Educação.

Esses relatos servem como indicadores ambientais para as escolas sustentáveis porque dentro do contexto da política pública de Educação Ambiental está confirmado que é importante cumprir uma programação garantindo os participantes que serão responsáveis por dinamizar ações que primem pela Educação Ambiental visando garantir que a escola se torne sustentável. Contudo é necessário frisar que a comunicação é fator determinante para que as ações se fortaleçam visando os objetivos traçados nos quais a prioridade é para a garantia do desenvolvimento de políticas voltadas para a Educação Ambiental.

Assim, é urgente a mudança de paradigmas no cerne da sociedade que envolva o compromisso de todos os atores sociais, porque, entende-se consensualmente, que nenhum ser humano convive sozinho ou isolado e precisa interagir com os outros que compõem a sua espécie. Sendo assim, a perspectiva holística se torna importante por que ela envolve a socialização da dimensão humana contemplando o seu processo de continuidade e transformação, que dependendo do contexto poderá trazer benefícios ou prejuízos à sociedade gerando saberes e fazeres.

2.2 A Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente como processo formativo de estudantes e enraizamento da ideia de escola sustentável

No âmbito educacional observasse um intenso movimento voltado para as conferências que são eventos importantes que fortalecem a comunicação entre instâncias majoritárias permitindo mais contatos entre os envolvidos com este evento. Neste contexto entende-se que a comunicação entre os ministérios e as escolas é fundamental, especialmente quando se trata de uma proposta de escola sustentável, desde que seja garantido a comunicação de vários tipos seja por e-mail, whatsapp, visando o acompanhamento contínuo ou presencial por parte de seus representantes no decorrer do desenvolvimento das políticas propostas.

A Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, realizada por adesão espontânea das escolas do segundo segmento do Ensino Fundamental, representa um marco na gestão das políticas públicas de Educação Ambiental no Brasil. Seu sucesso se reflete nos números: a primeira edição, em 2003, envolveu 15.452 escolas e mobilizou 5.658.877 pessoas

em 3.461 municípios em todo o país; a II Conferência, em 2005/2006, atingiu 11.475 escolas e comunidades de ações afirmativas e 3.801.055 pessoas em 2.865 municípios. A III CNIJMA, em 2008/2009, aconteceu em 11.631 escolas, envolvendo mais de 3,7 milhões de participantes em 2.828 municípios, debatendo o tema das Mudanças Ambientais Globais e a IV CNIJMA “Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis”, contou com o registro de participação de 16.538 escolas, mobilizando 5.193.881 milhões de pessoas em 3.519 municípios (BRASIL, 2013a).

Diante das iniciativas governamentais é possível notar que a Conferência se caracteriza por ser um evento que permite a reunião de pessoas que possuem os mesmos interesses comuns e mantém diálogo permanente sobre determinados temas propostos entre estes está a Educação Ambiental com um olhar mais apurado para políticas estruturantes que se desenrolam em diferentes contextos. Especialmente na escola que se constitui como um espaço ideal para o diálogo sobre como preservar e cuidar do meio ambiente. Sendo a instituição escolar um meio possível para levar adiante ideias acordadas, que neste encontro possibilita uma iniciativa de dialogar com as autoridades governamentais.

Nessa lógica cabe ressaltar que esse diálogo entre a escola e órgãos afins deve estar permeada por uma comunicação contínua visando o acompanhamento sobre o que está acontecendo e dar ciência do que é preciso fazer no momento em que se trabalha com uma proposta de escola sustentável, uma vez que, estas ações necessitam de vários encaminhamentos que perpassam por outros âmbitos e precisam estar bem alinhadas. Então se a comunicação não é efetiva de alguma forma a política para a promoção de escola sustentável sofre sérios comprometimentos como, por exemplo, a pouca participação da comunidade escolar, a ausência da escola nas conferências, falhas na gestão no momento de investir as verbas.

O empenho pelas Conferências possibilitou a estruturação e articulação de programas e ações que contribuíram sobremaneira para o enraizamento da Educação Ambiental nos sistemas de ensino, replicando às demandas apontadas pela sociedade, especialmente entre os jovens, onde a implementação do Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, as Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas (COM-VIDA⁵) e o Projeto Juventude e Meio Ambiente que resultaram de desdobramentos da I Conferência, vem de

⁵ A Com-Vida é uma comissão constituída por integrantes do coletivo escolar e da comunidade, com protagonismo dos estudantes, voltado a “contribuir para um dia a dia participativo, democrático, animado e saudável na escola, promovendo intercâmbio entre escola e comunidade”. Por meio da oficina de futuro, a Com-Vida planeja e implementa a Agenda 21 na escola. Em: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Formando Com-Vida: construindo Agenda 21 na Escola. Brasília : MEC, 2004.

encontro a essas aspirações sociais e se tornam relevante no contexto da Educação Ambiental, porque esta é responsabilidade de todos que convivem na sociedade.

Essas políticas estruturantes são resultantes da proposta de gestão compartilhada efetuada pelas conferências que conduzem uma dinâmica onde a consulta e o diálogo de saberes com os diferentes atores governamentais e da sociedade civil, em todas as unidades federativas, resultam, a médio prazo, no enraizamento e a institucionalização da Educação Ambiental. Partindo dessa estrutura, a Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente é o reflexo de uma campanha pedagógica que traça o perfil da política do meio ambiente, caracterizada pela mobilização e engajamento dos adolescentes e da comunidade escolar em debates sobre temas socioambientais contemporâneos (BRASIL, 2007).

Em consonância com os Princípios e Diretrizes da Política e do Programa Nacional de Educação Ambiental, a II Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente objetivou fortalecer o debate sobre a Educação Ambiental e da educação para a diversidade nos sistemas de ensino, favorecendo uma atitude responsável e comprometida da comunidade escolar e com as questões socioambientais locais e globais e garantir o direito de participação dos adolescentes na construção de um Brasil sustentável.

Em relação aos objetivos específicos da II Conferência, nota-se que começam a surgir novas demandas e novos conceitos como contribuir para que as escolas se tornem “comunidades interpretativas de aprendizagem”, que se traduzem na prática no comportamento e nas relações mantidas entre as pessoas no sentido se perceberem sujeitos necessários no cenário da Educação Ambiental. Outro novo conceito que foi apresentado por ocasião da II Conferência diz respeito a fortalecer e criar a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de vida nas Escolas (COM-VIDA), que como política estruturante da Educação Ambiental foi fomentada em todas as outras Conferências Infantojuvenil ocorridas; a proposta de fortalecimento da Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e os Coletivos Jovens de Meio Ambiente nas unidades federativas já existem desde a I Conferência, porém a proposição é de criação da Rede da Juventude pela Sustentabilidade, essa mudança na nomenclatura sugere um avanço conceitual.

Observa-se então que houve mudança na forma de interpretação das nomenclaturas pois certamente as anteriores não atenderem as expectativas esperadas. Neste cenário de preocupação com a questão ambiental é interessante adequar nomes para que os objetivos sejam alcançados de acordo com o público pretendido, pois é necessário ter o cuidado de elaborar um programa ou projeto que dê conta dos interesses dos sujeitos a serem

contemplados e, ao mesmo tempo, seja capaz de acompanhar as mudanças sociais, pois estas refletem diretamente na relação sujeito e ambiente.

Entre os anos de 2008/2009, a III Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente aconteceu em meio ao enfrentamento de dois grandes desafios: um planetário - pesquisar, estudar e debater nas escolas as alternativas civilizatórias e societárias para as mudanças ambientais globais; o outro, educacional, que aconteceu no bojo do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que envolveu todos os atores sociais, pais, alunos, professores e gestores, nesta iniciativa na busca pela qualidade do processo de ensino-aprendizagem e a permanência do aluno na escola, com base nos resultados do Índice da Educação Básica (Ideb), além de incentivar a inclusão das questões socioambientais e da sustentabilidade no Plano Político-Pedagógico das escolas (BRASIL, 2009).

Procurando acordo com a temática da Conferência Nacional de Meio Ambiente a organização do III CNIJMA, se propor a discutir as temáticas das mudanças climáticas globais, e na tarefa de difusão dos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, o intuito desta Conferência era democratizar o acesso às temáticas socioambientais contemporâneas e, principalmente, trazer simultaneamente o local e o global para o cotidiano da sociedade. Nesta perspectiva os temas elencados e discutidos foram os seguintes:

Mudanças Climáticas – Protocolo de Quioto
Biodiversidade – Convenção sobre a Diversidade Biológica;
Segurança Alimentar e Nutricional – Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial;
Diversidade Étnico-Racial – Declaração de Durban contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância correlata (BRASIL, 2007).

Como forma de dar prosseguimento à iniciativa do Governo Federal que na época (2008) conferiu espaço de escuta, formação e propostas populares, compondo políticas públicas através de conferências, que o governo do Estado do Pará promoveu a I Conferência Estadual Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. O Ministério da Educação e o Ministério do Meio Ambiente, unidos através da SECADI delegaram às Secretarias Estaduais de Educação a Gestão da Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, tendo como principal parceiro o CJ (Coletivo Jovem de Meio Ambiente). (COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2008). A Conferência ocorreu no período de 01 a 03 de dezembro de 2008 no município de Belém – centro de convenções da Amazônia/Hangar. Reuniu 416 alunos, 208 delegados e 208 suplentes, 120 professores, 64 municípios participaram e 78 pessoas entre convidados, palestrantes e observadores, totalizando 690 participantes. A conferência estadual

teve a finalidade de reunir os trabalhos selecionados nas conferências regionais e selecionar 27 trabalhos para representar o Pará na III Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente.

Alguns resultados alcançados nesse processo foram as realizações de 349 conferências nas escolas com a formação de 100 COM-VIDA (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas escolas), que na prática objetiva o fortalecimento da Educação Ambiental na escola. A conferência estadual significou um marco na Educação Ambiental do estado do Pará, onde se envolveu um grande número de escolas, professores, alunos e comunidade. Contudo houveram algumas controvérsias neste percurso como dificuldades o sistema de comunicação entre a SEDUC e as SEMEC'S, a resistência de alguns diretores de escolas para realização das conferências na escola, o número reduzido de pessoas envolvidas no processo. Como produto da Conferência foi apresentado a *Carta de Responsabilidade: Vamos Cuidar do Pará*, nesta Carta de Responsabilidade, estudantes paraenses decidiram criar as COM-VIDA nas escolas, a realização do I Encontro Estadual de COM-VIDA que ocorreu em 2010.

Esse marco institucional representa um grande avanço para a democracia no seio da sociedade e um relevante indicador ambiental para as escolas na medida que dentre os seus objetivos está a garantia do engajamento escolar nas suas demandas com vistas a sustentabilidade.

É importante ressaltar que os objetivos da III Conferência foram alcançados com sucesso tendo em vista o envolvimento das escolas e suas respectivas participações nas quais os alunos ganharam destaque dialogando e refletindo sobre a realidade da Educação Ambiental em seu cotidiano. Cabe considerar com um olhar na escola que a realização da conferência foi um estímulo que se perdeu pelo caminho e as relações de aprendizagem se tornaram concretas apenas na hora da apresentação da conferência. Após esse evento não houve mais diálogo e cada escola continuou a trabalhar essa temática de acordo com sua realidade, quando esta deveria ser trabalhada no cotidiano.

Neste sentido Guimarães (2012, p. 73) preconiza que “a participação só se dará [...] com a mobilização, [...] dos atores sociais [...], criando um comprometimento com o processo; ou seja, o espaço da participação é imbricado ao da mobilização e esse se realiza no espaço público”.

No ano de 2013 foi realizada a IV Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente cujo um dos objetivos era fortalecer a Educação Ambiental nos sistemas de ensino, como propõe a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), propiciando atitude responsável e comprometida da comunidade escolar com as questões socioambientais locais e globais,

com ênfase nos processos de melhoria das relações de ensino-aprendizagem e em uma visão de educação integral. Com a aprovação da Política Nacional de Educação Ambiental, através do Decreto Presidencial, no ano de 2002, surge na conjuntura nacional à necessidade de abrir o diálogo sobre as demandas da política de Educação Ambiental para o país.

O tema da IV CNIJMA foi *Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis*, teve como proposta popularizar este conceito junto aos sistemas de ensino e promover um amplo movimento nas escolas para contribuir com o grande desafio do nosso tempo: caminhar decisivamente em transição rumo à sustentabilidade ambiental. Essa Conferência teve a intenção de fortalecer a Educação Ambiental nos sistemas de ensino, potencializando os diálogos acerca da criação de espaços educadores sustentáveis e dando visibilidade ao importante papel desempenhado pelas juventudes na construção de políticas públicas na área socioambiental (BRASIL, 2013a, p.10).

Estado do Pará um total de 432 escolas realizaram Conferência, (IV CNIJMA/2014), não foram encontrados dados exatos sobre o número de escolas da rede municipal de Ananindeua que participaram da IV CNIJMA. O Pará não participou da I e II Conferência. Assim como o município de Ananindeua não participou das edições I (2003), II (2006), IV (2014). Sendo que na III CNIJMA/2009, como resultado da efetivação da parceria compartilhada entre secretarias municipais (SEMED/SEMA) o município apresentou uma atuação bastante expressiva com intensa participação das escolas municipais e estaduais. Chegando-se a levar delegados para a Conferência Nacional.

Foto 1 e 2 – Abertura e delegados da I C.M.I.J.M.A. 2008



Fonte: pesquisa de campo, 2017.

O quadro a seguir apresenta, de forma contextualizada uma linha do tempo do Programa Escolas Sustentáveis desde a idealização e surgimento da proposta em 2008, como resultado da III CNIJMA, passando pela sua aprovação no Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação através do PDDE Escolas Sustentáveis em 2013, até se chegar ao processo formativo em Educação Ambiental no Município de Ananindeua em 2015.

Quadro 1 – A Linha do tempo da implementação do PNES

ANO	AÇÃO
2010	A constituição de espaços educadores sustentáveis é assumida pelo Programa Mais Educação como um princípio da educação integral.
2010	Aprovação na Conferência Nacional da Educação (CONAE) de moção que preconiza os espaços educadores sustentáveis como promotores da sustentabilidade socioambiental no contexto das mudanças climáticas.
Jun./ 2011	Elaboração de roteiro e publicação de série sobre Espaços Educadores Sustentáveis para o Programa “Salto para o Futuro”, da TV Escola.
Out./ 2011	Contatos com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para inserir critérios de sustentabilidade nas edificações escolares.
Jun./ 2012	Realização de duas edições especiais do Programa “Salto para o Futuro”, da TV Escola, exibidos durante a Rio+20 com as temáticas: COM-VIDA: Estratégia de Governança nas Escolas; e Escolas Sustentáveis e as Mudanças Climáticas.
Jun./ 2013	Lançamento do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) Escolas Sustentáveis, com a destinação recursos para o atendimento de 10 mil escolas, considerando adequações ambientais em seu espaço físico, formação de COM-VIDA e processos de gestão participativa na escola, e inserção da Educação Ambiental no projeto político-pedagógico da escola. Foram priorizados os municípios sujeitos a emergências ambientais, segundo critérios estabelecidos pelo Ministério da Integração, de acordo com a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei nº 12.340/2010).
Jun./ago. 2013	Reuniões técnicas envolvendo representantes de segmentos diversos envolvidos com a política educacional, com a política de Educação Ambiental e com outras políticas Inter setoriais.
Ago./set. 2013	Consulta aos professores e demais participantes de algumas das conferências estaduais durante as etapas preparatórias da IV CNIJMA. Setembro de 2013 – I Encontro do Programa Nacional Escolas Sustentáveis, organizado pelo MEC em Cuiabá-MT, durante a realização do II Congresso de Educação Ambiental dos Países Lusófonos, que contou com a presença da comunidade universitária, de escolas, estudantes e pensadores da Educação Ambiental, inclusive dos demais países de Língua Portuguesa.

Nov./ 2013	Encontro com professores e técnicos das Secretarias Estaduais de Educação durante a realização da IV CNIJMA, quando foram coletadas novas contribuições em formato de “inquietações”.
2014	Período de adesão ao PDDE Escolas Sustentáveis pelas escolas no Brasil – escolas no município fizeram a adesão.
2015	- Quadro de atraso no repasse da verba do PDDE, ano 2014. - Oferta de Curso de Extensão em Educação Ambiental, Escolas sustentáveis e COM-VIDA pelo GEAM/UFGA, para as escolas do município. Nenhuma escola contemplada pela verba do PDDE Escolas Sustentáveis participou deste curso de extensão.

Fonte: Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, 2013.

Nessa linha do tempo da implementação do Programa nota-se um equívoco metodológico e operacional do MEC onde se constatou que no período de 2013-2015 nenhuma das escolas selecionadas pelo PDDE Escolas Sustentáveis participou de algum processo formativo em Educação Ambiental, como forma de preparação para o fortalecimento e enraizamento desse conceito e ação nas escolas.

O processo das Conferências Infantojuvenis pelo Meio Ambiente propiciou iniciativas expressivas de Educação Ambiental nos Estados, a partir das reflexões, atividades e ações propostas, que podem favorecer a construção de políticas públicas. A exemplo dessa iniciativa, têm-se a adesão no Pará por meio de sua SEDUC que aderiu ao Convênio MEC/SECADI-UFGA/ICED para realização de Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização para professores. O Projeto de realização de Seminário da Diversidade no primeiro semestre de 2014 para gestores, técnicos e professores da rede SEDUC com vistas à inserção no PPP das escolas dos temas da diversidade. (BRASIL, 2013b)

Em relação a estes eventos podemos dizer que foi uma experiência grandiosa e produtiva, visto que mobilizou uma grande massa de adolescentes pertencentes de diferentes classes sociais, oriundos de escolas públicas da periferia de todo o país demonstrando um alto grau de criticidade, envolvimento e protagonismo, onde esses jovens brasileiros revelaram um potencial para organização, transformação social, e comprometimento com a reconstrução de

uma sociedade sustentável⁶ na qual as pessoas possam ter mais consciência sobre a importância de cuidar e preservar o meio ambiente visando garantir vidas futuras.

Enquanto ação educativa a Educação Ambiental tem sido importante mediadora entre a esfera educacional e o campo ambiental, dialogando com os novos problemas gerados pela crise ecológica e produzindo reflexões, concepções, métodos e experiências que visam construir novas bases de conhecimento e valores ecológicos nesta e nas futuras gerações. Na esfera educativa temos assistido à formação de um consenso sobre a necessidade de problematização dessa questão em todos os níveis de ensino nos quais a Educação Ambiental vem sendo valorizada como uma ação a estar presente de forma transversal e interdisciplinar, articulando o conjunto de saberes, formação de atitudes e sensibilidades ambientais (CARVALHO, 2011, p.25).

Observações feitas na sociedade mostram que muitos eventos são realizados para discutir as questões relacionadas ao ambiente, entre estas destacam-se os Fóruns Brasileiro de Educação Ambiental que já vêm ocorrendo desde os anos 1990, proporcionam verdadeiros espaços para diálogo e troca de saberes entre os educadores ambientais, pesquisadores e estudiosos do tema em questão com apresentação de pesquisas, vivências e experiências em Educação Ambiental. Outras edições do Fórum foram realizadas em 2009, no Rio de Janeiro (VI Fórum Brasileiro de Educação Ambiental – Participação, Cidadania e Educação Ambiental) em 2012, em Salvador (Educação Ambiental: rumo às Sociedades Sustentáveis), e 2014 em Belém (Educação Ambiental: do local ao global, tecendo redes e fortalecendo sociedades sustentáveis).

O campo da Educação Ambiental vem buscando se firmar ao longo do tempo, por meio de diferentes concepções, correntes e espaços, sejam eles acadêmicos, político, institucionais ou mesmo pela organização e fortalecimento de redes que congreguem pesquisadores e militantes ambientais. Apesar da reconhecida expansão, desenvolvimento e conquista nesta área de conhecimento o que se observa é a ausência de consenso, responsabilidade e comprometimento da sociedade no sentido de adotar comportamentos que promovam novas posturas em relação à necessidade de preservar o lugar onde se vive e a vida (PEDRINI E SAITO, 2014, p. 40).

Esses eventos podem ser caracterizados como relevantes, na medida em que contribuem para ampliar discussões sobre políticas públicas, educação, gestão ambiental, sustentabilidade, protagonismo, temas relevantes e que estão presentes nas ações cotidianas e nas práticas sociais, contando com a participação da sociedade civil organizada representada pelas cooperativas de catadores, centros comunitários, entre outros. O momento do 8^a Fórum

⁶ Ideia multifacetada que inclui, além da sustentabilidade ecológica, ambiental, demográfica, os aspectos sociais, culturais, espirituais e políticos, capazes de garantir o bem-viver das pessoas, a cidadania e a justiça distributiva, para a atual e as futuras gerações.

de Educação Ambiental em Belém foi histórico pois sua proposta de trabalho contribuiu significativamente na formação dos participantes, fortalecendo valores éticos, atitudes e comportamentos ecologicamente orientados com o objetivo de incentivar atitudes e posturas positivas sobre o plano individual e coletivo. Onde o resultado deste Fórum foi a elaboração da *Carta de Belém* que preteava, entre outras questões, “ a necessidade de avaliar e ampliar políticas de Estado que se institucionalizem em políticas públicas, como: a Conferência Infanto-juvenil para o Meio Ambiente, o Programa Mais Educação, PDDE - Escolas Sustentáveis, fomento as Agendas 21 Locais, criação das Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida - COM VIDA nas escolas, questões estas previstas no Programa Nacional Escolas Sustentáveis (PNES)”.

Na busca por uma integração dos educadores ambientais ibero-americanos, o Órgão Gestor do Política Nacional Educação Ambiental promove em 2005 o V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental onde se discutiu “a contribuição da Educação Ambiental para a sustentabilidade planetária” (BRASIL, 2014, p.21). Esses eventos servem para mostrar que a Educação Ambiental cria um conjunto de ações de modo a contribuir com a construção de uma política estruturante que propicie a todas e a cada pessoa tornarem-se educadores ambientais de si próprias, atuando nesse mesmo sentido junto aos outros, especialmente nas suas comunidades, formadas por diferentes grupos humanos. Essa postura evidencia a necessidade de criar um sistema articulado, formador, integrado e integrador, capaz de atender a formação permanente e continuada dos sujeitos populares que constroem relações por meio de uma gestão política-administrativo.

E é sob esse contexto que a Educação Ambiental no país se fortalece e se amplia com a criação e consolidação das Comissões Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEAS) nos estados da federação; a criação de coletivos educadores, Coletivos Jovens de Meio Ambiente, fóruns locais da Agenda 21, inclusive no âmbito das escolas, com a constituição das COM-VIDA; a criação de redes de Educação Ambiental nos estados, regiões e municípios do país; a realização dos Fóruns Brasileiros de Educação Ambiental; as Conferências Nacionais de Meio Ambiente em suas versões “adulta” e “infanto-juvenil”; a instituição de Salas Verdes em espaços não formais de educação; a expansão da Educação Ambiental nas instituições de ensino e fomento de pesquisa e extensão em diferentes níveis do ensino formal; e, a inserção de práticas educativas relacionadas a temática ambiental em organizações da sociedade civil e movimentos sociais (BRASIL, 2014, p.21).

Muitos esforços são efetivados no plano das políticas globais, mas esses esforços continuam a esbarar em níveis crescentes daquilo que poderíamos qualificar de ausência de

sensibilidade institucional no campo da política para a formação de planos em ações integradas para as soluções dos impasses e confronto de interesses entre países detentores de grande potencial de recursos naturais e pouco desenvolvidos economicamente, com uma população ainda marginal do ponto de vista do acesso aos bens e serviços sociais, e aqueles países em posição de destaque na economia mundial (SILVA, 2008, p.44).

Essa reflexão é necessária em virtude de sabermos que o Brasil não ocupa posição de destaque na economia. Esse fato nos mostra problemas como o desemprego, falta de moradia, violência, preconceito, discriminação que reunidos contribuem negativamente no desenvolvimento urbano, ao mesmo tempo em que impossibilita o acesso aos bens e serviços sociais. Todos esses entraves prejudicam o desenvolvimento de uma política de Educação Ambiental que dê conta de mudar paradigmas, valores, posturas e comportamentos em benefício da coletividade, tendo em vista que não podemos pensar em uma proposta ambiental significativa se, ainda não damos conta de resolver problemas básicos que persiste no meio social amazônico.

3 COMPREENSÃO SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SEU ENCONTRO COM A PROPOSTA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

A convivência coletiva evidencia que nos últimos 40 anos a Educação Ambiental surge como uma política pública no Brasil e no mundo para beneficiar a humanidade. Destacando-se por meio de conferências, encontros, seminários, tratados e convenções voltados à temática ambiental, este assunto merece atenção, pois tem sido motivo de preocupação por conta de comportamentos e posturas relacionadas ao meio humano, e por ser também um processo educativo dinâmico, integrativo, permanente e transformador, porque possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades de forma participativa, pois as ações direcionadas para este âmbito têm sido contínuas e descontínuas como forma de dar uma resposta a sociedade sobre a importância de preservar os recursos naturais visando garantir a qualidade de vida das gerações futuras.

Silva (2008, p. 31), em seu estudo, faz reflexões importantes traduzidas em hipóteses mostrando que as realizações de projetos de cooperação internacional na Amazônia tais como PP-G7 acabam ocasionando impactos imediatos e locais não conseguindo constituir-se num eixo para a integração das políticas em torno da sustentabilidade econômica;

O enfoque teórico e as ações pragmáticas adotadas para a realização desses programas apesar de utilizarem-se de terminologia baseada no discurso teórico do desenvolvimento sustentável situam-se ainda sob a dimensão de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico agora respeitando a vocação ecológica regional. Tratando-se do que se poderia chamar de desenvolvimento sustentável de mercado (SILVA, 2008, p. 32).

Essa autora chama a atenção para uma realidade que está em evidência pois é bem verdade que existe por parte das autoridades uma certa preocupação no sentido de criar programas com foco no desenvolvimento. Entretanto, há de se considerar que em sua maioria suas ações não despertam para os interesses da população local que em muitas vezes fica prejudicada não sendo contemplada com estes projetos porque a sua população está em uma situação de subdesenvolvimento enfrentando sérios desafios para ter uma vida digna e cidadã. Um exemplo básico são os municípios amazônicos que não possuem luz elétrica, água encanada. Essas são necessidades básicas se tornando obstáculo para a realização de projetos em benefício da comunidade. Este fato se adequa perfeitamente a proposta do projeto que tem a premissa de mostrar a dinâmica das políticas estruturantes voltadas para a Educação Ambiental.

O processo de integração dos programas pode ser caracterizado da forma a seguir: junto as políticas públicas de modo ainda pouco efetivo, com ênfase na alocação dos recursos, sem, no entanto discussões mais aprofundadas quanto a necessidade de redesenho dessas políticas; junto aos interesses dos organismos não governamentais, também de modo pouco efetivo, referindo-se exclusivamente à possibilidade de acesso a financiamentos de projetos ou ações desenvolvida em parceria com os recursos do Programa. Silva (2008, p.32)

O discurso da autora é relevante e permite refletir sobre o processo de integração dos programas e relacionar esta discussão ao Programa Escolas Sustentáveis onde se confirmam lacunas em relação ao acesso as informações e a comunicação entre Ministério da Educação, Secretaria Municipal de Educação e Gestão escolar tendo em vista que é direcionada uma verba para a escola e não há por parte da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) um monitoramento ou até mesmo uma orientação de como esse dinheiro deve ser gasto. Interessante seria para a escola se houvesse uma integração entre as instâncias visando o emprego adequado e, por conseguinte, o sucesso do programa no espaço educativo, onde no momento da tomada de decisão, por exemplo, fosse feita uma inspeção por técnicos do Ministério da Educação e/ou Secretaria de Educação.

As atividades de Educação Ambiental desenvolvidas pelo projeto não conseguem fornecer condições para que as populações locais residentes em área de abrangência do Promanejo estabeleçam uma integração efetiva ao Projeto, na medida em que é realizada sob o enfoque ecológico preservacionista, não conseguindo gerar uma intervenção qualificada por parte da população na condução do Programa, e seus processos decisórios (SILVA, 2008, p.32).

Essa questão muito bem discutida pela autora motiva estabelecer relações importantes entre as políticas estruturantes e o fato do Promanejo não conseguir estabelecer uma integração efetiva ao projeto. É mais ou menos o que acontece com as escolas sustentáveis, pois existe a parceria no sentido de recebimento dos recursos entre os órgãos afins. Porém quando este chega às mãos da gestão, o enfoque se perde porque quase não há o incentivo especialmente por meio da Secretaria Municipal de Educação em garantir uma comunicação, entre as partes, trabalho que dê conta de manter o programa de forma permanente a partir de um processo decisório autônomo.

Onde dentre as responsabilidades das prefeituras e secretarias estaduais de educação, segundo normatiza o Manual Escolas Sustentáveis (Resolução CD/FNDE no 18, de 21 de maio de 2013) as instituições devem: “Disponibilizar um profissional qualificado para acompanhar a realização das obras e/ou das ações, sobretudo em relação à segurança das instalações, à

qualidade do serviço realizado e ao cumprimento dos prazos; Apoiar a divulgação das normas relativas ao processo de adesão e aos critérios de repasse, execução e prestação de contas dos recursos do Programa Escolas Sustentáveis, assegurando às escolas beneficiárias e à comunidade escolar a participação sistemática e efetiva desde a seleção das necessidades educacionais prioritárias a serem satisfeitas até o acompanhamento do resultado do emprego dos recursos do programa”.

Restringindo-se ao Brasil a inserção desta temática ambiental surge muito antes da própria institucionalização pelo governo federal, no início dos anos 70, resultante de movimentos ambientalistas que se unem às lutas pelas liberdades democráticas. Por outro lado, no campo educativo, esse movimento se manifestou por meio de ação isolada de professores, estudantes e escolas, ou em pequenas ações de entidades da sociedade civil, até mesmo por algumas prefeituras municipais e governos estaduais. Em busca de respostas e maior capilaridade a essa nova prática pedagógica o governo federal lança a Lei nº 6.938, a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), em 1981, e em 1988 na Constituição Federal estabelece, no inciso VI do artigo 225, a necessidade de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 2014, p. 15).

Estes registros históricos mostram que a preocupação com a preservação do ambiente não é nova estando presente na sociedade brasileira em virtude da necessidade de repensar e rever o desenvolvimento da nossa sociedade levando em consideração as relações humanas decorrentes de múltiplas realidades envolvendo modos de pensar e agir. Nesse contexto, não podemos deixar de pensar que na medida em que ocorre o desenvolvimento aumentam os problemas de Educação Ambiental, uma vez que, as nações percebem este processo de acordo com a concepção de vida que possuem.

Na década de 1990 muitos eventos marcaram e reafirmaram a prática e o ensino da Educação Ambiental para nossa sociedade. Encontro de grande relevância que ocorreu em paralelo a Conferência da ONU (Rio 92), o Fórum Global 92, representado por entidades e educadores de todo o mundo, aprovou e passou a adotar como carta de princípios o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*. Em 1991, a Comissão Interministerial para a preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) passou a reconhecer a Educação Ambiental como um dos instrumentos da política ambiental brasileira. Ainda nesta década, o governo federal dá um grande salto na institucionalização da Educação Ambiental criando duas instâncias no Poder Executivo que irão lidar exclusivamente com esse aspecto: a Coordenação Geral de

Educação Ambiental (CGEA/MEC) e a Divisão de Educação Ambiental do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) (BRASIL, 2014, p. 16).

Pedrini e Saito (2014, p.16) afirmam que “a grande equação do século XXI é como resolver a relação da economia com a ecologia, da política com a ética, da técnica com a política, da ciência com a criatividade, tendo como diretriz a noção de sustentabilidade. Em um mundo hiperconectado qualquer atividade humana está envolvida por questões multidimensionais como as tendências sociais e políticas de nossa época. Sem negar a importância de toda a tradição da discussão sobre objetividade do conhecimento e todo o esforço histórico de aperfeiçoamento da metodologia científica, não podemos deixar de registrar que a escolha dos objetos de pesquisa e os investimentos financeiros feitos – públicos ou privados – obedecem a interesses atravessados pela política em seu sentido mais amplo”.

Analisando as trajetórias sociais, biográficas e históricas é possível identificar quem são, quantos são, onde estão e como se organizam os sujeitos da Educação Ambiental. Estes assumem valores ecológicos com um grau de identificação e adesão bastante significativo relacionados a um conjunto de atributos e valores que formam o núcleo identitário do sujeito ecológico, e principalmente o grau de realização desse conjunto. Tudo isso ajuda a compreender a relevância que tem o trato com a questão ambiental e o que envolve esse contexto incorporando interesses exclusivamente voltados para proteger a vida.

No contexto mundial, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e a Agenda 21 são marcos de grande relevância para a Educação Ambiental, pois ambas reforçam a perspectiva de participação da sociedade civil e reconhecem a Educação Ambiental como um processo dinâmico em permanente construção, que se orienta pelos valores de mobilização e transformação social.

Diante das propostas políticas e das ações desenvolvidas voltadas para a Educação Ambiental cabe esclarecer que o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global* vem a ser o resultado do encontro de ativistas e educadores ambientais com o intuito de derrubar o discurso hegemônico que defende a idéia de que existe saída viável através do desenvolvimento sustentável quando na verdade é evidente que as próximas gerações certamente serão profundamente afetadas por conta de posturas, pensamentos, comportamentos e ações nada sustentáveis. Cabe ainda informar que a Agenda 21, enquanto documento elaborado coletivamente, é resultante dos desdobramentos e projeções socioambientais pensadas para o século XXI.

Outro exemplo de fomento institucional para garantir capilaridade e institucionalização da Educação Ambiental na sociedade brasileira foi o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que se configuram como um subsídio para fortalecer a escola na elaboração de seu projeto educativo, inserindo procedimentos, atitudes e valores no convívio escolar, bem como lidar com temas sociais urgentes, denominados de temas transversais: meio ambiente, ética, pluralidade cultural, orientação sexual, trabalho e consumo (BRASIL, 2014).

Em relação aos Parâmetros Curriculares Nacionais pode-se dizer que a oferta era gratuita e muito bem-vinda para as instituições públicas visando contribuir na formação docente para que os educadores adquirissem conhecimentos e, por conseguinte, trabalhar nas diferentes faixas etárias as questões relacionadas ao ambiente. Entretanto, este investimento não alcançou os objetivos previstos, tanto que nos dias de hoje seus livros são usados apenas em momentos pontuais, quando deveriam ser trabalhados de forma contínua integrado ao conteúdo das diversas disciplinas, em virtude da ausência de informação para gestores, professores e da equipe escolar como um todo acerca da relevância dos conteúdos presentes nestes documentos.

Guimarães (2012, p. 98) nos contempla com a seguinte análise “na realidade escolar brasileira, a Educação Ambiental vem se institucionalizando por meio de toda uma legislação e de políticas públicas para o setor. Tenho como pressuposto que, apesar de alguns avanços – como, por exemplo, a questão da abordagem interdisciplinar que prevaleceu pelo menos nas diretrizes das leis e políticas -, há, no concreto cotidiano escolar, uma fragilização desse processo pedagógico. Entre os professores, assim como na sociedade em geral, predominam posturas pouco críticas, levando-os a reproduzir em suas ações o discurso dominante, conservador, refletindo-se em práticas ingênuas, apesar de bem-intencionadas”.

No início dos anos 2000, por iniciativa dos educadores ambientais, recebendo o apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA), deu-se início a um trabalho de fortalecimento das redes de Educação Ambiental, como a Rede Brasileira de Educação Ambiental (Rebea) e a Rede Paulista de Educação Ambiental (Repea), assim como, também promoveu a estruturação de outras redes como a Rede de Educação Ambiental da Região Sul (REASul), a Rede Pantanal de Educação Ambiental (Rede Aguapé), entre outras. Outro grande marco da institucionalização da EA no Brasil, se deu no ano de 2002 quando a Lei nº 9795/99 foi regulamentada pelo decreto nº 4.281, lançando as bases para a execução da Política Nacional da Educação Ambiental (PNEA) definindo entre outras coisas, a composição e as competências do Órgão Gestor da PNEA.

Em julho do ano de 2003, foi implantado o Órgão Gestor (OG) da Educação Ambiental, aproximando os setores de Educação Ambiental ao Ministério de Meio Ambiente e do Ministério da Educação numa gestão compartilhada sendo nomeados os membros do seu Comitê Assessor, com a participação de uma teia de atores de distintos setores da sociedade brasileira, desde a Ordem dos Advogados do Brasil, até Movimentos Sociais e Redes de Educação Ambiental. As forças instituintes dão passos ganhando legitimidade e voz na formulação e acompanhamento de políticas públicas de Educação Ambiental (BIASOLI, 2015, p. 80).

Contextualizando a história de Ananindeua observa-se que ainda não existe um movimento relacionado ao fortalecimento da Política Nacional de Educação Ambiental, uma vez que a Lei nº 2.510 de 23 de maio de 2011, Política Municipal de Educação Ambiental, já passou por aprovação pela Câmara Municipal, porém encontra-se em análise para a aprovação dos Conselhos de Educação e de Meio Ambiente, o que demonstra a ausência de compromisso das instituições representativas da classe social e que tem por dever fomentar essas políticas estruturantes dentro da gestão municipal o que garantiria perenidade e continuidade nas ações previstas pela legislação.

E na perspectiva de execução da Política Municipal de Educação Ambiental, que se faz necessário reivindicar a aplicação do Art. 19 no qual “ Fica o Poder Executivo autorizado a constituir o Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental, formado paritariamente por representantes dos órgãos de Meio Ambiente, Educação, Cultura, Ciências e Tecnologia, Saúde, Trabalho, Universidades, da Câmara de Vereadores e de representantes de organizações não-governamentais, que terá a responsabilidade do acompanhamento da Política Municipal de Educação Ambiental”. Esse arranjo institucional se caracteriza pela participação de forças sociais instituintes⁷ representativos de todas as camadas sociais.

Conforme observamos toda essa legislação tinha como intuito fazer valer as políticas públicas de Educação Ambiental no sentido de tornar mais efetiva as parcerias e a responsabilidade de Estado, Municípios e órgãos afins, dada a necessidade de promover ações para beneficiar a sociedade pois é conhecido ser a questão ambiental um problema que afeta o destino da humanidade tendo mobilizado governo e sociedade civil comprometidos com a desenvolvimento de um conjunto de práticas voltadas para o meio ambiente tanto no âmbito

⁷ Forças vindas da base, do conjunto de indivíduos que se unem para ações conjuntas e em prol do Bem Comum. Forças instituintes são a materialidade na vida concreta, no cotidiano da socialização dos indivíduos e em grupo (BASIOLI, 2015).

das legislações e dos programas de governo quanto nas diversas iniciativas de grupo, de associações de movimentos ecológicos.

3.1 Contexto histórico e socioeconômico do Município de Ananindeua

A Educação Ambiental é um conhecimento importante que propicia oportunidades de conhecer, analisar e refletir sobre as relações humanas mantidas nos diversos âmbitos sociais, pois estas influenciam direta e indiretamente na qualidade de vida e saúde dos moradores do lugar. Nesta compreensão será destacada a seguir uma discussão teórica para tratar questões sobre o município de Ananindeua que ao longo de um intenso processo histórico assumiu posturas econômicas, políticas, sociais, culturais, educativas, científicas e tecnológicas para o trato com a preservação de seu ambiente.

O Município de Ananindeua possui nome de origem Tupi, onde “Ananin” é nome de uma espécie de árvore encontrada na localidade, esta árvore era muito utilizada na produção de resinas industriais para calafetar (vedar ou tapar fendas) embarcações e produzir cosméticos. O restante do nome, “Teua” em Tupi significa abundância, todavia, por uma questão de melhor fonética modificou-se o nome de “Teua” para “Deua”, formando assim o nome Ananindeua, ou seja, abundância de Ananin (COSTA, 2009).

A comunidade mais antiga de Ananindeua que se tem registro, é a comunidade quilombola do Abacatal que está sediada no município desde 1710. Situada às margens do Rio Guamá, distante oito quilômetros da sede do município, essa comunidade tem suas origens num engenho de cana-de açúcar de propriedade do Conde português Antônio Coma de Melo. Atualmente, mais de 119 famílias ocupam uma área de 602 há (seiscentos e dois hectares) (ANANINDEUA, 2006).

Essa comunidade merece destaque por conta do desenvolvimento de sua população afrodescendente e também da parceria e contribuição de suas atividades agrícolas. Outro destaque relaciona-se as conquistas desta população no que se refere a educação ofertada as crianças e jovens, uma vez que existe o compromisso da gestão municipal e federal para garantir educação básica na E.M.E.I.F. Manoel Gregório Rosa Filho e ensino superior aos jovens que estão em idade de cursar a universidade. Esses são contemplados por meio das cotas garantida pela Universidade Federal do Pará.

O ano de 1916 marca a chegada ao Maguary⁸ dos sócios Claude Whitfield Tyrrel Saunders e Arthur Davids. Os dois adquiriram um rudimentar barracão de madeira localizado às margens do Rio Maguary e ali foi iniciada a mais importante indústria de curtimento de couro do município, o Curtume Maguary. A instalação do Curtume fez surgir em suas imediações uma nucleação construída oficialmente por moradias de trabalhadores da fábrica. Conhecida originalmente como Vila Operária, e mais tarde como Vila do Maguary, este povoamento caracterizou Ananindeua durante muito tempo como “cidade dormitório”, tal nucleação foi efetivamente a primeira iniciativa de cunho urbano do território no município (ANANINDEUA, 2006).

O desenvolvimento de Ananindeua ocorreu inicialmente a partir das instalações das fábricas que se estabeleceram em alguns espaços trazendo um cenário urbano que se fortaleceu primeiramente através das moradias dos trabalhadores operários e com isso outros moradores lá se mobilizaram construindo famílias de maneira bastante significativa e que hoje caracteriza este ambiente como um dos municípios mais desenvolvidos do Estado. É claro que com o passar do tempo a modernização e industrialização trouxe progresso para este município. Mas também sérios prejuízos para sua população que sofre com problemas como transporte, segurança, habitação, gestão de resíduos sólidos e principalmente a ausência de um diálogo permanente entre comunidade e gestão municipal que não consegue dar conta de garantir a cidadania das pessoas que moram e convivem no ambiente de Ananindeua.

Em seu princípio Ananindeua pertencia as intendências de Belém, após 1938, passou a ser parte do distrito de Santa Izabel, até 3 de janeiro de 1943, quando foi emancipada como município em 1944, sua área se estendia por Marituba, Benevides e Benfica. A população que formou o município segundo Mendes (2003, p.26) “é basicamente de ribeirinhos e caboclos, fugidos da cabanagem, de várias localidades do estado sendo depois da comunidade do Abacatal a localidade do Maguary o mais antigo núcleo urbano do município. Suas ilhas foram sendo paulatinamente povoadas, como a Ilha de São Pedro, Sassunema, Mutum e outras. Com a criação da Estrada de Ferro Belém-Bragança (E.F.B.) um contingente populacional também emergiu de outras localidades do Pará para Ananindeua”.

A Região Metropolitana de Belém (RMB) foi instituída pelo Governo Federal em 1973, composta pelos municípios de Belém e de Ananindeua (BRASIL, 1973). Essa região foi ampliada em 1995 pelo Governo do Estado do Pará, com a inclusão de Marituba e de

⁸ No século XIX, acredita-se que teve início o processo de colonização do núcleo urbano mais antigo do município, o Maguary, por ribeirinhos que ocuparam a região a partir dos episódios da Cabanagem (ANANINDEUA, 2006).

Benevides (PARÁ, 1995), envolvendo a área de 1.827,7 km². Em 1996, com a criação do município de Santa Bárbara do Pará, a partir de desmembramento de Benevides, a RMB assume sua atual composição em cinco municípios. O ecossistema amazônico original dota a RMB de áreas de floresta tropical úmida, alterada em função do desmatamento acelerado nos cinco municípios. Algumas manchas de vegetação intacta ainda estão presentes nos municípios de Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará e em algumas ilhas dos municípios de Belém e Ananindeua. (LIMA; MOYSÉS, 2009).

No ano de 2006 o município de Ananindeua, em resposta ao movimento nacional para construção do Plano Diretor Municipal, aderiu a esse chamamento para a elaboração deste importante documento visando o ordenamento da Cidade e do Campo. Ananindeua elaborou seu Plano Diretor e, que em virtude das transformações ocorridas no espaço físico da cidade e do campo, ao longo desses anos, necessita de atualização, para dar repostas sustentáveis ao fenômeno do crescimento populacional e industrial deste município que nos últimos anos deste século tem tido diversos ganhos em sua economia através de investimentos realizados por empresas de diferentes segmentos como a Amafibra Fibras e Substratos Agrícolas da Amazônia Ltda., SOCOCO Agroindústria da Amazônia, Fábrica de Biscoitos Ricosa que tem contribuído significativamente no cenário empresarial, Supermercado Líder, Motobel, lojas Americanas, Oplima.

Segundo a orientação do Ministério das Cidades, o Plano Diretor Municipal deve ser elaborado seguindo dois eixos principais: inclusão territorial e participação da sociedade. O eixo da inclusão territorial refere-se à garantia clara, por meio das diretrizes e instrumentos do Plano Diretor que visa reduzir as desigualdades sociais ao possibilitar que famílias de baixa renda possam ter maiores oportunidades de acesso. O eixo da participação social dos que vivem e constroem a cidade, é indispensável, visto que a população irá decidir quais são os temas a serem tratados no plano e quais os instrumentos de distribuição justa dos custos e benefícios da urbanização (ANANINDEUA, 2006, p.23).

A Lei nº 2.237/06, de 06 de outubro de 2006, institui o Plano Diretor do Município de Ananindeua e dá outras providências; que define:

Art. 1º - O plano diretor de Ananindeua – PDA é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, considerando a totalidade do território municipal, e tem como objetivos fundamentais o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana e a garantia do bem-estar de seus habitantes.

O Plano Diretor de Ananindeua tem por objetivo geral estruturar o meio urbano e rural com um desenvolvimento econômico sustentável integrado ao meio ambiente, compatível com as peculiaridades e necessidades da região e de seus habitantes, visando a moradia adequada, Infraestrutura e equipamentos urbanos suficientes para a promoção da qualidade de vida, e sobremaneira orientar e assegurar o desenvolvimento socioeconômico local (PDA, 2006).

Dentre suas diretrizes que irão nortear seus princípios, planos e ações há uma temática que ultimamente está sendo recorrente em nossa sociedade local que é a gestão integrada municipal dos resíduos sólidos. O município está situado na região metropolitana de Belém num estado de colapso ambiental iminente, uma vez que, a falta de gestão integrada e visão de futuro sobre a destinação dos resíduos sólidos da cidade estão pondo em cheque o futuro do desenvolvimento local. Em resposta a esse contexto socioambiental o Plano Diretor Municipal/2006 norteia que deve existir na cidade um Programa de Gestão dos Resíduos Sólidos expressando seu objetivo no Art. 47 “O programa de coleta e destinação final de resíduos sólidos tem por objetivo desenvolver um ciclo sustentável, que inclui a coleta seletiva, o seu aproveitamento, reaproveitamento ou reciclagem, quando for o caso e o tratamento de sua destinação final”.

Para tanto, o Programa de coleta seletiva e destinação final de resíduos sólidos estabelece no seu Art. 48, as seguintes diretrizes:

- I - elaborar o plano diretor setorial de resíduos sólidos;
- II - implantar a coleta seletiva de resíduos sólidos nas unidades de planejamento;
- III - acondicionar os resíduos recicláveis de modo a serem reintroduzidos no ciclo do sistema ecológico;
- IV - acondicionar os resíduos não recicláveis de maneira a minimizar o impacto ambiental;
- V - destinar as áreas resultantes de aterro sanitário a parques e áreas verdes;
- VI - estimular a comercialização dos materiais recicláveis por meio de cooperativas de trabalho;
- VII - desenvolver junto aos estabelecimentos de ensino sediados no Município, no âmbito de um programa de Educação Ambiental, ações educativas relacionadas aos hábitos de consumo e à produção de resíduos sólidos (PDA, 2006).

Todavia, quando este documento estabelece como meta principal a criação de um programa que vise a coleta seletiva e sua destinação final, ele pressupõe o reconhecimento e formalização futura de cooperativas de catadores, o fomento a economia solidária, a instalação de aterros sanitários, a práticas de alternativas sustentáveis no manejo desses resíduos como a permacultura, a comercialização de gás natural, instalação de hortas orgânicas. No entanto, o que configura na atual conjuntura político-institucional do município

não são esses atores sociais ou, ao menos, essas práticas socioambientais, e sim, um cenário longe do que seja uma gestão integrada de resíduos sólidos no município.

Os estratos mais pobres, justamente os que precisam com urgência de ações de democratização do acesso a oportunidades, acabam por ocupar os espaços urbanos que ainda não atendem aos interesses e desejos de consumo e acumulação dos estratos mais elevados, formando assim as ocupações urbanas desordenadas, onde o *apartheid* social e econômico já existente, confirma-se e se aprofunda no *apartheid* espacial urbano. O resultado é um município onde um índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) apresenta uma média 0,7; considerado médio, camufla uma extrema desigualdade interurbana, expressa na dicotomia condomínios de luxo x ocupações miseráveis (ANANINDEUA, 2006, p.23).

No que se refere aos avanços e retrocessos das leis ambientais no município de Ananindeua, o período atual é de expectativa sobre as ações futuras relacionadas, por exemplo, a aplicação efetiva da Política Municipal de Educação Ambiental, o Plano Diretor Municipal que precisa passar por uma reformulação, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos ainda não configura na pauta de discussões da gestão atual, comprovando a ausência de esforços para colocar em prática ações sociambientalmente corretas. Esse quadro de “espera” reflete sobremaneira no processo de desenvolvimento local, que não encontra referências socioambientais legais para desenvolver a região. É fato que o poder executivo municipal tem um papel essencial na promoção da cooperação entre todos os atores desse território, objetivando criar sinergia entre as ações, projetos e programas de Educação Ambiental. É imperativo a implementação das políticas públicas municipais continuadas e integradas e que possam ser aprimoradas de forma incremental e articulada buscando o desenvolvimento local.

É importante reconhecer que essas políticas públicas também podem prescindir de ser reconhecida no seio da sociedade, até para se legitimar, através dos atos de legitimidade dos Conselho Municipal de Meio Ambiente e de Educação, dos Comitê de bacias, o Fundo Municipal de Meio Ambiente, enquanto instrumento de gestão ambiental que garante autonomia de execução aos projetos sustentáveis idealizados.

Santos (2002, p.75) propõe uma imensa reconstrução das engrenagens sociais face aos destroços do capitalismo mundializado integrado. Trata-se de globalizações contra hegemônicas pautadas no princípio da comunidade, historicamente fragilizados. “No entanto, a priorização da comunidade e da ação coletiva não pode significar o enfraquecimento do Estado, mesmo um Estado com a realidade histórica brasileira, constituído por um sistema

político de forças, ligado aos “donos do poder”, contra o povo, ou sem o povo e que não representa a Nação, um Estado patrimonial”, como resgata Faoro (2001, p. 867).

O diálogo com as teorias aliado as vivências no município de Ananindeua relevam lacunas que precisam ser revistas para que a Educação Ambiental seja percebida com um olhar humanizado que reconheça a necessidade de garantir saúde, qualidade de vida, posto que estes se caracterizam como sendo pressupostos importantes que asseguram a conquista da cidadania aos moradores do município e visando futuras gerações novos posicionamento no que diz respeito a Educação Ambiental. Portanto necessário se faz a ampliação do diálogo entre os representantes do poder público e a sociedade civil com o intuito de assegurar os interesses da coletividade.

No que diz respeito ao processo formativo em Educação Ambiental no município de Ananindeua é interessante informar que no período do mês de fevereiro ao mês de junho do ano de 2015, aconteceu o Curso de Extensão em Educação Ambiental, Escolas Sustentáveis e Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (COM-VIDA) no polo Ananindeua (PA). O Curso foi realizado pelo Grupo de Estudos em Educação, Cultura e Meio Ambiente (GEAM) que integra o Plano de Formação de Professores da Universidade Federal do Pará (UFPA), coordenado pela Professora Dra. Marilena Loureiro. O curso teve como objetivo qualificar professores, técnicos da rede pública de ensino e da comunidade na área de Educação Ambiental, afim de gerar melhores intervenções político-pedagógicas nas unidades escolares visando melhor aprendizagem dos envolvidos com a educação, a concepção foi de valorizar a perspectiva crítica e emancipatória da educação. Sobretudo motivar a integração dos agentes escolares para fomentar a socialização e ampliar os fundamentos teóricos, indicativos e metodológicos para o desenvolvimento de práticas de inserção da Educação Ambiental nos currículos escolares que compõem as redes de ensino envolvidas no curso por meio da instalação de projetos interdisciplinares, a partir dos conteúdos trabalhados no curso.

O curso foi uma realização da SECADI/MEC (SECADI – fundada em 2004), que desde a sua criação vem desenvolvendo programas que contemplam temas como alfabetização e educação de jovens e adultos, educação no campo, quilombola, educação escolar indígena e diversidade étnico-racial, com o propósito de diminuir as desigualdades educacionais. São parceiros nesta ação, o MEC, a SECADI, o CGEA, os Governos Estadual e Municipal, a UFPA e o GEAM.

O Processo formativo foi pensado em quatro módulos organizados especificamente para um Curso de Extensão em Educação Ambiental e Escolas sustentáveis, tal como este.

Quadro 2 – Demonstrativo de Curso em Educação Ambiental para professores.

MÓDULOS	EMENTAS
Módulo I	“ <i>Eu- Engajamento</i> ”, sendo a modalidade semipresencial com a carga horária de 30h. A emenda aborda “incitar o engajamento individual no processo formativo por meio da pegada eco lógica, da construção da biografia e da avaliação ecossistêmica do milênio”;
Módulo II	Considera-se a temática: “Outro, nossa responsabilidade na escola”, com a modalidade semipresencial, com a carga horária de 30h. A ementa “A escola como território de atuação, revisitando o projeto político-pedagógico e a formação de COM-VIDA”;
Módulo III	Será discutido “Mundo”, comunidade e ecotécnicas para a sustentabilidade, sendo semipresencial, com 40h, considerando situações presentes no espaço físico, realizar uma proposta de adequação da escola aos princípios da sustentabilidade por meio de elenco de ecotécnicas;
Módulo IV	Serão apresentadas “experiências”, de escolas pertencentes à região amazônica, sendo semipresencial, com 30h, abordando projetos desenvolvidos nas instituições de ensino, os quais visam um olhar sensível as questões ambientais do local onde estão inseridas, com vistas a experimentação de projetos de Educação Ambiental e escolas sustentáveis.

Fonte: SECADI, 2004.

Bianchi, (2015, p. 102) nos informa que “Nos processos de formação continuada de professores, as universidades enviam dados sobre como ocorrem e qual é o nível de aprovação. Diversas IES fazem relatórios qualitativos e produzem publicações com diversos enfoques a partir dos cursos, constituindo um espaço importante para o MEC (e outros) avaliar e acompanhar o que ocorre no território (suas produções, concepções, saberes, inovações, demandas, diversidades, identidades e peculiaridades construídas pelas relações/interações entre os sujeitos e a biorregião), de maneira ampla, capilarizada e aprofundada (um construto entrelaçado de dimensões - cultural, social, ecológica, econômica, entre outras - que constitui o ambiente). Por fim, esta categoria evidencia que o MEC, ao trabalhar a Educação

Ambiental nas instituições de ensino, tem incorporado a ideia de escolas sustentáveis e espaços educadores sustentáveis.

O modo de seleção das escolas do município para participarem desse processo formativo foi demanda espontânea no qual era feito o contato, via e-mail, com o gestor que ficava encarregado de divulgar para o corpo de profissionais da escola a referida proposta de formação continuada em serviço. No entanto, 100% dessas escolas que participaram desse processo formativo no ano de 2015, não tinham ou tiveram relação com a seleção do Programa Escolas sustentáveis e, tão pouco, foram selecionadas para receberem a verba para PDDE Escolas Sustentáveis, em decorrência dessa formação.

Segundo o que dispõe a Política Nacional de Educação Ambiental, lei nº 9795/99, parágrafo único do Art. 11º “Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental“. No âmbito da adequação curricular a temática ambiental que trata da sustentabilidade esse parágrafo vem de encontro a um relevante indicador ambiental escolar que caracterizado pela qualificação e formação continuada em Educação Ambiental do corpo docente.

3.2 Encaminhamentos legais relacionados a Educação Ambiental em âmbito nacional e as ações desenvolvidas em Ananindeua.

A educação não se constitui como um processo isolado para avançar é necessário que ocorram parcerias entre órgãos mantenedores e instituições afins visando alcançar objetivos positivos no ensino. A seguir será proposta uma discussão para mostrar os encaminhamentos legais relacionados a Educação Ambiental em âmbito nacional e as ações desenvolvidas em Ananindeua pois na atualidade as questões relacionadas ao ambiente tem sido amplamente discutidas em virtude da sua relevância para a vida humana pois é conhecido que o homem mantém uma relação harmoniosa mas também complexa com a natureza onde na maioria das vezes este pouco ou não se preocupa com as consequências de seus atos quando se trata de cuidar e preservar.

Para esta discussão daremos ênfase para a Resolução nº 18, de 3 de setembro de 2014 que dispõe sobre a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a escolas públicas da educação básica, a fim de favorecer a melhoria da qualidade de ensino e a promoção da sustentabilidade socioambiental nas unidades escolares.

Essa Resolução é uma importante conquista para os envolvidos com a Educação Ambiental pois este campo de saber deve passear pelo currículo de maneira contínua, uma vez que os alunos são responsáveis também por cuidar e preservar a escola. E nesse contexto também é possível desenvolver ações de sustentabilidade para que os atores escolares desenvolvam comportamentos adequados que possibilitem uma reeducação no sentido de preservar não somente a escola. Mas também suas casas, o bairro onde moram e o mundo no qual vivem.

Conforme o art. 3º desta resolução: “os recursos financeiros devem ser empregados na implementação de ações que propiciem condições favoráveis à melhoria da qualidade de ensino e à transição das escolas para a sustentabilidade socioambiental, considerando a gestão, o currículo e o espaço físico e a comunidade, de forma a tornarem-se espaços educadores sustentáveis”

Bianchi, (2016, p. 84) nos convida a pensar que “são muitas as dificuldades e fragilidades organizacionais, estruturais, políticas e econômicas do Programa Nacional Escolas Sustentáveis: falta de equipe na Coordenação Geral de Educação Ambiental; não institucionalização do Programa Nacional Escolas Sustentáveis oficialmente; não há garantias de orçamento para o universo das escolas; há falta de articulação interna no Ministério da Educação e Cultura para internalizar a proposta nas demais políticas voltadas à educação básica e superior etc”.

Os pesquisadores da área da Educação Ambiental entendem que o processo de precarização do trabalho docente constitui um problema e um desafio à proposta do Programa Nacional Escolas Sustentáveis (PNES). Também considera que os professores se sentem extremamente saturados e cansados. Que as escolas estão imersas num universo de problemáticas como as drogas, alcoolismo, gravidez na adolescência, violência etc. Para Bianchi (2016, p. 85) essas considerações que os pesquisadores fazem nos conduzem novamente ao inciso 6º do Art. 3º da Resolução nº 18 (2014) que vem assegurar a necessidade de “ aquisição de materiais didático-pedagógicos que tratem de temáticas voltadas às mudanças ambientais globais; à sustentabilidade, aos espaços educadores sustentáveis, bem como àqueles que estimulem o reconhecimento e o respeito à diversidade cultural e aos direitos humanos”.... [...] Bianchi (2016, p. 86) elenca uma série de desafios e considera que o maior problema é principalmente a correlação de forças antiecológicas que nem mesmo segundo os conceitos e interesses do capitalismo faz falta, mas essas forças que são contra a ecologia, contra o ambientalismo e que estão estruturadas com peso, principalmente em países como o Brasil que são muito dependentes das commodities. Cita outras problemáticas e

desafios: ausência de recursos para o setor operacional; falta de articulação institucional e dialógica entre as políticas de educação; dificuldade das escolas na gestão de recursos, necessidade de formações; ausência de avaliação dos processos e programas.

De acordo com as análises observadas no decorrer da pesquisa constatou-se que a questão das escolas sustentáveis no município de Ananindeua merece atenção porque envolve políticas. Este envolvimento deve promover condições para fortalecer ações interdisciplinares onde esforços de prevenção sejam prioridades para que sejam alcançados resultados positivos no comportamento de todos os envolvidos com o ensino sugerindo práticas de Educação Ambiental contínuo. Tais ações devem contar com o envolvimento da comunidade na qual a instituição está inserida uma vez que todos são responsáveis pela preservação não apenas da escola, mas do local onde ela está inserida partindo de princípios que colaborem para comportamentos e pensamentos que incluam a preservação da vida.

O movimento da Educação Ambiental precisa de presença, engajamento e mobilização no fortalecimento do programa. Relevante, pois ancora a reafirmação de uma concepção teórica de escola sustentável, que tem como intencionalidade pedagógica ajudar a produzir os intelectuais orgânicos e ecológicos da classe trabalhadora. E eles só vão ser constituídos com todas as dimensões de formação ecológica, da Educação Ambiental. Bianchi (2016).

Quadro 3 – Plano de Ação das escolas que foram habilitados pelo MEC

Planos de ações das escolas – PDDE sustentável 2014/2015	
ESCOLAS	AÇÕES
E 1	1) Apoiar a criação e fortalecimento da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola; 2) Adequar o espaço físico visando a destinação apropriada de resíduo sólido da escola, eficiência energética e uso racional da água, conforto térmico e acústico, mobilidade sustentável e estruturação de áreas verdes; 3) Promover a inclusão da temática socioambiental no Projeto Político Pedagógico.
E 2	1) Apoiar a criação e fortalecimento da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola; 2) Adequar o espaço físico visando a destinação apropriada de resíduo sólido da escola, eficiência energética e uso racional da água, conforto térmico e acústico, mobilidade sustentável e estruturação de áreas verdes;

	3) Promover a inclusão da temática socioambiental no Projeto Político Pedagógico.
E 3	<p>1) Apoiar a criação e fortalecimento da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola;</p> <p>2) Promover a inclusão da temática socioambiental no Projeto Político Pedagógico;</p> <p>3) Adequar o espaço físico visando a destinação apropriada de resíduo sólido da escola , eficiência energética e uso racional da água, conforto térmico e acústico, mobilidade sustentável e estruturação de área verdes.</p>

Fonte: PDDE, 2013.

A primeira edição do PDDE Escolas Sustentáveis, ocorrida em 2013, foi regulamentada pela Resolução/CD/FNDE/MEC nº 18/2013 e beneficiou, num primeiro momento, oito escolas do município, e no ano de 2014 com a pela Resolução/CD/FNDE/MEC nº 18/2014 ocorreu a adesão de mais cinco escolas da rede. Diante deste cenário, segundo dados do campo, do universo de treze escolas habilitadas, nove escolas receberam a verba federal e quatro escolas até o mês de março do ano de 2015 ainda se encontravam com status de “validado pelo MEC”, porém sem recebimento da verba federal. Fazendo um recorte para meu universo de estudo, as escolas E1, E2 e E3, isso se fez refletir no universo de estudo onde as escolas E1 e E2 receberam a verba do PDDE Escolas Sustentáveis, porém essas parcelas (P1 e P2) saíram com bastante atraso. A escola E3 foi uma das quatro escolas que até o ano de 2015 ainda não havia uma confirmação de recebimento desta verba.

Esses impasses operacionais ocorridos durante a execução do PDDE Escolas sustentáveis impactam negativamente a dinâmica do Programa dentro das escolas no que diz respeito a sua plena execução. Pois situações como essas inviabilizam o desenvolvimento do projeto proposto através do plano de ação. Mas ainda assim, foi possível colher registros de algumas ações do projeto como o trabalho paisagismo no interior da escola E2, como mostra a foto 3 a seguir:

Foto 3 – Trabalho de paisagismo, com os alunos na Escola Municipal E2 / 2014.



Fonte: Coordenação Pedagógica da E2, 2017.

O sucesso do projeto horta escolar na escola E1 (ver foto 4 e 5), a construção do espaço de convivência para os alunos na escola E3 (ver foto 6). Controverso a essa realidade, na mesma escola E3 o projeto horta escolar que foi idealizado pela por toda a comunidade escolar contou, inicialmente, com o apoio da comunidade do entorno da escola, como empresários, dos professores que fizeram o projeto. Porém, devido a carência de um apoio técnico agrícola, e o atraso no repasse da verba federal as ações com a horta não alcançaram seus objetivos. As ações desenvolvidas por meio de projetos precisam contemplar o interesse de todos os sujeitos envolvidos com a escola para que juntos possam alcançar os objetivos previstos. (Foto 7).

Foto 4 e 5 – Projeto Horta Escolar na E1



Fonte: Gestão escolar, 2017.

Foto 6 e 7 – Espaço de convivência dos alunos e Horta escolar E3



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

O Brasil está enfrentando uma crise econômica, e há um grande risco de programas educacionais, mais precisamente no que tange ao fomento da EA, como o PDDE Escolas Sustentáveis e o PNES, deixarem de existir. Caso mais sério é o do PNES, o qual, mesmo envolvendo centenas de escolas no país, até o presente momento se encontra ainda em sua versão preliminar, em análise nos altos escalões do MEC, sendo que a própria Coordenação Geral de Educação Ambiental – CGEA, teme pela sua continuidade. Essa possibilidade de retrocesso coloca em risco os avanços conquistados no campo da EA com as DCNEA, em 2012. Então, supõe-se que não é, e não será diferente, com os Programas governamentais mencionados aqui. (MOTA, 2016, p. 13)

De acordo com os encaminhamentos previstos para as escolas sustentáveis percebemos que não foram localizados indicadores e metodologias de avaliação do Ministério da Educação (MEC) sobre os resultados do Programa para, enfim, auxiliar as escolas na sua transição para a sustentabilidade. Não há monitoramento, acompanhamento ou assessoramento técnico junto as escolas, secretarias ou universidades. Células de apoio a implementação de escolas sustentáveis ou espaços educadores sustentáveis poderiam ser criados nos territórios, articuladas nas instâncias das Secretarias de Educação Estaduais e Municipais.

Mediante o desenvolvimento de políticas estruturantes voltadas ao âmbito educacional, cabe considerar que muitas estão trazendo benefícios significativos a dinâmica da escola, ao trabalho dos gestores, coordenadores, professores ao fortalecimento da parceria entre família e escola que merecem destaque em virtude dos resultados que vem sendo obtidos ao final do ano letivo. Entretanto, cabe frisar que interessante seria haver uma

interação entre os programas e outras aprendizagens para que estes não se resumam apenas as práticas de leitura, escrita e fazer cálculos.

A elaboração da proposta do Programa Nacional Escolas Sustentáveis emerge da Coordenação Geral de Educação Ambiental – CGEA, do MEC, tendo sua base no Edital nº 06 da SECADI/MEC, em 1º de abril de 2009. O objetivo principal estava voltado à convocação das Instituições integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) para organizarem cursos de formação continuada aos professores da rede pública da Educação Básica no Brasil. (BRASIL, 2009), foi nesse intuito que a Universidade Federal de Ouro Preto, a Universidade Federal do Mato Grosso e a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, associaram-se para organizar um projeto que ofertasse cursos para professores sobre as Escolas Sustentáveis. O curso, intitulado “Processo Formativo em Educação Ambiental, Escolas Sustentáveis e COM-VIDA”, ocorreu em 2010 e abrangeu 1600 cursistas de 39 pólos da UAB situados em 16 estados e no Distrito Federal. (PEREIRA; MENDONÇA; SOUZA; ZANON, 2011).

É depois desse contexto que se dá origem as diretrizes norteadoras do Programa, elas estabelecem as linhas de atuação, suas estratégias e ações, abaixo suas principais diretrizes: Formação inicial e continuada, presencial e a distância; Enraizamento da Educação Ambiental, articulações institucionais e com Redes; Fomento a participação infantojuvenil; Pesquisa; Currículo; Fluxos de financiamento; Comunicação e troca de experiências; Avaliação.

Dessas diretrizes o Programa propõe-se algumas estratégias chave que irá beneficiar a ação de Educação Ambiental na área da formação inicial e continuada, presencial e a distância, como: Ampliar a Rede de universidades capazes de cursos de especialização e extensão em escolas sustentáveis e COM-VIDA; Articulação com universidades que já possuem iniciativas de ambientalização curricular para fortalecer e fomentar a educação nas instituições educativas; Articulação com UNICEF, MCTI, MI, universidades e escolas para prevenção dos riscos em escolas e comunidades de municípios sujeitos a emergências ambientais; Estimular a utilização do Portal da/o Professora/or na divulgação de planos de aulas em prevenção, preparação e resposta a emergências ambientais nas comunidades e escolas.

Outra linha de atuação é o fomento ao enraizamento da Educação Ambiental, as articulações institucionais e com Redes, idealizando: Estimular a criação de políticas estaduais e municipais de espaços educadores sustentáveis; Desenvolvimento de projetos de construção, reforma e/ou adequação de escolas e IES, considerando critérios de

sustentabilidade ambiental; institucionalizar o Programa Nacional Escolas/Universidades Sustentáveis por meio de Decreto. A diretriz do fomento à participação infantojuvenil, apresenta as seguintes estratégias: Desenvolver ações de mobilização juvenil propostas na IV Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente; Fortalecer os movimentos autônomos de juventude e meio ambiente; Fomentar a criação e fortalecer as COM-VIDA e Agenda 21 na escola, considerando o potencial dos coletivos de juventude.

A Diretriz de desenvolvimento da Pesquisa, estabelece as Estratégias: Apoiar as Instituições de Ensino Superior (IES) no desenvolvimento de pesquisas sobre edificações sustentáveis, análise da viabilidade técnica e financeira de projetos de escolas sustentáveis e dos campi universitários, bem como sobre os impactos dos projetos atuais; Mapeamento dos impactos das ações da Coordenação Geral Educação Ambiental (CGEA) na educação básica e superior que subsidie a implementação de políticas públicas na área.

A diretriz do Currículo, enfatiza enquanto estratégias: Implementar as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental.

Na diretriz do fluxo de financiamento, as estratégias utilizadas foram: PDDE Escolas Sustentáveis; Proext; Articulações com SEB/Mais Educação e SECADI/Educação do campo. Na diretriz de Comunicação e Troca de Experiências as estratégias foram: Difundir informações sobre implementações das Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental (DCNEA), escolas sustentáveis/IES sustentáveis e riscos ambientais; Favorecer trocas de experiências e identificação de novas propostas para implementação de espaços educadores sustentáveis na educação básica e educação superior.

E como última diretriz do programa propõe-se a Avaliação, com as seguintes estratégias: Criar selo de participação no Programa como forma de identificar a transição das escolas e Instituições de Ensino Superior como espaço educador sustentável.

O Programa Nacional Escolas Sustentáveis propõe um processo educativo permanente e continuado por meio de três dimensões interdependentes:

Figura 1 – As três dimensões de uma Escola Sustentável



Fonte: Brasil, 2012, p. 13.

A proposta do Programa deriva do Tratado Internacional de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, documento que também inspirou a formulação da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei n. 9795/99).

Uma escola sustentável, deve ter nas suas atitudes ações que estimulem a busca pelo conhecimento, manter o compromisso socioambiental com o seu meio e, sobremaneira estimular a participação ativa de todos os membros da comunidade escolar, professores, gestores, estudantes, seus familiares e comunidade do entorno. Esta escola deve promover o exercício da plena cidadania no espaço escolar, o diálogo com respeito a diversidade, o incentivo ao trabalho coletivo.

Figura 2 – Pressupostos pedagógicos da Escola Sustentável



Fonte: Brasil, 2012, p. 11

O Programa Novo Mais Educação, criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 5/2016, é uma estratégia do Ministério da Educação que tem como objetivo melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes. No ano de 2017, o novo Programa foi implementado por meio da realização de acompanhamento pedagógico em Língua Portuguesa e Matemática e do desenvolvimento de atividades nos campos de artes, cultura, esporte e lazer, impulsionando a melhoria do desempenho educacional mediante a complementação da carga horária em cinco ou quinze horas semanais no turno e contra turno escolar (BRASIL, 2018b). Diante da importância do programa nota-se que suas ações e atividades não abraçam dimensões socioambientais que poderiam ser contempladas a disciplina de língua portuguesa e matemática, pois estas estão diretamente ligadas ao comportamento que os alunos desenvolvem no meio ambiente igualmente a educação física que nos dias atuais incentiva práticas esportivas e comportamentos ambientalmente corretos

4 EXPERIÊNCIAS DE TRÊS ESCOLAS VINCULADAS AO PROGRAMA NO MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

Neste caminho acadêmico destaca-se o percurso metodológico onde tem relevância o contexto no qual a pesquisa se concentra, pois, neste ocorrem relacionamentos dinâmicos mais também complexos porque circulam diversos olhares, percepções, informações, conhecimentos que dialogam entre si e em certas ocasiões pontuais fortalece os discursos em relação a temática envolvendo Educação Ambiental. Neste cenário de discussão ganham destaque os atores envolvidos com a pesquisa e que foram selecionados para participar deste trabalho visto que suas experiências educativas contribuem significativamente para qualificar o estudo.

4.1 O contexto escolar

Este local foi escolhido primeiramente porque a pesquisa precisa de um lócus para que os seus procedimentos científicos sejam desenvolvidos com credibilidade, também porque seu ambiente é permeado de relacionamentos complexos em virtude da extensão do seu espaço geográfico no qual a gestão municipal atua. Assim manteve-se um diálogo, trançando um viés histórico para ampliar os conhecimentos e informações sobre a origem desse município até a sua evolução nos dias de hoje.

4.2 Os atores envolvidos com a escola

Para a escola municipal o aluno é um ser que participa ativamente da história de sua sociedade a medida em que vai construindo sua história ele se torna um sujeito histórico-cultural adquirindo conhecimentos da realidade na qual se insere é alguém que em contato com o currículo escolar desenvolve a autonomia intelectual e o pensamento crítico bem como a capacidade de lidar com situações diversas. Deste modo os atores desse projeto serão alunos que compõem as turmas do Ensino Fundamental, professores e gestores que estão diretamente envolvidos com um processo ensino-aprendizagem dinâmico e significativo.

O ensino fundamental, etapa de escolarização obrigatória, na faixa etária de 06 a 14 anos de idade é direito público subjetivo e sua oferta deve ser assegurada a toda a criança e adolescente, inclusive aos que não tiveram acesso em idade própria (Lei. 9394/96), visando atender aos princípios de uma educação ética, democrática e cidadã, favorecendo o desenvolvimento das potencialidades, como elemento essencial para a realização pessoal e

social de cada educando. Nesse sentido, as escolas deverão construir suas propostas pedagógicas em vista atender a esses princípios e as finalidades estabelecidas nesta Proposta Curricular, considerando ainda nesse processo as diretrizes emanadas da legislação nacional. Para esse fim o ensino fundamental ofertado na Rede Municipal deverá atender as seguintes finalidades - A efetivação de ações que estimulem o desenvolvimento de atitudes como: respeito, cooperação, solidariedade, justiça, ética e os cuidados com o meio ambiente.

De acordo com a Proposta Curricular está clara a necessidade de trabalhar com os alunos a questão relativa ao meio ambiente, planejando, avaliando analisando e questionando para que estes possam desenvolver a consciência ambiental e perceber a importância de viver na coletividade entendendo o compromisso de cada pessoa no sentido de se sentir responsável pelo lugar onde vivem e, por conseguinte, ajudar na preservação do local para as próximas gerações que virão. Deste modo não há como negar que os conteúdos estudados no ensino fundamental devem atentar para a percepção sobre práticas ambientais de cuidar e está educando para que o ambiente seja respeitado.

O universo do estudo foi constituído por categorias que compõem o quadro de recursos humanos da escola obedecendo uma hierarquia distribuída de acordo com os cargos exercidos. Sendo os primeiros a serem selecionados foram os gestores escolares, que lideram as instituições e não medem esforços no sentido de contribuir junto ao alcance dos objetivos educacionais com suas ações compromissadas visando a garantia do desenvolvimento do trabalho coletivo para a superação de paradigmas que se tornam obstáculos na efetivação de um trabalho pedagógico voltado para as questões ambientais.

No decorrer da elaboração da pesquisa alguns procedimentos foram necessários. Estes foram fundamentais para a compreensão do passado e do atual momento vivido, reconstruir memórias que possibilitou a elaboração de procedimentos científicos que se deram a partir da pesquisa bibliográfica que culminou com um diálogo com teorias que tecem discurso sobre o tema em tela. Esta discussão foi relacionada as falas dos atores pesquisados e tratadas de forma qualitativa exigindo respeito aos seus conhecimentos e experiências pessoais e profissionais. Esta análise não se limitou apenas aos discursos, mas também as observações feitas nos vários contextos como forma de localizar as ações voltadas para a Educação Ambiental em lócus Ananindeua, partindo de suas instituições educativas. Este olhar não precisou ser apenas atento, precisou ser pertinente as questões sociais, econômicas, políticas, culturais, tecnológicas, que foram essências para entender este cenário a partir de percepções mais apuradas e contextualizadas com as vivencias e realidade do ambiente para a percepção de seu desenvolvimento local.

4.3 Análises das questões subjetivas

A pesquisa de campo foi desenvolvida com sucesso no qual foram aplicados questionários que efetivaram-se tendo por meta conhecer diferentes posicionamentos em relação a Educação Ambiental para verificar as concepções e pontos de vista dos envolvidos com a escola acerca do tema em tela. Essa técnica foi escolhida por que o questionário confere maior autonomia de respostas na qual os pesquisados têm a opção de refletir e responder em consonância com seus pensamentos, suas crenças, seus valores de acordo com a realidade que vivenciam.

4.3.1. Dialogando com a gestão sobre as práticas de Educação Ambiental na escola

Dessa forma, foi obtido o seguinte resultado: o primeiro convidado a compor a entrevista que se deu por meio de aplicação de questionário foram as gestoras escolares que diante das perguntas feitas se posicionaram dizendo o seguinte: quando questionadas acerca do conceito de escola sustentável estas disseram que:

*“É aquela escola que pode produzir o que se vai utilizar, é aquela escola que vai usar os recursos naturais que você tem **pra** se sustentar...” (G1).*

“É aquela que pratica ações voltadas para a preservação do meio ambiente, que tenha uma merenda saudável. Pratique ações (horta) e discussões a respeito de práticas sustentáveis” (G2).

“É aquela que trabalha Educação Ambiental com os alunos, procura criar projetos com materiais recicláveis, trabalhando com a orientação e informação dos alunos” (G3).

Diante das falas das gestoras fica claro que seus conhecimentos ainda são extremamente limitados voltados para algumas situações que envolvem o estudo sistemático e pontual com pouco embasamento teórico que seja capaz de dar conta de uma proposta pedagógica interdisciplinar que possa ser desenvolvida na escola de maneira contínua mesmo levando em consideração alguns problemas que são vivenciados no espaço onde a instituição está inserida. Os posicionamentos das respectivas gestoras merecem atenção pois comprovam a necessidade de uma formação continuada em busca de processos formativos para que estas profissionais possam orientar a sua equipe com segurança e o entendimento mais claro e consubstanciado em referências. E não apenas com o entendimento baseado no senso comum.

“ A educação, e particularmente a ambiental, é potencialmente um instrumento de gestão, por sua capacidade intrínseca de intervir no processo de construção social da realidade, ou para conservá-la ou para transformá-la” (Guimarães, 2012, p. 74)

Ao questionar as gestoras se as escolas e os professores, estão preparados para a política de escolas sustentáveis. Elas foram enfáticas em afirmar que:

“Ainda não, eles têm que aprender ainda muito, até porque é uma coisa nova e culturalmente o povo brasileiro especialmente aqui da região norte não tem essa idéia Esse conhecimento, ou melhor dizendo, né? Da questão da sustentabilidade para o meio ambiente” (G1).

*“Acho que não, apesar da discussão já existir, mas **pra** se colocar em prática ela esbarra em muitos fatores como o financeiro porque normalmente a gente fica nas discussões, nos vídeos, na gincana mas quando parte pra discutir e transformar a escola esbarra na questão financeira” (G2).*

“Nem todos, pois tudo que dá trabalho não gosta de se trabalhado, nós temos uns professores-parceiros, mas nem todos aderem” (G3).

De acordo com os respectivos posicionamentos constata-se uma certa incoerência porque os gestores pesquisados em nenhum momento assumem responsabilidades diante das questões relacionadas a Educação Ambiental, pois uma de suas responsabilidades, está no dinamismo que este profissional deve possuir para acompanhar e dialogar com o planejamento, os métodos e ações escolares. Suas respostas se tornam ainda mais complexas quando se verifica a relação feita entre a questão da falta de conhecimento e o financeiro, pois é certo que esses profissionais têm algum conhecimento acerca deste assunto mesmo que partam do senso comum e não disponham de um referencial teórico para ampliar essa discussão na sala de aula com os alunos e a comunidade.

É fato que os temas relacionados ao ambiente exigem uma certa cautela e conhecimentos específicos para serem tratados de forma adequada, de forma a atender os interesses e o aprendizado de alunos que se encontram nas diferentes modalidades educativas, tendo em vista que os documentos legais afirmam que este é um tema transversal que pode ser explorado de diversas maneiras. Quanto a questão relacionada ao dinheiro acredita-se que este não pode ser considerado o motivo para que o tema Educação Ambiental não seja mais explorado. E também a desculpa da formação não cabe, pois, os profissionais da rede municipal sempre foram contemplados com a formação continuada em serviço, que sem dúvida é um caminho que pode levar ao sucesso do ensinar e aprender Educação Ambiental.

A necessidade e a urgência de formação de educadores ambientais decorrem, inclusive, da crescente consciência dos problemas ambientais e da importância de os sistemas educacionais buscarem soluções mediatas para essa situação. Cabe, portanto, à universidade, às secretarias de educação e, possivelmente, às organizações não-governamentais a formação desses educadores. As diretrizes da Conferência de Tbilisi (1997) reforçam esse aspecto, na medida em que se deve: - Incluir no programa de formação de professores a Educação Ambiental; - Ajudar docentes dos centros de formação de professores na área de Educação Ambiental; - facilitar aos futuros professores uma formação ambiental apropriada à zona urbana ou rural; - tomar medidas necessárias para que a formação em Educação Ambiental esteja ao alcance de todos os professores (BRASIL, 2001, p.49).

De acordo com a pesquisa de campo foi perguntado as gestoras como foi a experiência de coordenação, por parte dos professores, no desenvolvimento do Programa Escola Sustentável, no qual responderam o seguinte:

“Tentamos sensibilizar os colegas para que a gente pudesse fazer as ações de caráter multidisciplinar envolvendo todas as áreas do conhecimento, mas nós sofremos certa resistência” (G1).

“Teve uma coordenação do professor de ciências e ele esteve muito à frente do trabalho” (G2).

“Cada professor ficava responsável pelo seu projeto, projetos de paisagismo e horta” (G3).

As respostas fornecidas pelas gestoras pesquisadas comprovam que dentro da escola se tenta fazer um trabalho de caráter multidisciplinar, contudo não existe uma interação propícia no sentido de combater a resistência, uma vez que, ainda não está definido na escola que ensinar e aprender Educação Ambiental é um fazer coletivo que deve contar com o empenho, colaboração e o compromisso de toda a comunidade escolar. Há também o agravante de que na escola existe um projeto para cada professor como se cada disciplina fosse isolada o que certamente não é adequado ao currículo, o interessante é que os alunos construam conhecimentos trabalhando com todas as disciplinas escolares pois a discussão sobre essa temática não pode ser de responsabilidade apenas de um professor. Novamente notamos a invisibilidade das gestoras que também não desenvolveram totalmente a idéia de que o trabalho do gestor consiste principalmente em liderar um grupo coeso que caminhe em busca do trabalho coletivo.

Em se tratando de professores do ensino fundamental, caberia às secretarias desenvolver projetos de avaliação quanto a procedimentos pedagógicos do professor (metodologias, relação professor-aluno, conteúdos desenvolvidos, relação estabelecida com outras áreas de conhecimento, etc.) e, se possível, quanto aos valores construídos pelos alunos, com repercussão em seus comportamentos. Vale ressaltar que a capacitação exige uma formação continuada dos professores, assim como um projeto pedagógico bem definido (BRASIL, 2001, p. 50).

Quando questionados sobre as ações pedagógicas que foram inseridas na rotina escolar a partir da intervenção do Programa Escola Sustentável gestores responderam:

“Sensibilizar a pessoa humana para o respeito a natureza, o trato da escola”. (G1).

“Na rotina escola não houve inserção de ações pedagógicas. O que houve foi a arborização da escola. Durante a gincana fizemos o trabalho de limpeza da sala de aula pelos alunos”. (G2).

“Foi desenvolvido ações pedagógicas em sala de aula com esses projetos. Esse projeto se desenvolveu no decorrer do ano de 2014, porém no ano seguinte ele não deu continuidade a contento” (G3).

Conforme posicionamento dos gestores pesquisados se torna evidente a idéia de que existe um entendimento relacionado a Educação Ambiental, este parece um tanto limitado revelando que não há um trabalho contínuo orientado de acordo com as exigências do currículo fazendo-se valer do conteúdo relacionado aos PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCNs) e DCNEA onde está determinado que Educação Ambiental precisa ser trabalhada de forma transversal, dialogando com todas as disciplinas ministradas nas modalidades de ensino.

A falta de recursos instrucionais, notadamente livros didáticos especializados, constitui-se outro empecilho, aparentemente intransponível. Muitas publicações que chegam aos professores continuam impregnados de uma visão preservacionista exclusiva, ingênua e desatualizada cientificamente. Ainda se confunde ecologia com Educação Ambiental. Com isso, os professores são estimulados a desenvolver atividades reducionistas com seus alunos, a bater na tecla da poluição, do desmatamento, do efeito estufa, da camada de ozônio, ou então fazer horta, plantar árvore no dia da árvore ou do ambiente, catar latinhas de alumínio e reciclar papel artesanalmente. A ingenuidade ainda é muito grande (BRASIL, 2001, p. 73).

“É fundamental no esforço de ruptura com a armadilha paradigmática que produz a limitação compreensiva e a incapacidade discursiva, gerando práticas conservadoras”. Esse é o *primeiro eixo formativo* para o qual gostaria de chamar no trabalho de formação de educadores ambientais: trabalhar o esforço de ruptura com a armadilha paradigmática. (Guimarães, 2012, p. 128)

Perguntados sobre se a escola fez alguma integração com a comunidade, os entrevistados responderam o seguinte:

“Acho que foi quando nós abrimos para a comunidade, como foi o caso da Ícones. A construtora Camargo Corrêa que veio falar da questão ambiental na comunidade e o impacto que a obra iria causar” (G1).

“Fizemos pesquisa socioeconômica sobre a qualidade da água, a ideia da horta escolar para usufruto da comunidade” (G2).

“Ocorreu a integração da escola e a comunidade, costumávamos atender melhor a comunidade nas feiras, e nas festas juninas, nas reuniões de pais e mestres” (G3).

De acordo com as respostas fornecidas constata-se que já existe de alguma forma um trabalho direcionado a Educação Ambiental como forma de promover a discussão dentro e fora do espaço escolar sobre este assunto. Contudo, observado que em nenhum momento foi citado pelos gestores pesquisados a participação de especialistas, advindos da instituição de ensino superior, ou entidades que respondem pela Educação Ambiental no município. Especialmente, da Secretaria Municipal de Educação e de Meio Ambiente que não foram citadas para participar das atividades propostas pelas referidas instituições.

As instâncias participativas consultivas e/ou deliberativas das políticas ambientais podem ser consideradas instâncias abertas a essas conexões educativas, a exemplo dos conselhos de meio ambiente, dos comitês de gestão de bacias hidrográficas e das audiências públicas, que podem cumprir o papel de serviço à democracia e à proteção ambiental. Tendo em vista que a aprendizagem social, potencializa ações coletivas ressaltando protagonistas, é baseada no diálogo e interação, constante movimento de recriação e reinterpretação de saberes, conceitos e significado. Os encontros, eventos e fóruns constituem-se assim num conjunto de estratégias metodológicas de caráter participativo em escala microrregional, regional, nacional. (JACOBI, 2009).

Perguntados sobre como os gestores definem a Educação Ambiental desenvolvida na sua escola, eles responderam o seguinte:

“A minha definição da Educação Ambiental vai além do que se faz na escola, ela não está se restringindo a horta escolar, ela vai além, que é passar princípios básicos, de como não ser consumista, de ensinar as crianças a respeitar o meio ambiente, que as plantas têm que ser valorizadas, ou seja, falar de Educação Ambiental é muito amplo, ela não tá relacionada somente ao lixo. Tem muita coisa que você poderia definir como Educação Ambiental” (G1).

“Se trabalha ainda de forma muito básica, onde se trabalha apenas os conceitos preliminares, não se conseguem aprofundar nas temáticas da Educação Ambiental” (G2).

“É aquela que trabalha Educação Ambiental com os alunos, procura criar projetos com materiais recicláveis, trabalhamos com a orientação e informação dos alunos” (G3).

As ideias dos gestores em relação a Educação Ambiental são complexas e merecem atenção tendo em vista que esse tema não pode ser trabalhado de forma básica com definições superficiais pois não se trata de definir Educação Ambiental de maneira simples como se este assunto não fosse importante dentro do currículo. O que se percebe nestas falas é a existência de um conhecimento superficial pautados no senso comum que não é subsidiado por um referencial teórico especializado. O que leva a crer que os gestores tratam este assunto como uma segunda alternativa de aprendizagem, e não demonstram o interesse em mudar as práticas corriqueiras desenvolvidas na instituição que lideram.

A Educação Ambiental elimina fronteiras entre escola e comunidade, ao tomar como eixo do trabalho pedagógico a problemática socioambiental. Considera como espaços/tempos educativo o que acontece dentro e fora da escola, como lócus privilegiado, integrado e essencial para a criação de processos colaborativos de resolução de problemas locais, num movimento essencial em sintonia com tema da contemporaneidade, associados com a crise ambiental em escala planetária. A escolha e seleção de temáticas ambientais e as identidades dos sujeitos locais envolvidos são componentes pedagógicos fundamentais e fatores relevantes na construção de práticas educativas e criação de situações de aprendizagens calcadas na experiência e na vivência (JACOBI, 2009 p. 70).

Quanto ao questionamento sobre como a comunidade escolar pretende dar continuidade ao processo de Educação Ambiental? Os gestores envolvidos com a pesquisa responderam:

“Iremos revitalizar o projeto horta escolar através dos parceiros e despertar no aluno o sentimento de respeito que nós devemos ter com o meio ambiente” (G1).

“Fazendo a gincana que já está inserida no projeto pedagógico deste ano, criando o jornal mural com a participação dos alunos” (G2).

“Estamos estimulando a implantação da horta, a escola foi pólo de recolhimento de resíduos sólidos pelas cooperativas. A ideia é ir em busca de parceiros como uma das ações da escola e também promover a revitalização do espaço de recreação” (G3).

Constata-se que a escola está tentando desenvolver práticas metodológicas interessantes com a perspectiva de integrar os conteúdos relacionados a Educação Ambiental para que este saber seja ampliado e tenha reflexos positivos no comportamento de todos os

envolvidos com a escola. Entretanto, novamente as falas nos mostram que a temática da Educação Ambiental está sendo trabalhada nestes espaços de maneira aleatória não sendo percebido o enfoque teórico que dê conta de mostrar os objetivos das ações, nem os resultados que a escola pretende alcançar em relação ao processo de aprendizagem dos alunos.

As práticas educativas, articuladas com a problemática ambiental, não devem ser vistas como um adjetivo, mas como parte componente de um processo educativo que reforce um pensar da educação e dos educadores e educadoras orientados para a sustentabilidade. A formação em Educação Ambiental, então, passa a ser compreendida como uma rede de contextos que, desde a formação inicial ou escolar, estende-se à vivência, à atuação profissional, à participação em fóruns, cursos, grupos e eventos, estes compreendidos como espaços de convivência constituintes de processos formativos. A metodologia participativa e dialógica, proposta na Educação Ambiental pode desencadear um movimento inovador, fortalecendo o papel político da escola, ao envolver as bases da comunidade (JACOBI, p. 73. 2009).

Os entrevistados foram questionados sobre quais foram as dificuldades enfrentadas pela escola no período de desenvolvimento do projeto. As respostas foram as seguintes:

“A dificuldade encontrada para o desenvolvimento do projeto foi o financeiro” (G1).

“A grande dificuldade foi a questão estrutural, de recursos sejam eles recursos humanos ou não” (G2).

“Conseguir a adesão por parte dos professores ao projeto” (G3).

Os gestores pesquisados elencaram dificuldades que precisam ser revistas porque o projeto é uma ação coletiva que deve fazer parte das práticas desenvolvidas na sala de aula pois está prevista no projeto político pedagógico das escolas. A questão financeira também não pode ser vista como uma dificuldade para o desenvolvimento de um projeto porque a escola tem um recurso muito valioso, os professores e os alunos, que também são atores principais do processo ensino-aprendizagem. Então, há de se considerar que existem várias possibilidades nas quais a escola pode lançar mão e desenvolver um projeto sem que seja levada em consideração, ou como motivo principal a falta de dinheiro.

A Educação Ambiental crítica, voltada para a formação da cidadania ativa e planetária, poderá ser um importante instrumento que contribua para a gestão de relações sustentáveis, em qualquer que seja o espaço, entre sociedades humanas e a natureza, já que é intrínseca, a essa concepção de Educação Ambiental, a conquista de espaços de participação e mobilização, nas diferentes escalas de gestão. (GUIMARÃES, 2012, p. 80)

Sobre o questionamento quanto a relevância da COM-VIDA na escola para o programa escolas sustentáveis, muitos entrevistados mostraram desconhecimento dessa Comissão:

“Nesse processo não ocorreu a formação de COM-VIDA o que houve foram parcerias com empresas interessadas em fazer um trabalho social. Com uma ong que faz um trabalho de sustentabilidade na comunidade porque a ong é próxima da comunidade” (G1).

“Não tomei conhecimento da formação de COM-VIDA, apenas no momento da preparação da Conferencia Infantojuvenil de 2013, onde a escola promoveu roda de conversa, fórum, com a participação dos pais” (G3).

A COM-VIDA é uma nova forma de organização na escola e se baseia na participação de estudantes, professores, funcionários, diretores, comunidade. Quem organiza a COM-VIDA na escola é o delegado ou a delegada e seu suplente da Conferência de Meio Ambiente na Escola, com o apoio de professores. Na escola a COM-VIDA começa reunindo quem participou da Conferência de Meio Ambiente e outras pessoas que se interessam pelo tema (BRASIL, 2004, p.9).

Partindo da ideia que a COM-VIDA na escola é uma política estruturante verifica-se nas falas das gestoras que vários fatores contribuem para que esse programa não tenha avançado uma vez que está sendo afirmado que não houve uma formação específica, mas sim, algumas parcerias. Isso comprova que todo processo que envolve a educação se torna complexo porque em sua maioria não há continuidade. Isso reflete negativamente nas ações escolares, em razão de os envolvidos com as ações relativas com a COM-VIDA são multiplicadores de conhecimentos.

4.3.2 Discutindo a Educação Ambiental com a docência

Para compor esta discussão que envolveu os sujeitos da escola visando uma compreensão mais ampliada do que estes entendem sobre o meio em que vivem foram levantadas questões relacionadas a dinâmica socioambiental da escola tendo em vista que estas não podem ser deslocadas dos conteúdos estudados em sala de aula pois estes se pautam em assuntos que se referem ao cuidar e preservar e que certamente deve começar pela equipe escolar o trabalho coletivo de conscientização acerca da importância da preservação dos diversos ambientes aos quais estes sujeitos se encontram inseridos. Diante desta discussão foram apresentados os seguintes questionamentos para os professores:

1. Na sua opinião o que é uma Escola Sustentável?
2. Você acha que os professores e a escola estão preparados para o Programa Escola Sustentáveis?
3. Como foi a experiência de coordenação, por parte dos professores, no desenvolvimento do Programa Escola Sustentável em sua escola?
4. Você tem conhecimento da existência de alguma COM-VIDA na escola?
5. A escola faz alguma integração com a comunidade?
6. Que ações pedagógicas foram inseridas na rotina escolar a partir dessa intervenção?
7. Quais foram as dificuldades enfrentadas pela escola?

Diante do posicionamento dos sujeitos pesquisados constatou-se a necessidade de repensar dentro da proposta municipal de educação o desenvolvimento de ações que podem ocorrer por meio da revisão do Projeto Político Pedagógico como forma de ampliar categorias como: participação em seminários, congressos e conferências para que os profissionais da educação possam desempenhar melhor suas funções e melhor discutir sobre assuntos que envolvam o meio ambiente, mais empenho da gestão escolar para motivar o desenvolvimento do trabalho coletivo, revisão e atualização contínua do currículo escolar para a promoção da interdisciplinaridade, liberação de mais recursos financeiros entre os Ministério da Educação e Secretaria de Educação para garantir a perenidade das ações e atividades desenvolvidas na escolas no decorrer do ano letivo visando o sucesso das práticas em Educação Ambiental.

Quadro 4 – Na sua opinião o que é uma escola sustentável?

Na sua opinião o que é uma escola sustentável?		
Respostas	Categorização	Referencial
<p><i>“É algo se sustenta por si só. É não consigo enxergar em nenhuma escola do município”. (P1)</i></p> <p><i>“Não ouvi falar sobre o programa escola sustentável. Mas imagino que seja aquela escola que possa desenvolver algum tipo de horta, nutriente feito pela própria comunidade escolar, principalmente alunos e professores, onde a partir disso possa ser incluído no cardápio dos alunos”. (P3)</i></p>	Trabalho Coletivo	<p>Sobre o trabalho coletivo visando o sucesso escolar, Placco (2003, p.52) escreve que:</p> <p>Só quando existe uma real comunicação e integração entre os atores do processo educativo há possibilidade de emergência de uma nova prática docente, na qual movimentos de consciência e de compromisso se instalam e se ampliam, ao lado de uma nova forma de gestão e uma nova prática docente.</p>

<p><i>“É uma escola que tenha recursos, todo tipo de recursos e que ela consiga se sustentar com esses recursos, tanto recurso financeiro, quanto recursos materiais, de alimentos”. (P9)</i></p>		
<p><i>“É um programa que tem por objetivo incentivar dentro das escolas essas práticas sustentáveis, a reutilização dos produtos, a reciclagem”. (P4)</i></p>	Interdisciplinaridade	A abordagem interdisciplinar objetiva superar a fragmentação do conhecimento. Portanto, esse é um importante enfoque a ser perseguido pelos educadores ambientais, já que permite, pela compreensão mais globalizada do ambiente, trabalhar a interação em equilíbrio dos seres humanos com a natureza. (GUIMARÃES, 1995, p. 55)
<p><i>“Na prática o que seria sustentável aqui, seria a aplicação do conceito dentro de sala de aula. A gente trabalha muito o lixo conceitualmente, mas na prática, se você ver um aluno quando ele termina o lanche, você pode observar a escola. Apesar de você tá trabalhando o conceito, isso na prática não tá na consciência do aluno”. (P5)</i></p> <p><i>“Eu acredito muito na parte prática das coisas e tudo que se torna prática pro aluno fica mais fácil dos alunos absorverem. Pra mim a escola sustentável pode ser aquela escola de tempo integral e que leva as coisas pra prática”. (P11)</i></p>	Formação Continuada em Serviço no campo da Educação Ambiental	Vivemos tempos novos, e os impasses que nos são lançados no atual momento histórico se acumulam a velhos problemas para os quais ainda não encontramos soluções. Entendemos que as questões implícitas na formação de professores requerem que transitemos em um espaço complexo de uma cultura em crise, em busca de validação de significados coletivos e pessoais, onde se confrontam o extravio ético com uma procura audaz de construção de sujeitos coletivos e pessoais que se reconheçam, criticamente, na própria produção histórica de sua existência. (ALVES, 2011, p.12)
<p><i>“Escola que tenha espaço, primeiramente, tenha área de aproveitamento pra desenvolver as atividades, tenha uma área que possa ser produzidas ações voltadas para questão ambiental como o paisagismo, cultivo, dinâmica pedagógica, de reflexão sobre o barulho, o reaproveitamento, enfim...” (P6)</i></p> <p><i>“É uma escola em que as suas práticas visam tomar medidas</i></p>	Gestão Escolar e Currículo	Grün (1996) fala da impossibilidade radical de promover uma Educação Ambiental, quando “fundados [os currículos] nas estruturas conceituais atomísticas e reducionista do modelo cartesiano-newtoniano”. Em virtude disso, “os currículos estão longe de representar condições satisfatórias para uma compreensão adequada das realidades de um ambiente

<i>que sejam permanentes e sustentáveis que possam mudar o entorno e a conscientização desses alunos sobre a práticas de recursos que possam melhorar a qualidade de vida da comunidade”. (P10)</i>		limitado” (p.52)
<i>“É uma escola que consegue se manter utilizando o seu espaço com colaboradores externos”. (P8)</i>	COM-VIDA na Escola	A COM-VIDA começa reunindo quem se interessa pelo tema da sustentabilidade e Meio Ambiente na Escola, participa de projetos e ações a partir do meio ambiente na escola e outras pessoas que se gostam e podem apoiar as ações ligadas a esse tema. É interessante convidar organizações já existentes na escola, como Grêmios Estudantis, Associação de Pais e Mestres e Conselho Escolar para verificar se existem outras ações acontecendo e unir forças para as próximas. (BRASIL, 2012, p. 17)

Fonte: pesquisa de campo, 2017.

Os pesquisados foram convidados para compor uma amostra da pesquisa porque encontram-se envolvidos diretamente com o processo ensino-aprendizagem voltado para a questão ambiental os mesmos se posicionaram de forma consciente, verdadeira e transparente relacionando o que foi perguntado com o dia a dia do seu trabalho. Dessa forma, as suas opiniões contribuíram significativamente para aprofundar a discussão sobre as relações na escola, comportamentos e pontos de vistas relacionados ao meio ambiente e a sustentabilidade. A partir dos posicionamentos identificados obteve-se a seguinte análise:

Sobre a categorização do trabalho coletivo foi constatado que a opinião dos pesquisados merece atenção pois é correto afirmar que a educação não se faz por si só, sendo um processo dinâmico ela sempre dependerá de vários fatores para se desenvolver. Em se tratando de escola sustentável, é dada uma atenção maior ao coletivo pois todos precisam se envolver com esta prática, saindo da zona de conforto. Cabe a escola buscar ações para reverter este quadro de desconhecimento por parte dos docentes, já que é deles a responsabilidade de levar os alunos a avançar no conhecimento sobre vários pontos de vista, inclusive, da questão ambiental.

Quanto a categorização da interdisciplinaridade verificou-se que é positivo o posicionamento deste pesquisado que já consegue perceber de maneira mais ampla a escola

sustentável e se perceber neste contexto enquanto mediador de saberes. Desse modo, fica compreendido que o trabalho da escola sustentável mesmo que não seja implementado formalmente pelos órgãos competentes, pode ser direcionado de forma interdisciplinar respeitando a realidade vivida por cada instituição, tendo em vista que neste espaço ocorrem várias relações que também culminam com a Educação Ambiental.

No que diz respeito a categorização da Formação Continuada em Serviço no campo da Educação Ambiental percebeu-se que esse posicionamento chama atenção na medida em que se percebe o docente se esquivando da sua responsabilidade quando falamos em escola sustentável. É como se a responsabilidade do professor fosse apenas importante no momento em que ele está com seus alunos em sala de aula, trabalhando de forma sistemática os conceitos. Cabe considerar que escola sustentável para se tornar real precisa romper com alguns paradigmas que continuam afirmando que os erros presentes na escola é sempre culpa dos alunos e por isso as coisas não funcionam comprometendo o processo ensino aprendizagem.

Este posicionamento é limitado quando o pesquisado se posiciona a favor de uma prática a ser desenvolvida a partir de tempo integral. Interessante seria se ele acreditasse no trabalho coletivo na gestão participativa, no compromisso docente, na aprendizagem dos alunos, pois estes são fatores determinantes para que as práticas se fortaleçam e se direcionem aos interesses da sustentabilidade tendo em vista que, o tempo não pode se constituir como o principal fator para a sua efetivação/realização.

Em relação a categorização da Gestão Escolar e Currículo esse pesquisado apresenta um conhecimento bem ampliado sobre escolas sustentável direcionando esta questão para vários focos como realmente ela deve ser percebida. Entretanto, ele não se posiciona quanto a construção de um currículo que atente para o real significado da palavra sustentabilidade, pois independentemente de qualquer situação é preciso trabalhar este significado não apenas com os alunos, mas, com toda a comunidade escolar.

Sobre a categorização da COM-VIDA na Escola ficou claro que este posicionamento é evasivo e complexo pois o pesquisado não conseguiu em sua fala demonstrar a aquisição de conhecimento sobre escola sustentável. Então fica subentendido que a escola sozinha não dará conta de seguir este caminho da sustentabilidade, bem como a mudança de postura e a conscientização de seus sujeitos, e que a escola precisa de parceiros para desencadear ações e atividade voltadas para o fazer sustentável. Acreditasse que a escola precisa de parcerias para alcançar alguns objetivos, mas cabe também pensar que esta instituição tem autonomia para desenvolver práticas sustentáveis.

Quadro 5 – Você acha que os professores e a escola estão preparados para o Programa Escolas Sustentáveis?

Você acha que os professores e a escola estão preparados para o Programa Escolas Sustentáveis?		
Respostas	Categorização	Referencial
<p><i>“Se pensar nos professores eles até poderiam estar, o problema é a estrutura, eu não consigo enxergar isso, sendo que a estrutura da escola não está preparada para isso”. (P1)</i></p> <p><i>“Não, há necessidade de formação, e principalmente, o comprometimento dos professores de 6º ao 9º ano. Nós temos uma carga horária muito reduzida, onde precisa tá trocando de sala, eles (professores) deveriam ter um incentivo pra se sentir um pouco mais motivado, talvez um horário disponível pra que eles se dedicasse a isso”. (P3)</i></p> <p><i>“Acho que não estão preparados porque não há uma formação voltada diretamente para essa questão específica. A questão ambiental está mais numa perspectiva de uma transversalidade, do que numa disciplina”. (P6)</i></p> <p><i>“Na minha opinião não. Não vemos nada sustentável aqui, tudo vem de fora. A gente não produz nada aqui na escola”. (P9)</i></p> <p><i>“Os professores não estão preparados para a política pública de escola sustentáveis por terem outras demandas a desenvolver, por seguirem as normas da secretaria, e por precisarem de uma formação em EA”. (P11)</i></p>	<p>Formação de Professores</p>	<p>A formação continuada requer um clima de colaboração entre os professores, sem grandes reticências ou resistências (não muda quem não quer mudar ou não se questiona aquilo que se pensa que já vai bem), uma organização minimamente estável nos cursos de formação de professores (respeito, liderança democrática, participação de todos os membros, entre outros), que dê apoio à formação, e a aceitação de uma contextualização e de uma diversidade entre os professores que implicam maneiras de pensar e agir diferentes. (IMBERNÓN, 2009, p. 31)</p>
<p><i>“Conceitualmente todos nós sabemos, mas a aplicabilidade dela se dá pelo envolvimento do professor mas tem que ter a participação do aluno também”. (P5)</i></p>	<p>Relação Teoria e Prática</p>	<p>A formação baseada em situações problemáticas centrada nos problemas práticos responde às necessidades definidas da escola. A instituição educacional converte-se em um lugar de</p>

		<p>formação prioritário mediante projetos ou pesquisas e ações frente a outras modalidades formadoras. A escola passa a ser foco do processo “ação-reflexão-ação” como unidade básica de mudança, desenvolvimento e melhoria. É correto pensar que a formação dos profissionais da escola especialmente dos professores contribui na promoção da autonomia ampliando as condições para a produção do conhecimento. (IMBERNÓN, 2009, p. 56)</p>
<p>“Algumas sim, mas esbarram na falta de recursos para aplicação dessa atividade, mas mesmo assim desenvolve”. (P8)</p>	<p>Gestão dos Recursos Financeiros</p>	<p>Percebe que professores e escolas aderem às ideias da escola sustentável independentemente de recursos disponibilizados ou apoios, mesmo sem estarem preparados. Entende que a proposta é uma dimensão da educação que pensa também as relações entre os seres vivos, entre a espécie humana e os demais seres vivos. O PNES insere o currículo numa perspectiva socioambiental crítica e transformadora. Vê-se outra potencialidade: a oportunidade de aprofundar a questão das territorialidades e os conceitos de sustentabilidade, que têm sido construídos isoladamente. (BIANCHI, 2016. p.89)</p>
<p>“Acredito que ainda não, a gente tem uma certa resistência e até quando se fala em Educação Ambiental se cria o gueto que devem ser apenas professores das ciências naturais. Eles não encontram os links de certos conteúdos para trabalhar a temática ambiental em sala de aula. Então se cria certa resistência por desconhecer” (P10)</p>	<p>Interdisciplinaridade</p>	<p>No contexto escolar a prática interdisciplinar, conforme Rodrigues (2008, p. 51) se propõe a: 1) um trabalho coletivo, contextualizado e solidário; 2) um trabalho conjunto entre disciplinas que se dispõem a compreender um determinado objeto de estudos e 3) um diálogo que pode ser marcado por questionamentos, confirmação, complementação, negação e ampliação. Assim como Fazenda (1979) afirma, que a noção de interdisciplinaridade está numa prática pedagógica que envolve atributos de interações de associação, colaboração, cooperação, complementação e integração entre as disciplinas.</p>

Fonte: pesquisa de campo, 2017.

No que diz respeito a categorização da formação de professores fica evidente que a fala da pesquisada chama atenção quando afirma que a escola não está preparada para trabalhar questões relacionada ao programa escola sustentável. Esse posicionamento é complexo pois é conhecido que os professores precisam estar atentos estudando, pesquisando para dar conta dos conhecimentos relacionados a várias temáticas. Então cabe a ele repensar a sua prática para não se tornar refém da produção de conhecimentos pois esses se ampliam a cada momento social. Caso contrário, ele não terá competência para fazer intervenções positivas na aprendizagem dos alunos.

É claro que a formação continuada é um fator importante para que os professores ampliem a capacidade de ensinar e de aprender também. No entanto, ela não pode ser responsável pela ineficácia, a falta de compromisso, o interesse e responsabilidade que o professor deve ter quando resolver ser docente. Assim, é fundamental que ele assuma o compromisso com a escola, a família, a gestão, os seus alunos e consigo mesmo para que tenha condições de superar barreiras que contribuam na realização de um trabalho com qualidade.

Esta fala é relevante no momento em que o pesquisado afirma que já existe na escola, pelo menos, a realização de um trabalho pontual voltada para estas questões. Quanto ao fato da invisibilidade dos conteúdos no tocante das outras escolas, é bom pensar que não há necessidade de estar mostrando por meio de grandes eventos uma questão que precisa ser trabalhada no cotidiano para surtir efeitos positivos na postura, nos relacionamentos e na aprendizagem e de todos envolvidos na com a instituição de ensino.

No que diz respeito a categorização da relação teoria e prática constatou-se que a relação professor e aluno se constrói no dia-a-dia da sala de aula onde quem ensina aprende e quem aprende ensina, por meio da troca de experiência, valorização dos conhecimentos prévios e no estímulo para a produção de novos saberes. Nesse contexto o professor tem uma importância bastante relevante pois a sua postura deve ser de intervenção e motivação para que os alunos aprendam a pensar, questionar, analisar reconhecendo-se um sujeito histórico que tem uma responsabilidade significativa no meio em que vive.

Em relação a categorização da interdisciplinaridade é preocupante a fala do pesquisado, pois observa-se que serve de alerta para a reflexão sobre ausência da cultura e da prática da interdisciplinaridade no chão da escola, que sobremaneira, deveria ser protagonizada por todos os professores da escola junto aos seus alunos. Para romper estas barreiras que se tornam paradigmas, entre as disciplinas, e de forma velada entre os professores, pois é fato que alguns se encontram na sua “zona de conforto” por conta de

valorizarem concepções que não reconhecem como importante o desenvolvimento de metodologias para trabalhar no espaço escolar as questões relacionadas ao ambiente.

Quadro 6 – Como foi a experiência de coordenação, dos professores, no programa escola sustentável?

Como foi a experiência de coordenação, por parte dos professores, no desenvolvimento do Programa Escola Sustentável em sua escola?		
Respostas	Categorização	Referencial
<p><i>“Os professores de ciências participaram desse projeto de Educação Ambiental. Mas, eu, enquanto professor de história nunca desenvolvi nenhum projeto”. (P1)</i></p> <p><i>“Não fui convidado para executar esse projeto da horta”. (P2)</i></p> <p><i>“O convívio com o aluno, esse tempo maior na escola favorece o sucesso de um projeto. Então se o professor tiver uma carga horária maior, isso fará com que ele agregue, que forme um time e fica mais fácil participar”. (P6)</i></p>	Trabalho Coletivo	A Educação Ambiental é território de todos e deve ser trabalhada com responsabilidade a partir de uma visão de mundo e sociedade que está inserida no projeto político pedagógico do espaço no qual atuamos. (CAVALCANTE, 2005, p. 122)
<p><i>“Sim, estiveram à frente principalmente professores de ciências”. (P4)</i></p> <p><i>“Tem um professor que aborda esses conhecimentos na escola, professor de biologia”. (P7)</i></p> <p><i>“Tentamos sensibilizar os colegas para que a gente pudesse fazer as ações de caráter multidisciplinar envolvendo todas as áreas do conhecimento, mas nós sofremos certa resistência”. (P10)</i></p>	Trabalho Interdisciplinar	A atitude interdisciplinar, tal como propõe Fazenda (1994), significa não só eliminar as barreiras entre as disciplinas, mas também as barreiras entre as pessoas, de modo que os profissionais da escola busquem alternativas para se reconhecerem mais e melhor, troquem conhecimentos e experiências entre si, tenham humildade diante da imitação do próprio saber, envolvam-se e comprometam-se em projetos comuns, modifiquem seus hábitos já estabelecidos em relação à busca do conhecimento, perguntando, duvidando, dialogando consigo mesmos.
<p><i>“Não vivi nada. Nunca vi projeto que nós soubéssemos, ou tenha participado da sua elaboração”. (P9)</i></p>	Participação no planejamento	Para que ocorram transformações na prática docente, é fundamental a participação do professor e a intencionalidade de sua ação pedagógica. Se essa intencionalidade for engendradora junto às intencionalidades de outros educadores, será possível se pensar na efetivação de um projeto político-pedagógico na escola. Isso implica que a reflexão de cada professor sobre sua própria prática docente está na base das transformações das relações entre as dimensões integrantes da docência e na base da definição coletiva de um projeto de escola. (BIANCHI, 2016, p. 85)

<p><i>“Na época os professores não passaram por nenhuma formação em EA, onde eles apenas trabalharam o tema ambiental devido o tema proposto pela Semed”. (P11)</i></p>	<p>Formação Continuada em Serviço no campo da Educação Ambiental</p>	<p>O exercício da docência eminentemente diretivo tem marcado práticas complexas direcionadas para as diversas disciplinas, no qual o ensino é compreendido como transmissão de conteúdo, memorização de reprodução de informações sistematizadas que contribuem para a retenção de saberes pelo educando. É preciso repensar o papel do professor porque ele é o investigador, o esclarecedor e o organizador de experiências significativas de aprendizagem. Seu compromisso é o de agir refletidamente, criando recriando alternativas pedagógicas adequadas a partir das experiências que os alunos já trazem promovendo sempre ações interativas (SAVIANI, 2005, p.22)</p>
---	--	---

Fonte: pesquisa de campo, 2017.

Sobre a categorização do trabalho coletivo a fala do pesquisado nos mostra que na escola há o desenvolvimento de ações compartilhadas relacionadas aos projetos de Educação Ambiental. Entretanto, parece que ainda não há coerência no sentido de perceber o quanto é importante que todos os professores que ministram disciplinas diferentes se empenhem na execução de uma proposta coletiva que traga ganhos para os alunos, escola e a comunidade na qual ela está inserida. Assim é importante que a escola seja um espaço de cooperação, união e participação de todos que acreditam na educação.

No que se refere a categorização do trabalho interdisciplinar é visível o entendimento de que o trabalho direcionado a Educação Ambiental é desenvolvido de forma tímida, pelos professores de disciplinas afins como é o caso da Ciência. Entretanto, vale frisar que esta questão precisa interagir com outros conhecimentos de forma interdisciplinar, tendo em vista que cada área de saber esta de forma direta ou indireta contemplando todos os saberes do currículo escolar.

Sobre a categorização da participação no planejamento o posicionamento deste pesquisado leva a pensar que não é possível conviver dentro de uma escola sem perceber ou participar de suas ações, pois dentro deste ambiente o professor é aquele sujeito responsável pela mudança de postura, mentalidade e comportamentos podendo fortemente influenciar no modo de pensar e agir dos alunos, suas famílias e a comunidade que a escola faz parte. Quando o professor não se permite a participação no processo da Educação Ambiental, este

precisa rever imediatamente seu fazer pedagógico visando influenciar positivamente os atores escolares.

Quanto a categorização da formação continuada em serviço no campo da Educação Ambiental verificou-se que esta merece atenção e virtude do posicionamento deste pesquisado porque ao tratar de um determinado assunto é fundamental que a secretaria de educação convide gestores, coordenadores e professores para dialogar sobre o projeto a ser executado nas escolas. Assim, se torna bem mais fácil alcançar os objetivos propostos para a educação. É fundamental ainda que a equipe técnica de Semed realize visitas de assessoramento técnico-pedagógico para acompanhar o trabalho escolar fazendo intervenções quando houver necessidade de acordo com as especificidades e interesses voltados para a realidade local onde a escola está inserida.

Quadro 7 – Você tem conhecimento da existência de COM-VIDA na escola?

Você tem conhecimento da existência de alguma COM-VIDA na escola?		
Respostas	Categorização	Referencial
<i>Quando foram indagados se tinham conhecimento da COM-VIDA dentro da escola a maioria dos professores foram diretos em afirmar que nunca receberam qualquer informação sobre a necessidade da existência de COM-VIDA (Comissão de Qualidade de Vida e Meio Ambiente) na escola. Sendo que, apenas uma professora de geografia afirmou ter conhecimento de COM-VIDA, pois na escola do estado onde trabalha participou desta gestão participativa por um tempo.</i>	Projeto COM-VIDA na Escola	Educação Ambiental é uma maneira de educar e se educar com o nosso pequeno planeta azul em mente. A Educação Ambiental pode ser realmente transformadora ao trazer novas maneiras de conviver com o mundo em sua totalidade e complexidade, respeitando as diversas formas de vida, cultivando novos valores e criando uma cultura de paz. Mas para que isso aconteça, precisamos ter uma postura observadora e crítica, estudar como a nossa sociedade foi se constituindo ao longo da sua história e adotando comportamentos de uso e abuso dos sistemas vivos. (BRASIL, 2012, p.14)

Fonte: pesquisa de campo, 2017.

É importante fazer uma reflexão sobre a importância das Com-Vidas na escola, também como representativo indicador ambiental na medida em que possibilita ampliar discussões entre os sujeitos envolvidos com a educação, dentre eles, alunos que devem exercer um protagonismo nessa comissão elevando o conhecimento sobre sustentabilidade na comunidade.

De acordo com a resposta fornecida pelo pesquisado é possível notar a importância da comunicação dentro da escola, para que todos fiquem conscientes dos acontecimentos que norteiam as práticas pedagógicas direcionadas para a Educação Ambiental. Caso esta comunicação não ocorra o processo educativo fica vulnerável sujeito a falhas e consequentemente os resultados previstos não ocorrerão de acordo com o planejado, porque não contou com a participação e colaboração de todos que trabalham na instituição. Em se tratando de Educação Ambiental as práticas interdisciplinares são essenciais para o desenvolvimento de projetos educativos que contemplem esse processo de maneira integrada.

Quadro 8 – A escola fez alguma integração com a comunidade?

A escola fez alguma integração com a comunidade?		
Respostas	Categorização	Referencial
<p>“Não viu nenhuma integração desses projetos de Educação Ambiental com a comunidade”. (P1)</p> <p>“Não, ficou muito restrito aos professores e alunos. Porque a idéia era que nós cuidássemos da horta”. (P3)</p> <p>“Se houve foi bem parcial”. (P5)</p> <p>“ Eu noto uma certa integração da escola com a comunidade, mas ainda considero um envolvimento muito fraco, incipiente”. (P6)</p>	Comunidades Escolar e Trabalho Coletivo	De acordo com Luck (2010, p.39): O trabalho coletivo na escola é de grande relevância, pois, através da interação da equipe escolar é possível perceber o compromisso de cada sujeito na escola. Assim, percebe-se que todos os que fazem parte da escola tem sua importância, pois a ação escolar não é isolada.
<p>“ Fizemos um intercâmbio com as cooperativas do bairro pra coleta dos resíduos”. (P10)</p>	Trabalho junto à comunidade	A incorporação prática de valores éticos ambientais exige que sejam exercitados, no próprio desenvolvimento do trabalho de capacitação: cooperação, solidariedade, responsabilidade consigo mesmo e com os outros, compromisso com a construção coletiva de uma nova racionalidade ambiental, alternativas de desenvolvimento sustentável com justiça social, aceitação das diferenças entre as pessoas e os grupos e o respeito pelas suas opções. (Medina, 2011, p. 71)

Fonte: pesquisa de campo, 2017.

Sobre a categorização comunidades escolar e trabalho coletivo constatou-se que sem dúvida esse posicionamento é preocupante porque, a escola não pode trabalhar sem dialogar com a comunidade. Este isolamento implica em sérias consequências para o processo aprendizagem dos alunos, visto que, esses fazem parte da comunidade e a escola está para servi-la. Então é essencialmente importante que escola e comunidade sejam parceiras para que juntas possam construir um processo educativo dinâmico que priorize as práticas de Educação Ambiental construindo expectativas que possibilitem a visualização de um futuro melhor para as gerações futuras.

Em relação a categorização do trabalho junto à comunidade percebeu-se que a resposta do pesquisado é positiva na medida em que se observa a importância de trabalhar em parceria com a comunidade, pois a escola está inserida em um contexto social onde ocorrem diversas interações que resultam da convivência em grupo. Esta fala revela ainda que a questão ambiental não pode ser trabalhada de maneira isolada ou individual é preciso a colaboração, participação, intercâmbio de ideias visando os mesmos interesses que se desdobra nas ações em benefício da preservação do meio ambiente para que seja alcançada a preservação das vidas futuras.

Quadro 9 – Que ações pedagógicas foram inseridas na rotina escolar?

Que ações pedagógicas foram inseridas na rotina escolar a partir dessa intervenção?		
Respostas	Categorização	Referencial
<p><i>“Não houve, porque a horta escolar não foi pra frente, foi mal cuidada”. (P3)</i></p>	<p>Ausência de comprometimento profissional</p>	<p>Para Libâneo, (2001, p.80) os professores precisam ampliar seus intercâmbios para fazer a diferença e a escola de hoje precisa propor propostas inovadoras, atrativas e atraentes em relação a novas exigências postas pelas realidades contemporâneas neste contexto se encaixa a consciência ecológica que supõe reavaliar objetivos, conteúdos, métodos, formas de organização de ensino diante da realidade em transformação, bem como construir conceitos articulados visando a integração de atitudes e valores que possibilitem novas posturas e a formação de uma rede de comunicação que envolva</p>

		todos da escola em benefício de interesses comuns.
<p><i>“Nunca tomei conhecimento desses projetos, nem trabalhei pedagogicamente esses projetos ambientais com os alunos”. (P1)</i></p> <p><i>De acordo com o pesquisado são trabalhados temas relacionados ao meio ambiente, justificando a necessidade de ter a interdisciplinaridade, mas quanto ao projeto das escolas sustentáveis eles não trabalharam. (P2)</i></p> <p><i>“Sim, nas aulas de ciências estudou o tema ecossistema, observando a horta”. (P4)</i></p> <p><i>“Sei que tem uma horta ali atrás, mas não sei quem foi que fez o projeto, quais os alunos que estão participando, como ele está se desenvolvendo, não vemos nem o PPP da escola quanto mais os projetos secundários”. (P9)</i></p>	Ausência de trabalho Interdisciplinar	O professorado, diante das novas realidades e da complexidade de saberes envolvidos presentemente na sua formação profissional, precisaria de formação teórica mais aprofundada, capacidade operativa nas exigências da profissão, propósitos éticos para lidar com diferentes questões e fazer interferências positivas no modo de pensar e agir dos envolvidos com a escola (PAIVA, 1993, p.77)
<p><i>“Não noto ação pedagógica nos espaços de projeto, o resultado é mais visual”. (P6)</i></p> <p><i>“Com certeza, de forma tímida, mas ela surtiu efeito em sala de aula”. (P10)</i></p>	Práticas em Educação Ambiental	Para proporcionar aprendizagens significativas torna-se especialmente útil uma metodologia problematizadora – a leitura crítica e reflexiva de seu ambiente natural e social; um método que estabeleça conhecimentos abertos a não “acabados” e que proporcione uma visão ampla e complexa da realidade, de seus problemas e possíveis soluções desde as diversas perspectivas e pontos de vista. Paralelamente, é necessária uma especial atenção às atitudes e ao papel do professorado coordenador do trabalho, dando mais importância às atividades em grupo, à interação e ao diálogo dos educandos. (MEDINA, 2011, p.12)
<p><i>“Esses eventos estão inseridos no processo pedagógico, realizado pelos técnicos da escola”. (P8)</i></p>	Gestão Escolar e Currículo	A Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental ensina que os planejamentos curriculares em acordo com a gestão

		<p>institucional de ensino devem levar em consideração os saberes e os valores da sustentabilidade, a diversidade de manifestação da vida, assim como também devem: contribuir para a revisão de práticas escolares fragmentadas buscando construir outras práticas que considerem a interferência do ambiente na qualidade de vida das sociedades humanas nas diversas dimensões local, regional e planetária. (BRASIL, 2013a, p. 552)</p>
--	--	---

Fonte: pesquisa de campo, 2017.

O posicionamento deste pesquisados deixa claro que a mesma faz críticas em relação as ações desenvolvidas pela escola voltadas para a Educação Ambiental. Entretanto, este se ausenta de qualquer possibilidade relacionada a mobilização para que as coisas aconteçam e as estratégias sejam fortalecidas. Interessante seria a pesquisada entender que dentro da escola todos precisam se envolver de maneira coletiva visando bons resultados e também a participação coletiva em todas as ações voltadas para a preservação do meio ambiente.

Quanto a categorização ausência de trabalho Interdisciplinar notou-se que estes pesquisados deixam claro o seu descaso em relação ao trabalho educativo voltado para as questões do ambiente. De sua parte não há a consciência da importância de se interessar por essas práticas que precisam ser integradas visando a conscientização ambiental na escola. Assim é fundamental que os professores se envolvam com este trabalho pois eles são em grande parte os responsáveis pela mediação dos saberes que certamente irão influenciar no pensamento e ações de todos os envolvidos com o ensino em seu ambiente de trabalho, especialmente nas disciplinas que ele ministra aulas.

Em relação a categorização práticas em Educação Ambiental a resposta deste pesquisado revela que a Educação Ambiental na escola ainda é trabalhada de maneira visual para que ela realmente aconteça. Isso leva a pensar que este conhecimento se resume no paisagismo feito dentro do espaço educativo ou da criação de uma horta. Essa postura comprova que os conhecimentos relacionados a Educação Ambiental continuam restritos a estas práticas que geralmente culminam com a feira de ciências ou exposições culturais que ocorrem de maneira pontual. Contribuindo para o entendimento de que a Educação Ambiental é trabalhada de forma pontual na instituição.

Sobre a categorização gestão escolar e currículo a resposta do pesquisado mostra que a escola trabalha a questão ambiental dentro de um processo pedagógico individualizado onde predomina a opinião da equipe técnica. E os professores, os alunos, as famílias e a comunidade em geral acabam ficando de fora das ações que são planejadas. Interessante seria se houvesse o envolvimento de todos para o trato com os temas relacionados com o ambiente, uma vez que é conhecido ser a escola, um espaço de diálogo, participação, abertura, posicionamentos coletivos para que todos possam contribuir em benefício da instituição.

Quadro 10 – Quais foram as dificuldades enfrentadas pela escola?

Quais foram as dificuldades enfrentadas pela escola?		
Respostas	Categorização	Referencial
<p><i>“Falta de comprometimento, divisão de tarefas, a idéia é muito bonita mas precisa de alguém pra cuidar da horta escolar”. (P3)</i></p> <p><i>“Encontrar alguém que pudesse orientar o manuseio da horta de forma correta. Encontrar uma pessoa qualificada pra ensinar de forma correta. (P4)</i></p>	Formação Continuada em Serviço para o trato com a questão ambiental	“Faz-se necessário, também, o intercâmbio entre formação inicial e formação continuada, de maneira que a formação dos futuros professores se nutra das demandas da prática e que os professores em exercício frequentem a universidade para discussão e análise de problemas concretos da prática”. (LIBÂNEO, 2001, p. 11)
<p><i>“O professor está muito inserido no projeto, mas os alunos têm muita dificuldade de se envolver realmente no projeto”. (P5)</i></p>	Falta de interação no processo ensino aprendizagem	O estudo ativo consiste, pois, de atividades dos alunos nas tarefas de observação e compreensão de fatos da vida diária ligados à matéria, no comportamento de atenção à explicação do professor, na conversação entre professor e alunos da classe, nos exercícios, no trabalho de discussão em grupo, no estudo dirigido individual, nas tarefas de casa etc. Tais atividades possibilitam a assimilação de conhecimentos e habilidades e, por meio destes, o desenvolvimento das capacidades cognitivas como a percepção das coisas, o pensamento, a expressão do pensamento por palavras, o reconhecimento das propriedades e relações entre fatos e fenômenos da realidade. (LIBÂNEO, 2005, p. 104)
<p><i>“Manutenção das ideias e ações do projeto, a gente faz uma ação, mas</i></p>	Incentivo a mais investimentos	A estratégia principal adotada para a implementação de uma Política

<p><i>ela fica deslocada da continuidade do cronograma geral”. (P6)</i></p> <p><i>“Alguns professores não se integram, tem certos professores que não gostam de trabalhar com isso. É uma luta. Financeiramente é a dificuldade maior. Onde cada um dá sua contribuição financeira pois financeiramente não tem nada voltado para essa temática”. (P7)</i></p> <p><i>“ Falta de estrutura e recursos” (P8)</i></p> <p><i>“A dificuldade encontrada para o desenvolvimento do projeto foi o financeiro”. (P11)</i></p>	<p>financeiros para o desenvolvimento de um trabalho contínuo relacionado as práticas ambientais.</p>	<p>Nacional de Educação Ambiental é incentivar a descentralização dos recursos e das ações e replicar a parceria e articulação política entre os órgãos que fazem as gestões de educação e meio ambiente também nos estados e municípios, bem como a criação de mecanismos que viabilizem o envolvimento efetivo dos conselhos e instâncias participativas de educação e de meio ambiente com acompanhamento do Conselho de Secretários Estaduais (CONSED) e da União dos Dirigentes Municipais (UNDIME). Biasoli (2016, p. 50)</p>
---	---	---

Fonte: pesquisa de campo, 2017.

Sobre a categorização Formação Continuada em Serviço para o trato com a questão ambiental notou-se que cabe a escola estar dialogar continuamente com a Secretaria de Educação visando organizar o quadro funcional com técnicos especializados na área ambiental, pois estes com os conhecimentos específicos que possuem certamente podem contribuir no âmbito de todas as disciplinas fazendo com que o saber em relação ao ambiente se torne contextualizado e interdisciplinar.

Sobre a categorização falta de interação no processo ensino aprendizagem verificou-se que a interação na sala de aula é fundamental para que aprendizagem ganhe contorno significativos que contribuam na formação dos alunos e qualificar o trabalho docente, professores e alunos precisam interagir em parcerias ensinando e aprendendo ao mesmo tempo para que o aprendizado ocorra de maneira saudável, proveitosa e prazerosa.

Sobre a categorização incentivo a mais investimentos financeiros para o desenvolvimento de um trabalho contínuo relacionado as práticas ambientais contatou-se que a questão financeira é um fator determinante para que as ações referentes ao meio ambiente sejam efetivadas com sucesso, tendo em vista que a manutenção, a preservação e os cuidados dependem de recursos que a escola sozinha não dá conta de garantir. Como exemplo, pode aqui ser destacado alguns cuidados com a horta na qual é necessário comprar de produtos para evitar pragas de formigas, além de equipamentos e instrumentos que precisam ser utilizados na manutenção. Dessa forma, não há como dar continuidade a um projeto de horta se a escola não puder contar com o dinheiro em caixa para garantir os custos.

4.3.3 A concepção dos alunos a respeito da Educação Ambiental

Os alunos são atores importantes no cenário ensino aprendizagem e necessitam ter os seus interesses atendidos para obterem sucesso no seu aprendizado desse modo esses sujeitos foram convidados para analisar e avaliar o trabalho desenvolvido no campo da Educação Ambiental nas escolas. Esses atores foram selecionados porque estão diretamente envolvidos com a questão do meio ambiente e com suas opiniões podem contribuir para que novas decisões sejam tomadas no ambiente educativo visando ampliação do conhecimento em Educação Ambiental. Com a categoria discente foram colocados em pauta os seguintes questionamentos:

1. Há quanto tempo a escola desenvolve Educação Ambiental?
2. Como foi a experiência de coordenação, por parte dos professores, no desenvolvimento do Programa Escola Sustentável em sua escola?
3. Na sua opinião a escola faz alguma integração com a comunidade?
4. Você tem conhecimento da existência de COM-VIDA na escola?

Destes questionamentos pode-se extrair as seguintes categorias de análise: Trabalho interdisciplinar para o desenvolvimento de práticas em Educação Ambiental, mais envolvimento da comunidade com as práticas de Educação Ambiental para garantir parcerias no desenvolvimento de ações (diagnóstico socioambiental, cartografia social, reciclagem e reaproveitamento do óleo de cozinha, cultivos de hortas e plantas medicinais), investimento por parte das entidades mantenedoras para a realização contínua do Projeto Horta Escolar; mais incentivos a iniciativas, por parte dos discente para realizar ações contínuas relacionadas a Educação Ambiental, sinergia entre todos os projetos realizados na escola para valorizar a temática a Educação Ambiental.

Quadro 11 – Há quanto tempo a escola desenvolve Educação Ambiental?

Há quanto tempo a escola desenvolve Educação Ambiental?		
Respostas	Categorização	Referencial
<i>“Desde de quando entrei na escola tem esses projetos...” (A1)</i>	Projetos bimestrais para o incentivo das práticas em Educação Ambiental	O processo de ensino se caracteriza pela combinação de atividades do professor e dos alunos. Estes, pelo estudo de matérias, sob a direção do professor, vão atingindo progressivamente o desenvolvimento de suas capacidades mentais. A direção

		eficaz desse processo depende do trabalho sistematizado do professor que, tanto no planejamento como no desenvolvimento das aulas, conjuga objetivos, conteúdos, métodos e formas organizativas de ensino. (LIBÂNEO, 2005, p. 149)
<p><i>“Desenvolve muito pouco, porque a única coisa que teve de ambiental foi sobre um projeto para ensinar a plantar na horta. (A3)</i></p> <p><i>“Sim, nós fizemos o projeto da horta na escola”. (A8)</i></p>	Projeto Horta Escolar	A elaboração conjunta supõe um conjunto de condições prévias: a incorporação pelos alunos dos objetivos a atingir, o domínio de conhecimentos básicos ou a disponibilidades pelos alunos de conhecimentos e experiências que, mesmo não sistematizados, são pontos de partida para o trabalho de elaboração conjunta. (LIBÂNEO, p.167, 2005)
<p><i>Não tenho conhecimentos de nenhum projeto de Educação Ambiental, atualmente, na escola”. (A4)</i></p> <p><i>“Não tenho conhecimento se a escola desenvolve Educação Ambiental”. (A7)</i></p>	Falta de participação dos alunos na realização dos projetos.	A motivação dos alunos para a aprendizagem, através de conteúdos significativos e compreensíveis para eles, assim como de métodos adequados, é fator preponderante na atitude de concentração e atenção dos alunos. Se estes estiverem envolvidos nas tarefas, diminuirão as oportunidades de distração e indisciplina. (LIBÂNEO, 2005 p. 253)

Fonte: pesquisa de campo, 2017.

Sobre a categorização projetos bimestrais para o incentivo das práticas em Educação Ambiental percebeu-se que é importante que a escola trabalhe em seu currículo desde os primeiros momentos de escolarização conteúdos referentes a Educação Ambiental, pois quando a criança ingressa no espaço educativo ela já traz consigo conhecimentos relevantes sobre este assunto. E se continuar a ser estimulada nos outros anos escolares certamente ela construirá ótimos conceitos em relação a esse tema.

Sobre a categorização Projeto Horta Escolar percebeu-se que O trabalho com projetos possibilita aos atores escolares uma ampla aprendizagem em relação a vários assuntos trabalhados no currículo da instituição contribuindo para que alunos, professores dialoguem de maneira crítica e reflexiva oferecendo possibilidades para o desenvolvimento da consciência ambiental dentro e fora da sala de aula.

Sobre a categorização falta de participação dos alunos na realização dos projetos verificou-se que na proposta de trabalho da escola é fundamental que seja garantido aos

alunos o acesso as informações pois estas podem perfeitamente dialogar com o currículo onde podem ser inseridos assuntos relevantes que fazem parte do cotidiano dos envolvidos com o ensino, uma vez que a escola está inserida e tem um papel importante nas práticas de Educação Ambiental.

Quadro 12 – Sobre a experiência de coordenação por parte dos professores

Como foi a experiência de coordenação, por parte dos professores, no desenvolvimento do Projeto de Educação Ambiental em sua escola?		
Resposta	Categoria	Referencial
<p><i>“No projeto do paisagismo vi uma integração da escola entre coordenação e professores. (A1)</i></p> <p><i>“Os professores já pediram pra fazer coisas de lixo (reciclagem), trazer plantas pra escola” (A3)</i></p> <p><i>“Quem estava à frente dos projetos de Educação Ambiental eram os professores”. (A4)</i></p> <p><i>“Já vivi experiências de projetos de Educação Ambiental coordenados por professores, e dou nota 10”. (A6)</i></p> <p><i>“ Os professores dos turnos da manhã e tarde estava desenvolvendo o mesmo projeto de Educação Ambiental (geografia e biologia) ”. (A8)</i></p>	<p>Projetos paisagismo; Projeto Reciclagem, outros projetos sob a coordenação de professores das diferentes disciplinas.</p>	<p>Esta é mais uma razão para defender que temáticas transversais como a ambiental não sejam trabalhadas por uma nova disciplina, mas através de projetos, capazes de promover a confluência de conhecimentos e saberes diversos para a emergência de um olhar mais holístico das realidades consideradas e da construção coletiva e cooperativa de soluções para os problemas vividos (OLIVEIRA, 2005, p.336)</p>
<p><i>“Estavam todos, professores, coordenadores e gestão, ajudando os alunos”. (A5)</i></p>	<p>Trabalho coletivo participação da gestão, coordenação e professores no desenvolvimento dos projetos com os alunos.</p>	<p>Nessa perspectiva, as escolas sustentáveis são espaços que educam pelo exemplo e tendem a influenciar a comunidade. Está alicerçada em Princípios Éticos Universais e Princípios de Design baseados na observação e Leis da Natureza, como instrumentos para uma vida sustentável e harmoniosa com o Planeta. Quando vivenciada no ambiente escolar, propõe uma abordagem pedagógica participativa de construção coletiva do</p>

		conhecimento; a partir de seus princípios de design, oportuniza ações práticas e teóricas. (BIASOLI, 2016, p. 91)
<i>“Não me lembro de nenhum projeto coordenado pelos professores”. (A7)</i>	Falta de envolvimento de alguns alunos nos projetos realizados na escola.	Considerar os professores como intelectuais, implica incitá-los a analisar a função social que desempenham, bem como a examinar a que tradições e condições tem impedido uma prática transformadora mais efetiva. Considerar os professores como intelectuais envolve ajuda-los a identificar os interesses políticos e ideológicos que estruturam a natureza do discurso, as relações sociais da sala de aula, a realidade dos alunos, suas experiências e os valores transmitidos nos diversos âmbitos onde convivem. (ALVES, 2011, p.51)

Fonte: pesquisa de campo, 2017.

Sobre a categorização projetos paisagismo, projeto reciclagem, outros projetos sob a coordenação de professores das diferentes disciplinas notou-se que o trabalho escolar quando desenvolvido de forma integrada com a participação dos alunos e dos professores que ministram diferentes disciplinas traz excelentes resultados na aprendizagem dos alunos, no trabalho do professor ocasionando o envolvimento da família nas ações propostas, pois a escola não consegue desenvolver com sucesso nenhum projeto, atividade ou ação se não estiver conectada com os envolvidos nas suas práticas.

Sobre a categorização trabalho coletivo participação da gestão, coordenação e professores no desenvolvimento dos projetos com os alunos constatou-se que o trabalho coletivo é o caminho mais rápido e prático para alcançar o sucesso nas práticas escolares. Quando a escola tem um gestor comprometido e uma coordenação atuante que acompanha o fazer docente certamente tudo ocorrerá de acordo com o planejado. Isso comprova mais uma vez que a escola não alcança os seus objetivos sozinha, ela precisa de parcerias.

No que diz respeito a categorização falta de envolvimento de alguns alunos nos projetos realizados na escola notou-se que os alunos são sujeitos importantes no processo ensino aprendizagem. Estes precisam ser motivados, convidados e informados das ações relacionadas aos projetos para que possam aprender mais sobre os conteúdos estudados em sala de aula. Quando se trata de Educação Ambiental a participação do alunado se torna ainda mais relevante na medida em que eles se tornam sujeitos de seus próprios saberes que entendem a importância da sua participação nos diversos meios no qual vivem.

Quadro 13 – Opinião dos alunos sobre a integração da escola com a comunidade

Na sua opinião a escola fez alguma integração com a comunidade?		
Resposta	Categorização	Referencial
<p><i>“Foi mais professor/aluno, não notei a participação da comunidade na escola”. (A2)</i></p> <p><i>“Aqui é muito difícil essas coisas, sinto falta porque é um meio de todo mundo se ajudar e não ocorre”. (A3)</i></p> <p><i>“Não vi integração do projeto com a comunidade”. (A6)</i></p> <p><i>“O pesquisado não sentiu integração do projeto da horta com a comunidade. Apenas num projeto de ação social”. (A8)</i></p> <p><i>“Não senti muita integração da comunidade com a escola no desenvolvimento dos projetos de EA”. (A9)</i></p> <p><i>“Participei dos projetos de Educação Ambiental – paisagismo, trazendo plantas de casa, minha turma era do 5º ano. Mas nem todas as turmas se envolveram”. (A5)</i></p>	Participação efetiva da comunidade	É nesse contexto complexo que aparecem novas dimensões educativas. Em todas elas coloca-se ênfase no comportamento ético e orientado à transformação dos comportamentos: a educação para a paz, para a saúde, a educação do consumidor, a <i>Educação Ambiental</i> que, de certo modo, reúne todas. Essas novas dimensões, por sua vez, obrigam a restabelecer conteúdos, atitudes, metodologias e incluem, em resumo, o sentido e o enfoque da educação, o “para quê”, o “para quem” e, naturalmente, o “como” educar. (MEDINA, 2011, p.22)

Fonte: pesquisa de campo, 2017.

Sobre a categorização participação efetiva da comunidade pode-se afirmar que a escola faz parte da comunidade e precisa dialogar diretamente com os sujeitos que fazem parte desta. Se há interação entre escola e comunidade, as ações se fortalecem em benefício dos alunos. A relação escola e comunidade deve ser fortalecida todos os dias. Então é fundamental que a escola mantenha-se em constante diálogo com a comunidade para obter melhores resultados no atendimento educacional oferecido.

Quadro 14 – O conhecimento dos alunos sobre a COM-VIDA na escola

Você tem conhecimento da existência de alguma COM-VIDA na escola?		
Resposta	Categoria	Referencial
<i>Quando foram indagados se tinham conhecimento da COM-VIDA dentro da escola os alunos foram enfáticos em afirmar que nunca receberam qualquer informação sobre a necessidade de participarem de COM-VIDA (Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na escola).</i>	Participação Discente	O trabalho de planejar as aulas, traçar objetivos, explicar a matéria, escolher métodos e procedimentos didáticos, dar tarefas e exercícios, controlar e avaliar o progresso dos alunos destina-se, acima de tudo, a fazer progredir as capacidades intelectuais dos educandos. Para enfrentar essa tarefa o professor se defronta com algumas dificuldades. Se ele não domina o conteúdo da matéria que ensina, não saberá conversar com os alunos sobre os conhecimentos e experiências que trazem para a sala de aula, terá dificuldades para ligar o conteúdo a aspectos da realidade e ao cotidiano da vida, não saberá relacionar entre si os assuntos das unidades do programa. (LIBÂNEO, 2005, p. 105)

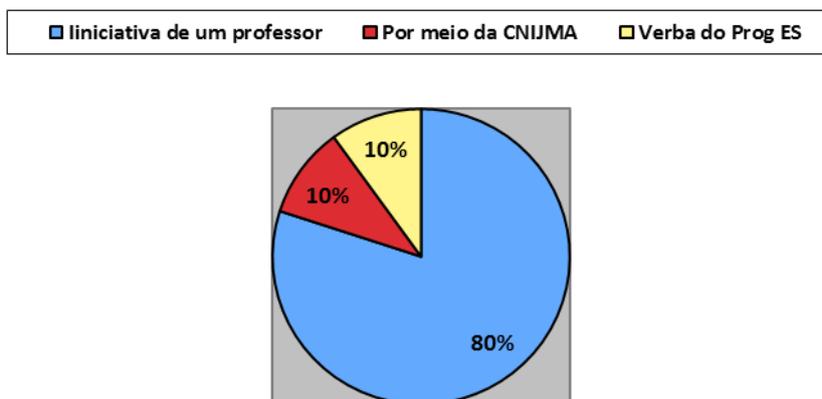
Fonte: pesquisa de campo, 2017.

É nessa faixa etária o momento propício para se promover dentro da escola a experiência grandiosa que é a gestão participativa, envolvendo toda a comunidade (gestores, coordenadores, administrativo, professores, pais/responsáveis alunos e apoio), visando o sucesso do processo educativo.

4. 3. 4 Análise das Questões Objetivas

Ainda de acordo com os questionários que também contou com questões objetivas as gestoras foram questionadas a respeito de como a escola foi provocada a trabalhar com Educação Ambiental. Foi constatado que 80% surgiu de uma iniciativa de um professor ou um grupo de professores da escola, 10% por meio da Conferencia Nacional Infantojuvenil para o Meio Ambiente e 10% através de verba do governo federal Programa Escolas Sustentáveis.

Gráfico 1 – Como a escola foi provocada a trabalhar com Educação Ambiental?

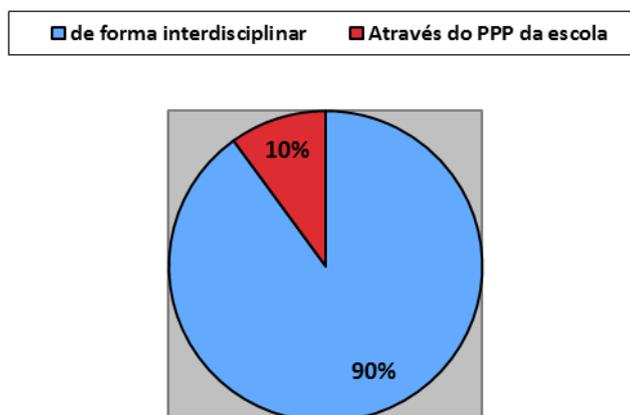


Fonte: Escolas da Rede Municipal de Ensino de Ananindeua, 2017.

Guimarães (2012) afirma que a Educação Ambiental é uma prática pedagógica que não se realiza sozinha, mas nas relações do ambiente escolar, na interação entre diferentes atores, conduzida por um sujeito: o professor. No entanto, esses professores que estão nas salas de aula ou em formação nas universidades estão se sentindo compelidos, por toda uma demanda social e institucional, a inserir a dimensão ambiental em suas práticas pedagógicas “no entanto, esse professoras foram ou estão sendo formados, em sua maioria, na mesma perspectiva conservadora de educação que reproduz *a* e se reproduz *na* armadilha paradigmática” (Guimarães, 2012, p. 124).

Quando perguntados como a Educação Ambiental é desenvolvida na escola, foi coletado que 90% dos sujeitos pesquisados responderam que este trabalho pedagógico é desenvolvido de forma interdisciplinar através da realização de projetos com foco nesta temática priorizando os direcionamentos previstos na legislação proposta pelo Ministério da Educação. Enquanto que 10% afirmou que comunica o que está previsto no Projeto Político Pedagógico por meio de atividades comunitárias.

Gráfico 2 – Como a educação ambiental é desenvolvida na escola?



Fonte: Escolas da Rede Municipal de Ensino de Ananindeua, 2017.

As escolas não estão estruturadas para uma ação interdisciplinar, havendo dificuldades para a realização de atividades conjuntas entre diferentes professores. Não há horário suficiente para reuniões e existe dificuldades para conciliar horários comum entre os professores. Existe também uma cultura de isolamento entre as diferentes áreas de conhecimento, além da desmotivação do professorado para superar essas e outras difíceis situações do seu dia a dia. (GUIMARÃES, 1995, p. 54)

Os entrevistados responderam sobre quais os fatores que contribuem para a inserção da Educação Ambiental na escola onde destes 100% acreditam que contribui muito a presença de professores qualificados com formação superior e especializados; a presença de professores idealistas que atuam como lideranças; que possuam participação ativa na comunidade nos projetos de intervenção, que acham que a utilização de materiais pedagógicos inovadores e com maior fundamentação teórica; a formação continuada de professores; uma biblioteca bem equipada; que tenham livros, jornais e revistas específicas; o uso da internet e o conhecimento de políticas públicas nacionais e internacionais sobre meio ambiente, como: política nacional de Educação Ambiental, protocolos, tratados e convenções.

Essas informações mostram vários fatores que refletem na forma como a Educação Ambiental é trabalhada na escola uma delas diz respeito a formação, quanto mais qualificação o docente buscar para desenvolver o seu trabalho, maiores serão as chances que ele terá para integrar conhecimentos por meio do estudo de diferentes disciplinas, pois ainda está presente na escola a ideia de que a responsabilidade com esse tema é exclusiva do professor de ciências como se esse assunto não tivesse nada a haver com as outras áreas de conhecimento. A formação continuada em serviço é outro fator relevante no trato com a Educação

Ambiental, pois este evento possibilita aos professores estar sempre construindo novos conhecimentos que podem ser aproveitados na sala de aula. A biblioteca é um fator que também produz conhecimentos que podem ser ampliados. Neste ambiente alunos e professores podem compartilhar pesquisas sobre o ambiente, a vida, cooperação, responsabilidade e outras temáticas interessantes relacionadas a Educação Ambiental.

A Educação Ambiental crítica tem um papel decisivo no sentido de contribuir para ampliar a consciência crítica dos indivíduos para a necessidade de construção de uma nova ordem sociometabólica sustentável e de um saber ambiental. Isso significa uma opção por uma Educação Ambiental transformadora e emancipatória que vai além de “ensinar” bons comportamentos em relação à natureza e ao meio ambiente. É uma Educação Ambiental comprometida com as mudanças de valores e a transformação da sociedade. (GUIMARÃES, 2012, p. 150)

Foi perguntado aos gestores quais atores participam da gestão da Educação Ambiental na escola. Estes responderam que 50% fazem parte da equipe de direção. 50% participam de ONGS que planejam, tomam as decisões executam, e avaliam as ações desenvolvidas. Esses dados revelam a urgência no trato com as questões ambientais no chão da escola pois essas questões devem ser dialogadas com todos da escola não apenas com alguns atores. Nesse contexto de diálogo ficam de fora personagens importantes como os alunos, os demais funcionários, a comunidade. Quando todos da escola se envolvem com a Educação Ambiental certamente os resultados são bem mais produtivos e satisfatório, por que partem de interesse coletivos.

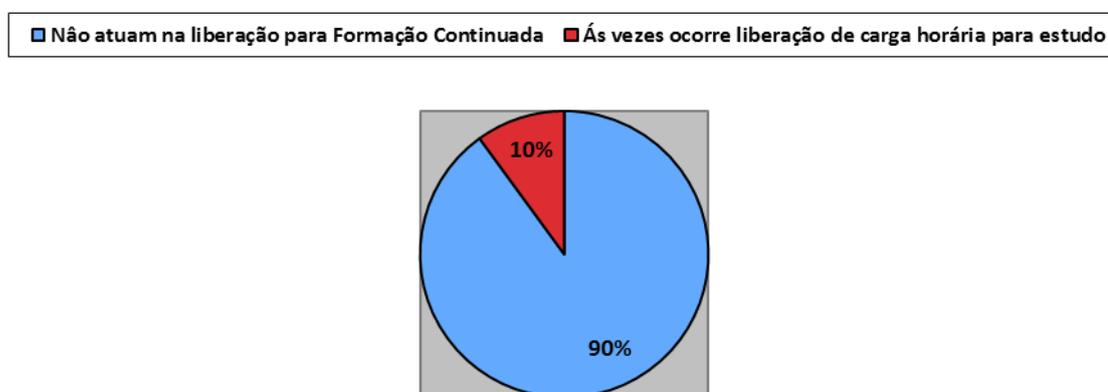
Os processos de ensino e de aprendizagem implicam sempre mediações sociais, cognitivas e afetivas, que terão de ser trabalhadas na formação em Educação Ambiental, visando ao mesmo tempo a uma melhoria na qualidade do ensino acrescentando-lhe novos conteúdos, estratégias, habilidades instrucionais e modelos de gestão. Por essa razão faz-se necessário o acompanhamento dos processos de capacitação, estabelecendo articulação com os sistemas, afim de possibilitar não só a sua continuidade, mas também o fortalecimento e a permanência das equipes locais (BRASIL, 2001, p.21).

Uma educação inovadora atravessada por conceitos complexos como ambiente e desenvolvimento sustentável, que pretende fornecer uma compreensão crítica e transformadora, desenvolver valores e atitudes que conduzam os sujeitos da educação a se inserir em processos democráticos de transformação das modalidades de uso dos recursos naturais e sociais e de entender a complexidade das relações econômicas, políticas, culturais, de gênero, entre outras, e ainda agir em consequência com as análises efetuadas como cidadão responsável e participativo, exige a participação efetiva de processos de formação em serviço,

afim de que essa capacitação teórico-prática se reflita posteriormente nas ações a serem implementadas (BRASIL, 2001, p.18).

De acordo com a pesquisa realizada foi constatado que os gestores foram estimulados a responder se a escola atua na formação continuada em serviço do professor em Educação Ambiental com liberação de carga horária para realização de estudos? Conforme a resposta obtida verificou-se que 90% disse não atuar na liberação para formação continuada em Educação Ambiental no espaço escolar. E outros 10% afirmou que as vezes acontece este momento onde ocorre a liberação de carga horária para estudo.

Gráfico 3 – A gestão atua na formação continuada?



Fonte: Escolas da Rede Municipal de Ensino de Ananindeua, 2017.

De acordo com as respostas analisadas observa-se que em algumas escolas já existe um movimento voltado para a formação dos profissionais professores. Mas chama atenção o fato de alguns pesquisados afirmarem que só recebem essa formação às vezes. Sendo que as mesmas instituições recebem formação continuada em serviço por meio da Secretaria Municipal de Educação conforme o previsto na agenda desta instituição. Cabe pensar que a escola tem autonomia para reservar algumas horas pedagógicas (HP) para dialogar com os seus atores e, por conseguinte, planejar ações voltadas para a Educação Ambiental. Essas práticas contribuem significativamente para o desenvolvimento de novas posturas em relação este assunto.

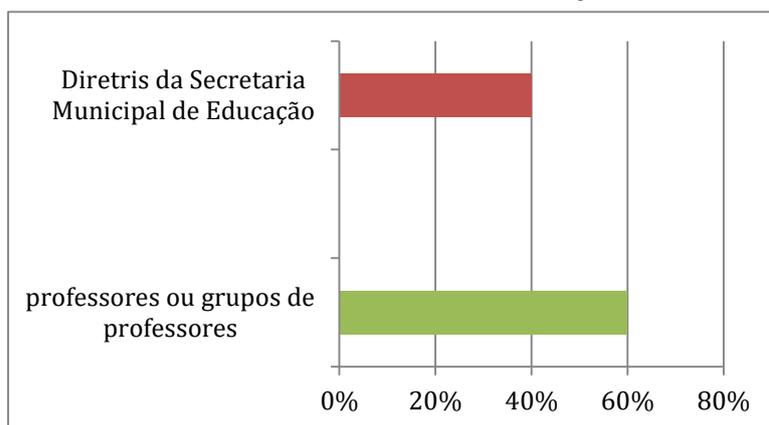
Guimarães (2003, p. 82) nos coloca a seguinte afirmativa que “essa Educação Ambiental em construção em um movimento contra-hegemônico é crítica ao paradigma cientificista-mecanicista que informa a sociedade moderna urbano-industrial; crítica ao seu modelo de desenvolvimento, ao seu modo de produção, com suas múltiplas determinações da realidade social, que se concretiza na proposta de uma modernização que é conservadora –

porque muda (moderniza) para manter a situação atual (*status quo*) – e que promove, ainda, de acordo com sua racionalidade, o direcionamento para uma compreensão única de mundo, criando sentidos, como, por exemplo, sobre desenvolvimento sustentável – o que caracteriza a noção de sustentabilidade como campo de disputa. O caráter crítico objetivado pretende deixar em evidência as relações de poder e dominação que engendram as sociedades contemporâneas, para que, na compreensão/ação política do processo de constituição da realidade socioambiental, se estabeleça o fazer pedagógico que se pretende para a Educação Ambiental”

Conforme as propostas do estudo foram convidados 20 professores para participar e responder os questionários de questões objetivas. A pesquisa de campo foi iniciada no mês de abril onde foi feito um contato com os professores para explicar os procedimentos previstos. Entretanto as escolas pesquisadas passavam por um momento turbulento que envolveu demissões por conta de finalização de contratos tornando-se complicado aplicar os questionários a todos os envolvidos, uma vez que nas instituições pesquisadas possuíam professores temporários que foram exonerados. Dessa forma apenas 10 professores devolveram os instrumentos de pesquisa.

De acordo com a pesquisa realizada em campo feita com os professores das escolas selecionadas obteve-se os seguintes resultados:

Gráfico 4 – Sobre a iniciativa de trabalhar a Educação Ambiental na escola.



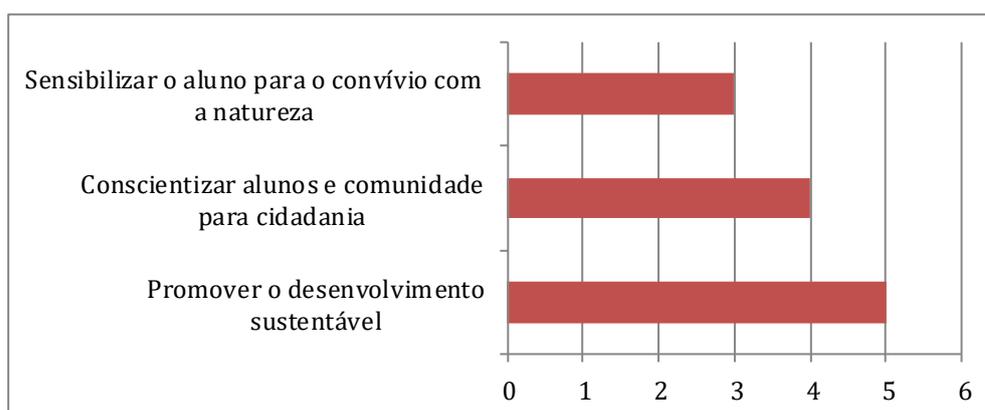
Fonte: pesquisa de campo, 2017.

Esse resultado demonstra que os professores ainda são os protagonistas no trabalho de fomentar e desenvolver a discussão da Educação Ambiental visando a sustentabilidade na escola. O que configura uma cultura de supervalorizar o papel do professor dentro da escola, em detrimento das outras categorias como coordenador, gestor e comunidade sendo que no

ambiente escolar todos são responsáveis em discutir essa questão sobre diferentes pontos de vista.

Libâneo, (1994, p. 33) contribui nesta discussão afirmando que a preparação das crianças e jovens para a participação ativa na vida social é o objetivo mais imediato da escola pública e seus professores. Esse objetivo é atingido pela instrução e ensino, tarefas que caracterizam o trabalho do professor, uma vez que, a instrução proporciona o domínio dos conhecimentos sistematizados e promove o desenvolvimento das capacidades intelectuais dos alunos pois, o ensino corresponde as ações indispensáveis para a realização da instrução que é a atividade conjunta do professor e dos alunos na qual transcorre o processo de transmissão e assimilação ativa de conhecimentos, habilidade e hábitos, tendo em vista a instrução e a educação.

Gráfico 5 – Os principais objetivos da Educação Ambiental na escola



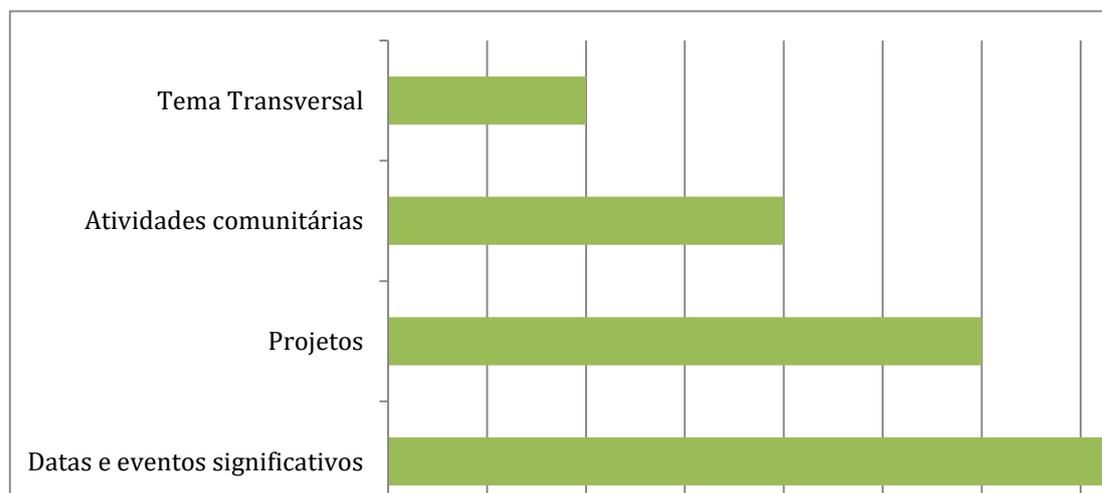
Fonte: pesquisa de campo, 2017.

Nota-se por meio dos atores pesquisados que a discussão sobre sustentabilidade já é uma preocupação dentro da escola por parte dos professores, porém ainda muito incipiente porquê não se percebe como objetivo planejar práticas de uma Educação Ambiental crítica dentro dos conteúdos que eles ensinam. Eles (professores) também entendem que é crucial envolver alunos e comunidade nessa discussão, levando-os a desenvolver sua cidadania por meio de discussões, roda de conversa, aulas passeios, dramatização, etc.

Morin, (2011, p. 13) participando da Conferência Internacional sobre os 7 Saberes Necessários a Educação do Presente, afirma o seguinte “ São necessárias novas práticas pedagógicas para uma educação transformadora que esteja centrada na condição humana, no desenvolvimento da compreensão, da sensibilidade e da ética, na diversidade cultural, na pluralidade dos indivíduos e que privilegie a construção de um conhecimento de natureza interdisciplinar, envolvendo as relações indivíduo-sociedade-natureza. Esta é a condição

fundamental para a construção de um futuro viável para as gerações presentes e futuras conforme defende este autor é importante ter o pensamento complexo, e ecologizado, capaz de relacionar, contextualizar e religar diferentes saberes ou dimensões da vida.

Gráfico 6 – Como se dá o desenvolvimento da Educação Ambiental na escola?

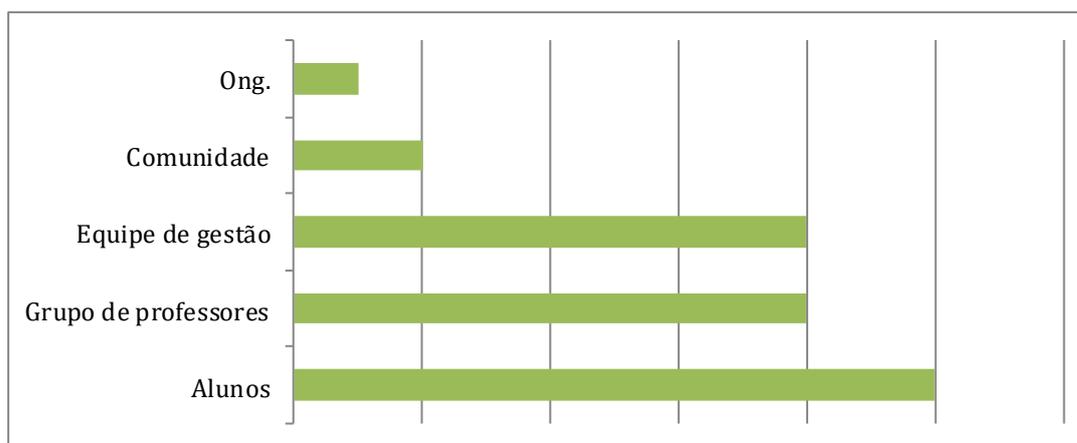


Fonte: pesquisa de campo, 2017.

Mais uma vez esse resultado é a prova que o tema meio ambiente na escola ainda é tratado de forma pontual no decorrer do ano letivo nas datas previstas como, por exemplo, dia do meio ambiente. Este assunto merece mais atenção porque a Educação Ambiental é um tema transversal que precisa dialogar com todas as disciplinas do currículo. Entretanto os pesquisados deixam claro que trabalhar o meio ambiente ainda é um desafio uma vez que interessante seria trabalhar integrando os conteúdos de maneira interdisciplinar.

Para Loureiro, (2008, p.14) “a ausência de crítica política e análise estrutural dos problemas que vivenciamos possibilita que a Educação Ambiental seja estratégica na perpetuação da lógica instrumental do sistema vigente, ao reduzir o “ambiental” a aspectos gestionários e comportamentais. Desse modo, reproduzem os equívocos da sociedade hodierna impede que a ação educativa seja um dos pilares na construção de processos democráticos e participativos, voltada para a qualidade de vida e a consolidação de nova relação sociedade-natureza, em um sistema que assegure as condições materiais de igualdade social para que ocorra em bases efetivamente sustentáveis”.

Gráfico 7 – Quais os sujeitos envolvidos com Educação Ambiental na escola?

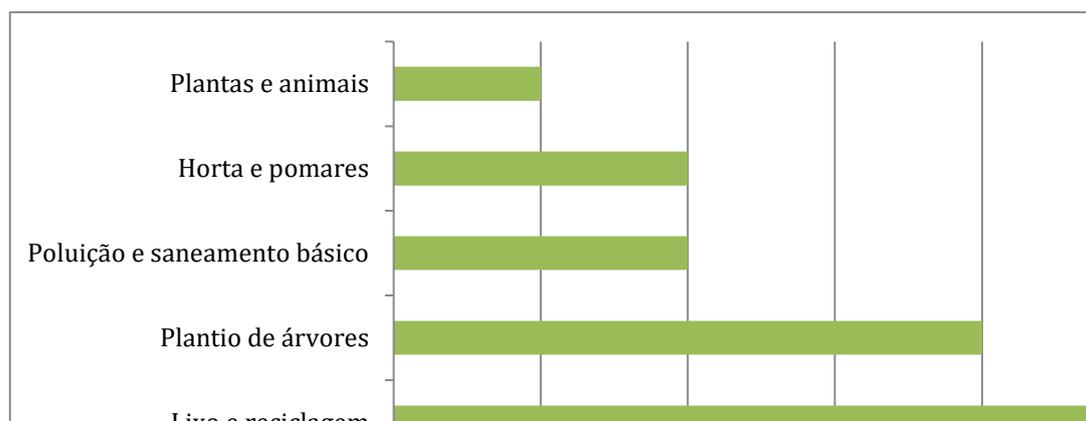


Fonte: pesquisa de campo, 2017.

De acordo com as respostas dadas pelos pesquisados já existe o envolvimento significativo com a Educação Ambiental pois, é conhecido que o trabalho com projetos deve contar com a participação, colaboração, entrosamento e compromisso dentro e fora do espaço escolar já que não é possível fazer um trabalho isolado mas trabalhar o coletivo. Quanto mais pessoas se envolverem mais resultados positivos a escola terá com práticas sustentáveis assim é necessário que os professores tomem para si a consciência de que a escola é um dos espaços mais importantes para desenvolver a consciência de que todos são responsáveis em preservar o espaço em que habita.

Libâneo (1994, p. 39) enfatiza que “o trabalho pedagógico na escola requer a sua adequação às condições sociais de origem as características individuais e socioculturais e ao nível de rendimento escolar dos alunos. Isso implica como ponto de partida conhecimentos e experiências de vida, de modo que estes sejam a referência para os objetivos, conteúdos e métodos. Implica que a escola deve interagir continuamente com as condições de vida da população para adaptar-se às suas estratégias de sobrevivência. Na prática, trata-se de o professor estabelecer objetivos e expectativas de desempenho a partir do limite superior de possibilidades reais de desenvolvimento e aproveitamento escolar dos alunos”.

Gráfico 8 – Que temas são abordados nos projetos para o trato com Educação Ambiental?

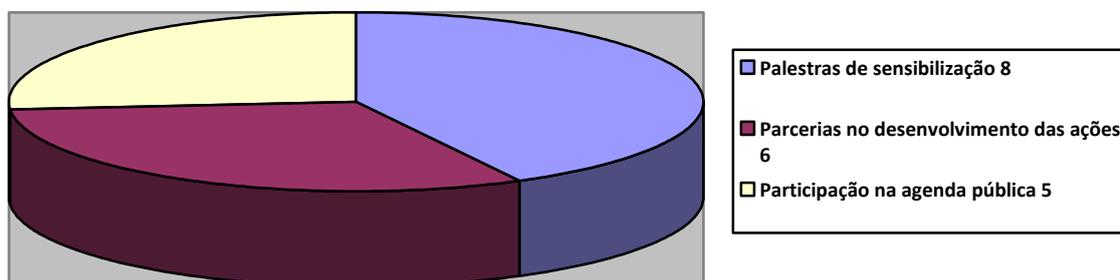


Fonte: pesquisa de campo, 2017.

Essa temática “Lixo e Reciclagem” é bastante recorrente no contexto escolar pois reflete muito o cotidiano dessas escolas que enfrentam sérios problemas para cuidar e reciclar o lixo pois não há um trabalho contínuo de pesquisa, estudo para motivar professores, alunos e a comunidade a criar mais projetos visando uma abordagem mais ampla e crítica sobre essas práticas. Cabe ressaltar que a escola e seus professores precisam ser motivados a elaborar diversos projetos envolvendo os conteúdos trabalhados na sala de aula e tornar a Educação Ambiental um assunto mais atraente na sala de aula.

O trabalho com projeto é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social. Nesta dinâmica a escola, os professores e os alunos interagem por meio de diferentes relações sociais. Tudo o que acontece no meio escolar está atravessado por influências econômicas, políticas e culturais que caracterizam a sociedade de classe. Isso significa que os elementos do projeto objetivos, conteúdos e métodos estão recheados de implicações sociais, tem um significado genuinamente político. Por essa razão, o projeto é uma atividade de reflexão acerca das nossas ações e opções (LIBÂNEO, 1994, p. 222).

Gráfico 9 – Meios da participação comunidade/escola nos projetos de Educação Ambiental

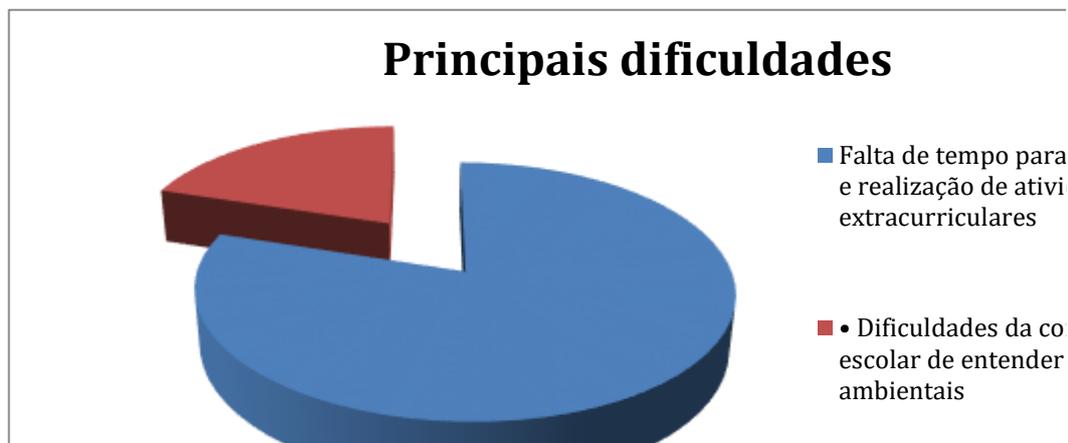


Fonte: pesquisa de campo, 2017.

De acordo com as respostas dadas pelos sujeitos pesquisados várias ações acontecem na escola visando um trabalho mais contextualizado e interdisciplinar na sala de aula. Essas práticas são necessárias para romper paradigmas de que o aluno só aprende e o professor só ensina por meio do quadro e do livro didático. Quando estes atores têm inúmeras possibilidades de aprender Educação Ambiental participando de palestras, conferências, seminários, visitas passeios, desenvolvendo ações por meio de projetos que estimulem novas posturas voltadas para a sustentabilidade e a responsabilidade com o meio ambiente.

“A Educação Ambiental, como proposta educativa que surge da consciência das limitações do processo civilizatório moderno, é uma via que expressa, fundamentalmente, a contestação do modelo de exploração do ambiente natural e, conseqüentemente, do ambiente social da vida moderna. Entretanto temos uma escola que também foi idealizada e está fundamentada nos ideais iluministas, priorizando a razão, o discurso científico como forma de instrumentalizar as capacidades intelectuais e cognitivas” (LOUREIRO, 2008, p.160).

Gráfico 10 – Quais as principais dificuldades para trabalhar a Educação Ambiental na escola?



Fonte: pesquisa de campo, 2017.

Em primeiro lugar, o planejamento é um guia de orientação, pois nele são estabelecidas as diretrizes e os meio de realização do trabalho docente. A ação de planejar, não se reduz ao simples preenchimento de formulários, é antes a atividade consciente de previsão das ações docentes, fundamentadas em opções político-pedagógicas, e tendo como referência permanente as situações didáticas concretas que envolve a escola, os professores, os alunos, os pais a comunidade, que interagem no processo de ensino. Para que o planejamento seja efetivamente instrumento para a ação, devem ser como uma meta a se alcançar em curto, médio, ou longo prazo dependendo do envolvimento de quem faz educação. (LIBÂNEO, 2005, p.223)

O posicionamento dos pesquisados é preocupante pois estes alegam falta de tempo para planejar suas atividades. Sendo que é conhecido que existe na escola um período de planejamento justamente para planejar as atividades. É claro que esse planejamento depende em grande parte do comprometimento e da vontade dos professores se reunirem e buscar estratégias pedagógicas para desenvolver um trabalho de qualidade que priorize os conhecimentos voltados para esta área que é tão importante e contribui positivamente para a mudança de comportamento de todos na escola.

4. 4 Sugestões/Propostas

Os resultados da pesquisa deram-se a partir de um recorte temporal que intencionava revelar a complexidade dos processos de institucionalização da Educação Ambiental nas escolas selecionadas para o estudo e as consequências advindas a partir da implementação do Programa Escolas Sustentáveis. A pesquisa caracteriza-se como um procedimento em que os fatos se inter-relacionam no contexto social, político e econômico, situando-se, então, num

determinado contexto histórico no qual os sujeitos relacionam-se e influenciam as ações que é o ambiente escolar.

O estudo apontou alguns aspectos relevantes e preocupantes na conjuntura educacional das instituições pesquisadas. Dentro da perspectiva das políticas públicas para a Educação Ambiental, em especial no ensino ofertado nas escolas municipais pesquisadas nas quais já se observa uma movimentação significativa voltada para a sustentabilidade, sendo que esta também convida a reflexão de questões como política, economia, gestão, comunicação, interação, trabalho coletivo, interdisciplinaridade, compromisso que exigem uma atenção especial para que a Educação Ambiental se faça presente nas instituições educativas.

Diante da elaboração da pesquisa foram observadas algumas situações pertinentes conforme será elencada a seguir:

4. 4. 1 A relação entre Ministério da Educação e as ações promovidas pela Secretaria Municipal de Educação

De acordo com o posicionamento dos pesquisados ficou claro o entendimento que há uma necessidade efetiva no sentido de ampliar a comunicação no que se refere as verbas federais para incentivar todas as escolas a serem contempladas com projetos de Educação Ambiental, tendo em vista que é notória a ausência de fiscalização e monitoramento dos programas do MEC perante aos município pois em sua maioria essas instituições não são incluídas em um planejamento previsto pelo governo federal. Sendo que essas instituições geralmente possuem espaços que estão ociosos que poderiam ser aproveitados de maneira sustentável, visando a ampliação da aprendizagem das crianças que estão em fase de educação infantil até a educação de jovens e adultos a partir de um trabalho interdisciplinar que atenda aos interesses da Educação Ambiental pois as falas supracitadas na pesquisa de campo evidenciaram a ausência e também a necessidade de uma aprendizagem preocupada com a questão ambiental, que ainda continua a ser trabalhada em datas pontuais o que, resume a importância desta temática no currículo escolar.

4. 4. 2 A presença da Secretaria de Educação nas ações de Educação Ambiental nas escolas

De acordo com o posicionamento dos pesquisados compreendeu-se que as ações da Secretaria de Educação não são contínuas no espaço escolar visando um assessoramento

pedagógico mais eficiente que dê conta das demandas voltadas para a Educação Ambiental, pois esta questão está claramente posta na Proposta Curricular para a Rede Municipal da Ensino de Ananindeua que no seu bojo teórico enfatiza que a Educação Ambiental deve buscar valores que conduzam a uma convivência harmoniosa com o ambiente e as demais espécies que habitam o planeta auxiliando o aluno a analisar criticamente o princípio que tem levado a destruição inconsequente dos recursos naturais e de várias espécies. Afirma também este documento que os conteúdos ambientais devem permear todas as disciplinas do currículo, sendo contextualizados com a realidade da comunidade e a escola auxiliará o aluno a perceber a correlação dos fatos dentro de uma visão holística.

4. 4. 3 O comprometimento da gestão escolar em relação as ações de Educação Ambiental

Conforme o resultado da pesquisa de campo foi observado nitidamente que uma atuação mais dinâmica da gestão com foco na elaboração de projetos de Educação Ambiental é também um fator determinante para a realização de uma proposta interdisciplinar para integrar os conteúdos das disciplinas a temática do ambiente tendo em vista que as falas deixam claro que existe por parte da gestão a preocupação com as questões administrativas. Enquanto que os assuntos relacionados ao pedagógico ficam vulneráveis em virtude da gestão não ser contemplada com formação específica em Educação Ambiental para ajudá-los a discutir esse tema com o grupo que ele lidera. De acordo com os pesquisados a gestão quase não dialoga e nem planeja com o grupo ações para trabalhar esta questão. Sendo que isso ocorre em datas específicas como Feira da Cultura, Expoted, Feira Cultural da Educação Infantil e outros eventos que as escolas promovem de acordo com o calendário proposto pela Secretaria Municipal de Educação, o qual nem sempre todas as escolas participam porque a ausência de um referencial teórico para o trato com a questão ambiental se torna obstáculo para a realização de atividades atraentes e significativas que se encaixem nos níveis de escolarização ofertado pela gestão.

4. 4. 4 O diálogo entre gestão e docência com foco na Educação Ambiental

Segundo as repostas oferecidas pelos pesquisados convidados a participar da pesquisa de campo existe na escola ausência de um diálogo permanente que dê conta de abraçar a Educação Ambiental tendo em vista que os gestores estão munidos de um conhecimento resumido acerca do conceito “Educação Ambiental”. Desse modo acredita-se

que a falta de um diálogo para planejar projetos com os professores pode ser considerada um fator a ser revisto, pois sem um planejamento participativo que valorize ações coletivas na instituição torna-se difícil o trabalho para a elaboração de projetos interdisciplinares que encaixe este assunto. Os pesquisados elencaram que não percebem motivação individual e grupal por parte da gestão para o trato com a Educação Ambiental. Essa falta de diálogo compromete a principal tarefa da gestão escolar que, entre outras, é interpretar os objetivos e em seguida transformá-los em ações concretas para atingir as metas desejadas uma vez que a Educação Ambiental deve perpassar por todo o currículo.

4. 4. 5 O processo de ensinar e aprender na Educação Ambiental

Outra preocupação comprovada pela pesquisa de campo trata-se da postura do professor no momento de trabalhar a Educação Ambiental na sala de aula. Esta questão se torna mais complexa e preocupante quando a escola se posicionam para enfatizar que não percebem uma dinâmica na escola no decorrer da aprendizagem voltada para este segmento. E por conta disso não conseguem caminhar rumo a sustentabilidade e, por conseguinte desempenhar um papel de mediador de saberes que possibilitem discutir abertamente os problemas que precisam ser resolvidos. Essa questão merece atenção pois a Educação Ambiental é um componente essencial no processo de formação e educação permanente e sua abordagem na sala de aula contribui para a resolução de problemas que os alunos vivenciam no cotidiano tornando o processo educativo mais realista e reflexivo diante do bem-estar da humanidade.

4. 4. 6 O aluno como sujeito do conhecimento em Educação Ambiental

Os discentes que participaram da pesquisa de campo e foram selecionados porque estão diretamente envolvidos com o ensino na sala de aula. De acordo com as suas respostas foi constatado que os mesmos enfatizaram pouco conhecimento sobre a questão ambiental, como se esta fosse invisível na escola não fazem parte de uma rede de relações na qual deve ser contínua a discussão sobre o meio ambiente para que estes possam entender que o meio ambiente não é constituído apenas pelo mundo natural, onde vivem as plantas e os animais, mas também pelo mundo construído por seres humanos e que ele enquanto aluno é resultado de uma evolução cultural e natural. Nesse contexto as falas mostraram que é preciso trabalhar

esse aluno para que ele se torne um ser que participa ativamente da história de sua sociedade à medida em que vai construindo sua história é alguém em contato com a vida e outros seres o que lhe permite construir a consciência própria e desenvolver a capacidade de pensar sobre questões consideradas ambientalmente corretas

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da elaboração da pesquisa abordaremos três fatores que julgamos foram essenciais para a produção do conhecimento acadêmico e que nos conduziram a pensar sobre várias questões especialmente nos modos como o ensino é organizado e quais interesses este deseja atender. Nesta perspectiva confirmamos que esta pesquisa nos fez repensar sobre vários pontos de vistas, uma vez que, a Educação Ambiental está presente de várias maneiras em nossas vidas tanto como profissionais como seres humanos que dependem uns dos outros para garantir as próximas gerações acreditando que esta será muito melhor que as gerações presentes.

A pesquisa foi relevante para a formação profissional na medida em que nos mostrou que as relações em Educação Ambiental são históricas e foram conduzidas através dos tempos ganhando contornos interessantes para atender os interesses da comunidade que está nos dias atuais dividida entre os sujeitos que se interessam em preservar o mundo e outros que só pensam em si não levando em consideração os interesses do coletivo. Nesta lógica discutimos muito sobre ensinar e aprender e percebemos de um jeito muito especial que a natureza está para nós, mas nós não estamos para a natureza, respeitando e cuidando como a nós mesmos.

O entendimento da pesquisa revelou que nesse recorte temporal (2003-2015) são criados projetos e políticas públicas de Educação Ambiental com ênfase nas escolas sustentáveis para garantir perspectivas positivas em relação a vida e ao ambiente. Porém é visível que algumas propostas podem ser consideradas vulneráveis porque não dão conta de um arcabouço teórico que privilegie o ensino interdisciplinar contextualizado com questões ambientais.

De acordo com a pesquisa as políticas estruturantes de Educação Ambiental poderiam ter melhores resultados se contassem com o envolvimento da sociedade como um todo onde cada um percebesse a sua contribuição para melhorar a vida no planeta. Essa perspectiva deveria inicialmente partir da escola pois este é um ambiente propício a discussão acerca dos comportamentos humanos possibilitando relacionar este ao mundo natural pois é dele que retiramos o sustento para nossas vidas. Entretanto, a temática da sustentabilidade é quase invisível na sociedade e ainda caminha a passos lentos no espaço da escola tendo em vista que a proposta do Programa Escolas Sustentáveis não abrangem todas as instituições e por conta disso os trabalhos não são realizados com sucesso e produtividade.

Conforme a pesquisa instituições educacionais do município de Ananindeua foram contempladas, no ano de 2013, com o Programa Escolas Sustentáveis no qual algumas

instituições iniciaram uma perspectiva de trabalho limitado a ações e atividades pontuais que não se fortaleceram por falta de uma comunicação mais efetiva entre as instituições e as entidades mantenedoras. Outros obstáculos também surgiram durante este processo como, por exemplo, pouco envolvimento da gestão com a proposta de escolas sustentáveis, planejamento limitado por parte dos professores que ainda insistem em trabalhar de forma tradicional valorizando apenas os conhecimentos já existentes, executando projetos somente quando são chamados ou orientados. Não há um estímulo a iniciativa desses profissionais para desenvolver um trabalho interdisciplinar onde é possível integrar os conteúdos ao currículo.

Diante das expectativas da pesquisa ficou claro também a necessidade da presença mais efetiva das instâncias superiores que mantêm este programa. Essa falta de acompanhamento e monitoramento faz com que as ações do Programa Escola Sustentáveis sofram um declínio e não surtem efeito na aprendizagem dentro da escola. Todas estas questões nos motivam a sugerir uma proposta de intervenção para contribuir na idéia de tornar a escola realmente sustentável:

Maior motivação focada gestão escolar para dinamizar um trabalho pedagógico voltado a elaboração de mais projetos executados no decorrer de todo o ano letivo. A gestão deve buscar informações por meio da participação em seminários, congresso, simpósios para saber mais sobre Educação Ambiental, e estar junto aos órgãos mantenedores para desenvolver um trabalho mais eficaz que não seja limitado apenas a reciclagem e coleta seletiva;

Mais acompanhamento da coordenação junto ao planejamento dos professores para que estes profissionais sejam motivados a buscar conhecimentos em eventos que tratem da questão ambiental, visando ampliar informações e darem conta de integrar os conhecimentos previstos no livro didático aos conteúdos relativos a Educação Ambiental, buscando diferentes fontes para entender e, por conseguinte, realizar intervenções importantes no processo ensino aprendizagem;

Diante das questões estudadas e que fundamentaram esta pesquisa é importante perceber que os alunos que são os mais interessados dentro do contexto do processo educativo precisam ser estimulados de forma contínua e prazerosa para perceberem seus respectivos papéis quando se trata de Educação Ambiental pois este assunto estará presente no decorrer de toda a sua escolarização e, portanto, não deve ser estudado, discutido apenas em datas pontuais que a escola considera como ideal para trabalhar esta temática. Deve ser feito um trabalho contínuo de conscientização onde os alunos sejam capazes de relacionar os conhecimentos obtidos nos livros didáticos com suas práticas cotidianas. Nesse contexto

sugerimos como proposta mais atuação da gestão em dialogar com a coordenação, a coordenação dialogar com os professores, os professores dialogarem com os alunos sobre a temática da Educação Ambiental, uma vez que, esta é uma temática que sempre irá surgir dentro da matemática, língua portuguesa, ciências, história, geografia, biologia e outras áreas do conhecimento. E não ficar a cargo apenas do professor de ciências como normalmente ocorre nos espaços escolares. A questão ambiental nas escolas é algo que deve ser considerado se desejamos uma escola sustentável pela sua importância e influência na formação de todos que estão neste ambiente. Essa discussão somente será proveitosa e alcançará os seus objetivos se for compartilhada com toda a comunidade escolar.

A gestão escolar é um componente indispensável para o desenvolvimento e sucesso das práticas de Educação Ambiental. No decorrer da pesquisa foi observado que esse profissional desenvolve na escola uma multiplicidade de funções e com isso ele acaba ficando sobrecarregado. O que impede que estes trabalhem de forma mais dinâmica quando se trata de acompanhar as práticas de Educação Ambiental diante das dificuldades enfrentadas pela gestão neste âmbito sugerimos:

Mais diálogo com a Secretaria Municipal de Educação para solicitar assessoramento técnico pedagógico da equipe de Educação Ambiental para orientar as atividades planejadas;

Participação na formação continuada em serviço para que este profissional possa dar conta de suas atribuições em tempo previsto;

Assessoramento técnico, por parte da Secretaria de Educação, ao trabalho de acompanhamento e monitoramento das ações previstas para a Educação Ambiental da gestão escolar.

Ampliar a comunicação com a comunidade do entorno da escola para buscar parcerias visando o fortalecimento das ações e práticas da Educação Ambiental.

Diante dos desafios observados no decorrer da elaboração do trabalho pelos professores para trabalhar Educação Ambiental sugerimos as seguintes ações visando o envolvimento destes docentes com foco no trabalho interdisciplinar:

Investimento na formação continuada em serviço para ampliação do conhecimento em Educação Ambiental;

Participação em reuniões com a equipe escolar para traçar ações que propiciem a articulação entre os conteúdos estudados por diferentes disciplinas e os temas sobre o meio ambiente;

Realização de planejamento coletivo para que os professores discutam e possam trabalhar de forma interdisciplinar os temas de Educação Ambiental;

Encontros para revisar o Projeto Político Pedagógico para mantê-lo atualizado aos temas relacionado a Educação Ambiental.

Os alunos são atores importantes no cenário ensino-aprendizagem e necessitam ter os seus interesses atendidos para obterem sucesso no seu aprendizado esses sujeitos foram convidados para analisar e avaliar o trabalho desenvolvido no campo da Educação Ambiental nas escolas. Desse modo esses atores são importantes para desenvolver ações relacionadas com a questão do meio ambiente e com um aprendizado interdisciplinar podem contribuir para a tomada de decisão no ambiente educativo visando ampliar conhecimentos em Educação Ambiental. De acordo com as perspectivas da pesquisa propomos:

Investimento por parte das entidades mantenedoras para a realização contínua do Projeto Horta Escolar; estimular a iniciativa dos discente para realizar ações contínuas de ações relacionadas a Educação Ambiental;

Realização de um trabalho interdisciplinar para o desenvolvimento de práticas em Educação Ambiental;

Mais envolvimento da comunidade com as práticas de Educação Ambiental para garantir parcerias no desenvolvimento de ações (coleta seletiva em rede com as cooperativas de catadores, reciclagem, horta comunitária, reaproveitamento do óleo de cozinha, cultivos de plantas medicinais, criação de um jornal mensal que aborde a temática ambiental);

Sinergia entre todos os projetos realizados na escola contextualizados com a temática a Educação Ambiental.

REFERÊNCIAS

- ACHE TUDO E REGIÃO. **Localização e dados gerais Ananindeua PA**. [online]. [201-?]. Disponível em<www.achetudoeregiao.com.br/pa/ananindeua/localizacao.htm>. Acesso em: 15 maio 2017.
- ALMEIDA, Elana Gracielle Santos, **Conferência Infante Juvenil para o Meio Ambiente (CIJMA): uma análise das ações socioeducativas voltadas a Educação Ambiental nos diferentes cenários da Amazônia Paraense** / Elana Gracielle Santos Almeida. - 2016.
- ANANINDEUA. **Relatório de Gestão 2005**: administração Helder Zahluth Barbalho. Ananindeua: [s.n.], 2006.
- ANANINDEUA. **Plano Diretor de Ananindeua – PDA**, 2006.
- BIASOLI, Semíramis Albuquerque. **Institucionalização de políticas públicas em Educação Ambiental**: subsídios para a defesa de uma política do cotidiano. 2014. 117 f. Tese (Doutorado) – Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Escola Superior de Agricultura “Luis de Queiroz”, Piracicaba, 2015. Versão revisada de acordo com a resolução COPGr 6018 de 2011.
- BIANCHI, Camila Santos Tolosa. **Programa Nacional Escolas Sustentáveis**: o fluxo de uma ideia no campo das políticas públicas de Educação Ambiental. 2016. 182f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- BRASIL. Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima. **Plano Nacional de Mudança do Clima**. Brasília, D.F.: [s.n.], 2008.
- _____. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**. Disponível em:< www.portal.mec.gov.br>. Acesso em: 23 jan. 2016.
- BRASIL. **II Conferência Nacional Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente**. 2. ed. Brasília, D.F.: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2007. (Série Documentos Técnicos, nº 11.).
- BRASIL. **Conferência Nacional Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente: Mudanças Ambientais Globais**. 3. ed. Brasília, D.F.: [s.n.], 2009. Relatório Final.
- BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.in.gov.br/mp_leis/leis_texto.asp?id=LEI%939496>. Acesso em: 22 dez. 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo Educacional**. Brasília, D.F., 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Ministério do Meio Ambiente. **Vamos Cuidar do Brasil com escolas sustentáveis**: educando-nos para pensar e agir em tempos de mudanças

socioambientais globais. Brasília, D.F.: Secretaria de Educação Continuada: Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério do Meio Ambiente. **Vamos Cuidar do Brasil: conceitos e práticas em Educação Ambiental na escola**/[Coordenação: Soraia Silva de Melo; Rachel Trajber] – Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental; Ministério do Meio Ambiente. Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional Escolas Sustentáveis**. Brasília, D.F.: MEC; Coordenação Geral de Educação Ambiental, 2014. Versão Preliminar, 02 jun., 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Formando COM-VIDA, Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na escola: construindo agenda 21 na escola**. 2ed. Brasília, D.F.: MEC: Coordenação Geral de Educação Ambiental, 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Caderno de Debate Agenda 21 e Sustentabilidade: Ética e Sustentabilidade**. [Brasília, D.F.]: Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável, [2007].

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Documentos técnicos da II Conferência Nacional do Meio Ambiente**. Brasília, DF: Agenda 21, 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretária de Articulação Institucional e Cidadania. **Educação Ambiental: Por um Brasil Sustentável ProNEA, Marcos Legais e Normativos**. 4ª ed. Brasília, D.F.: 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo nacional de desenvolvimento da educação**. Brasília, DF: 2018a. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/pdde/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-pdde>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa mais educação**. Brasília, DF: 2018b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRASIL. **Conferência nacional infantojuvenil pelo meio ambiente: vamos cuidar do Brasil com escolas sustentáveis**. Brasília, DF: MEC; Ministério do Meio Ambiente, 2013. Relatório Final.

BRASIL. **Programa de formação de professores alfabetizadores: guia de orientações metodológicas gerais**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/guia_orient>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BRETAS, Valéria. As melhores e piores 100 grandes cidades do Brasil. **Exame.com**, [online], n. 11, v. 51, mar., 2017. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/o-ranking-do-servico-publico-nas-100-maiores-cidades-do-brasil/>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico** / Isabel Cristina de Moura Carvalho – 5 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

CAVALCANTE L.O. **Currículo e Educação Ambiental**. In: FERRARO JÚNIOR (Org.). Encontros e Caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. Birsília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.p.115-126.

CAZAPSKI, S. **A implantação da Educação Ambiental no Brasil**. Brasília, D.F.: Coordenação de Educação Ambiental do Ministério da Educação e do Desporto, 1998.166 p.

COSTA, Bruno Silva. **Relações entre padrões e operários no Pará do século XX**: representações do Curtume Maguary para memória da sociedade Ananindeuense. 2008. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade da Amazônia. Ananindeua, 2009.

DELORS, Jacques. Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. In: UNESCO. **Educação**: um tesouro a descobrir. São Paulo: Brasília: Cortez, UNESCO, 2003. 288p.

BOCHNIAK, Regina. O questionamento da interdisciplinaridade e a produção do seu conhecimento na escola. In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Coord.). **Práticas Interdisciplinares na escola**. 13. ed, rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 1994.

FAZENDA, I. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro**: efetividade ou ideologia? São Paulo: Loyola, 1979.

FAORO, R. **Os donos do poder**: Formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

GADOTTI, Moacir; PADILHA, Paulo Roberto; CABEZUDO, Alicia (Org.). **Cidade Educadora**: Princípios e experiências. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire; Buenos Aires: Ciudades Educadoras América Latina, 2004.

GADOTTI, M. **Escola cidadã**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: Cortez, 2002.

GUIMARÃES, Mauro. **A formação de educadores ambientais**/Mauro Guimarães – 8ª ed. – Campinas, SP: Papirus, 2012. – (Coleção Papirus Educação)

SANTOS PINTO, V. P. dos & GUIMARÃES, M., **A Educação Ambiental no contexto escolar**: temas ambientais locais como tema geradores diante das questões socioambientais controversas. Revista de Geografia – PPGEIO – UFJF. Juiz de Fora, v.7, n.2, (jul-dez) p. 149-162, 2017.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**/Mauro Guimarães. – Campinas, SP: Papirus, 1995. – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

IBGE. **Indicadores Sociais Municipais**: uma análise dos resultados de censo demográfico 2010. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/população/censo2010/indicadore_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação permanente do professorado**: novas tendências; tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. – São Paulo; Cortez, 2010.

JACOBI, Pedro Roberto; Tristão, Martha; FRANCO, Maria Isabel G. Correa. **A função social da Educação Ambiental nas práticas colaborativas**: participação e engajamento. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 29, n. 77, p. 63-79, jan. /abr, 2009. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas: 2001.

LEI nº 2.237/06, de 06 de outubro de 2006. Institui o Plano Diretor do Município de Ananindeua.

LEI nº. 2.510/11, de 23 de maio de 2011, Institui a Política Municipal de Educação Ambiental, e dá outras providências.

LEFF, E. (Coord.). **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez. 2003.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. 494 p.

LIBÂNIO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 5 ed. – São Paulo: Cortez, 2001. – (Coleção Questão da Nossa Época; v. 67).

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática**. 13. ed., São Paulo: Cortez, 1994.

LIMA, Maria do Carmo. Brasil: como anda nossa Agenda 21?. **Caderno de debate Agenda 21**, Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, v. 8, n. 3, set./dez., 1999.

LIMA, José Júlio Ferreira; MOYSÉS, Aristides (Org.). **Como andam Belém e Goiânia**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2009.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajatória e fundamentos da Educação Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza de (Org.). **Sociedade e meio ambiente**: a Educação Ambiental em debate. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 183 p.

LUCK, Heloisa. **A gestão participativa da escola**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. São Paulo: EPU, 2013.

MAIA, Paulo Cesar Chagas. **Análise terminológica da produção científica dos programas de Pós-graduação (PPGs): A elaboração de um microtesauro sobre gestão ambiental**. 2015. 102 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/7635>>. Acesso em: 22 set. 2016.

MEDINA, N. M. **Elementos para a introdução da dimensão ambiental na educação escolar: Primeiro grau: Amazônia: uma proposta interdisciplinar de Educação Ambiental**. Brasília: Ibama, 1998.

MEDINA, N. M. **Educação Ambiental: uma metodologia participativa de formação/Naná Mininni Medina, Elizabeth da Conceição Santos**. 8 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MENDES, Gilene Alves. **Ananindeua dos trilhos ao asfalto**. Belém: Gráfica salesiano, 2003.

MORIN, Edgar. **Os Sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed., rev. São Paulo: Cortez; [Brasília, DF]: UNESCO, 2011. 102 p

MOTA, Junior Cesar. Possibilidades e limitações na transição de escolas para espaços educadores sustentáveis. In: Reunião científica regional da ANPED: educação, movimentos sociais e políticas governamentais, 11., 2015. Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2016. p. 1-15. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/11/eixo17_JUNIOR-CESAR-MOTA.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2016.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. **Lei n. 9.795/1999**. Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>>. Acesso em: 18 dez. 2014.

OLIVEIRA, H.T. **Transdisciplinaridade**. In: FERRARO JÚNIOR (Org.). **Encontros e Caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p.336.- 343.

PEREIRA, D.; MENDONÇA, R.; SOUZA, G.; ZANON, A. Processo de formação de professores por intermédio do ensino a distância para a promoção de transformações socioambientais: processo formativo escolas sustentáveis e COM-VIDA. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA, 7., 2011, Outro Preto.

RODRIGUES, A. C. **A Educação Ambiental e o fazer interdisciplinar na escola**. Juiz de Fora: Junqueira e Martins Editores, 2008.

SAITO, Carlos Hiroo; PEDRINI, Alexandre de Gusmão (Org.). **Paradigmas metodológicos em Educação Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2014.

- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- SANTOS; Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS FILHO, José Camilo dos; GAMBOA, Silvio Sanches (Org.). **Pesquisa educacional: quantidade - qualidade**. São Paulo: Cortez, 1995.
- SILVA, Marilena Loureiro da. **Educação Ambiental e Cooperação Internacional na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2008.
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico crítico: primeiras aproximações**. 9. ed., Campinas: Autores Associados, 2005.
- STAKE, R. E. Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Ed.). **Handbook of qualitative research**, Thousands Oaks, Sage, 1998.
- TASSARA; Eda. **Dicionário socioambiental: ideias, definições e conceitos**. São Paulo: Faarte, 2008.
- TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia Ramos (Org.). **O que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental**. Brasília, D.F.: Ministério da Educação, 2006.
- TRAJBER, Rachel; SATO, Michele. **Escolas Sustentáveis: Incubadoras de Transformações nas Comunidades**. Rev. eletrônica Mestrado. Educ. Ambiental. [S.l.; s.n.], v. especial, p. 70-78, 2010.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa e ciências sociais: pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- VEIGA-NETO, Alfredo. A didática e as experiências da sala de aula: uma visão pós-estruturalista. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, UFRGS, v.21, n.2, p.161-175, 1999.

ANEXO A – Carta de apresentação



Carta de Apresentação

Sra./Sr. Educador

Venho por meio desta, apresentar a aluna de Mestrado Mônica Goreth Costa Ribeiro vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA) sob minha orientação. Mônica realizará atividades de pesquisa de campo e documental para coleta de dados nas referidas escolas: E.M.E.I.F. Maria do Carmo Barbosa; E.M.E.I.F. João Paulo II e E.M.E.I.F. Lúcia Wanderley. Sua pesquisa de mestrado tem como tema: *Programa Escolas Sustentáveis na Política Pública de Educação Ambiental no Município de Ananindeua: uma análise em três instituições de ensino e seu objetivo é de investigar quais as políticas públicas voltadas para Educação Ambiental no município de Ananindeua e apresentar uma proposta de currículo voltado para as Escolas Sustentáveis. Para isso, pretende realizar pesquisa documental sobre as políticas voltadas para este conceito em nível local, regional e nacional. A pesquisa documental será complementada pelo estudo da evolução das políticas estruturantes da Educação Ambiental até chegar ao Programa Escolas Sustentáveis.*

Do ponto de vista metodológico, Mônica precisa analisar documentos de políticas públicas, plano de ação das escolas sustentáveis, projeto político pedagógico da escola. Ela também deverá entrevistar educadores e gestores e fotografar cenas com os alunos e alunas realizando atividades escolares. Este projeto deve ser realizado de janeiro de 2017 até dezembro de 2017. Espera-se assim, contribuir ao campo da pesquisa em Educação Ambiental bem como com a valorização das políticas públicas voltadas para a EA.

Desde já agradecemos a acolhida de nossa atividade de pesquisa e nos colocamos a disposição para qualquer outro esclarecimento.

Ananindeua, 21 de agosto de 2017.

Cordialmente,

Profª Dra. Marilena Loureiro

ANEXO B – Questionário gestor

data: ____/____/____

Público alvo: Gestor Escolar

Nome: _____

Formação _____

Local da entrevista: _____

1. Na sua opinião o que é uma Escola Sustentável?

2. As escolas e os professores, em sua opinião, estão preparados para a política para ES? De que forma?

3. Como foi a experiência de coordenação, por parte dos professores, no desenvolvimento do Programa Escola Sustentável em sua escola?

4. Você tem conhecimento da existência de alguma Com-Vida na escola?

5. Como você define a EA desenvolvida na sua escola?

ANEXO C – Questionário docente

data: ____/____/____

Público alvo: DOCENTE

Nome: _____

Formação _____

Local da entrevista: _____

1. Na sua opinião o que é uma Escola Sustentável?

2. Como foi a experiência de coordenação, por parte dos professores, no desenvolvimento do Programa Escola Sustentável em sua escola?

3. Você tem conhecimento da existência de alguma Com-Vida na escola?

4. Qual o tempo que a escola desenvolve Educação Ambiental?

ANEXO D – Questionário discente

data: ____/____/____

Público alvo: DISCENTE

Nome: _____

Local da entrevista: _____

1. Na sua opinião o que é uma Escola Sustentável?

2. Como foi a experiência de coordenação, por parte dos professores, no desenvolvimento do Programa Escola Sustentável em sua escola?

3. Você tem conhecimento da existência de alguma Com-Vida na escola (Conselhos de Meio Ambiente e Qualidade de vida)?

4. A escola faz alguma integração com a comunidade?

5. Quais foram as dificuldades enfrentadas pela escola?

ANEXO E – Proposta de Projeto Escola Sustentável

SUMÁRIO

Apresentação

- Objetivos
 - Geral
 - Específico
- Referencial teórico
- Pressupostos Metodológicos
- Atividades transformadoras e Ecotécnicas
 - 4.1 Cardápio de Ecotécnicas
- Recursos
 - 5.1. Materiais
 - 5.2 Humanos
- Avaliação
- Cronograma do projeto
- Referencias bibliográficas

APRESENTAÇÃO

A presente proposta representa um chamado à reflexão e à ação. Tem como objetivo inserir a educação ambiental de forma permanente nas práticas pedagógicas das escolas de educação básica, pertencentes ao município de Ananindeua. Reconhecendo a importância da educação ambiental, com este projeto busca-se incentivar os atores escolares na mudança de postura para a sustentabilidade socioambiental visando transformar as instituições em espaços educadores sustentáveis.

Nesta perspectiva optou-se por pressupostos metodológicos fundamentados em teorias e concepções que favoreçam mudanças significativas no ambiente a partir do desenvolvimento de atividades transformadoras e ecotécnicas, cardápio de ecotécnica, recursos materiais e humanos. No decorrer da realização do projeto ocorrerá a avaliação que é um elemento importante para a percepção dos pontos positivos e negativos relacionados as ações planejadas.

Espaços educadores sustentáveis são definidos como aqueles que, em seu fazer pedagógico, criam condições para promover a cultura da sustentabilidade socioambiental. Refletem essa intencionalidade de forma articulada no currículo, em seu modelo de gestão e nas relações escola-comunidade, buscando, sobretudo, possibilitar a experiência do sujeito ecológico. As ações do projeto são concebidas na perspectiva de que as instituições educacionais sejam incubadoras e polos de irradiação de uma cultura fundada nos valores do cuidado, da solidariedade, da participação, do direito à diversidade e da sustentabilidade socioambiental.

As ações relacionadas ao projeto serão realizadas conforme um cronograma que foi elaborado para dar visibilidade e organização no trabalho realizado e também para garantir a efetividade das ações em tempo previsto. Desta forma foram selecionadas referências que tratam do assunto em tela que é a sustentabilidade visando dar credibilidade ao projeto.

1. OBJETIVOS

1.1. Geral

Implantar práticas sustentáveis na gestão, no currículo e espaço físico da escola.

1.2. Específicos

Identificar e promover atitudes sustentáveis no coletivo e, individualmente, agir coerentemente com elas;

Desenvolver atitudes diárias de respeito ao ambiente e à sustentabilidade apoiadas nos conteúdos trabalhados em sala de aula;

Ampliar o interesse por projetos ambientais e se integrar em sua organização e implantação.

2. Referencial Teórico

O momento civilizatório atual caracteriza-se por crises sistêmicas que, combinadas, evidenciam a necessidade de profundas mudanças na forma de ensinar e de aprender. Em âmbito planetário, as mudanças socioambientais globais revelam faces por vezes contraditórias, como a queda na capacidade de suporte dos ecossistemas em manter a vida e o crescente enriquecimento e o hiperconsumo de pequena parcela da população mundial em detrimento da maioria, gerando desigualdades e conflitos em torno do uso de bens naturais básicos à sobrevivência humana, como água potável e energia (BRASIL, 2014, p.13).

Nesse contexto a escola tem uma função importante que consiste em trabalhar dentro das três dimensões de escola sustentável a primeira dimensão trata-se do currículo onde se faz necessária a inclusão de conhecimentos, saberes e práticas sustentáveis no projeto político pedagógico visando o fortalecimento de relações entre o contexto local e sociedade global.

Embora o País ainda não tenha atendido plenamente ao segundo Objetivo de Desenvolvimento do Milênio, que é universalizar a educação básica, muito se fez no sentido de incluir uma parcela da população que historicamente esteve à margem da escolarização formal. Dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em julho de 2013 indicam grandes transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas no Brasil nas últimas duas décadas. O estudo aponta avanços significativos no número de matrículas da rede pública, o que trouxe para o ambiente escolar novos sujeitos antes excluídos desse processo, explicitando, ao mesmo tempo, toda a desigualdade social e a diversidade existente no Brasil. (BRASIL, 2014)

Sendo assim, trabalhar dentro da dimensão da gestão democrática é relevante na medida em que possibilita um planejamento compartilhado com foco no Com-Vidas, o

fortalecimento da relação escola-universidade-comunidade, respeito aos direitos humanos e à diversidade, saúde ambiental, alimentação e consumo sustentável.

Nesse novo cenário faz-se necessário acolher uma variedade de novos atores, de distintas faixas etárias e que vivenciam distintas realidades socioeconômicas e culturais. A esse quadro de peculiaridades dos novos estudantes, acrescentam-se as formas como estes expressam sua própria identidade e como se relacionam com o consumo, com o mundo da tecnologia e com outros elementos da sociedade da informação. Ao apelo do consumismo, reforçado por um padrão de produção de bens baseado na obsolescência programada, somam-se poluição, crescentes dificuldades de mobilidade, aumento da violência. Essas são algumas das situações a que estão sujeitos e que têm reflexos na forma como se relacionam entre si e com o ambiente circundante, seja dentro ou fora da escola. (BRASIL, 2014)

Deste modo o espaço físico merece atenção em virtude de um novo desenho arquitetônico adaptado às condições locais visando um conforto térmico e acústico, acessibilidade, eficiência de água e energia, saneamento e destinação adequada de resíduos, áreas verdes e mobilidade sustentável, visando o respeito ao patrimônio cultural e aos ecossistemas locais.

3. Pressupostos metodológicos

Escola sustentável requer gestão democrática, nesse sentido, deve-se assumir a responsabilidade na execução de projetos ambientais e busca de parcerias e recursos na instituição mantenedora para concretização das ações proposta para as práticas de educação ambiental.

Nas áreas e espaços escolares é estratégia pedagógica aplicar Ecotécnicas, como ferramenta pedagógica e tecnologia social e adequar o espaço das instituições de ensino de acordo com a proposta de escolas sustentáveis.

O currículo na escola sustentável, dentre outras ações deve pressupor de uma formação continuada em serviço dos professores e corpo técnico da escola para que estes tenham condições de contribuir na reformulação do projeto político pedagógico de acordo com os interesses da escola sustentáveis, assim como, participar da elaboração/ou atualização da grade curricular da escola.

Outros pressupostos metodológicos relevantes para a operacionalização dos projetos ambientais no contexto escolar é o levantamento da demanda dos recursos naturais que entram na escola (água, energia, materiais e alimentos), dos resíduos e da situação estrutural do edifício (instalações elétricas e hidráulicas); buscar o envolvimento na questão ambiental, na construção de novas práticas e valores e a realização de interferências na paisagem;

promover o desenvolvimento de habilidades que contemplem a preocupação ambiental nos âmbitos de energia, água, resíduos e biodiversidade.

4. Cardápio de Ecotécnicas

A escola sustentável nos dá a consciência de que podemos melhorar nosso ambiente, o espaço de convivência e de aprendizagem, pois reconhecemos que é uma sabedoria que deve ser levada para atuais e futuras gerações. É de suma importância apresentarmos tecnologias de transição para práticas sustentáveis com vista à adequação do espaço escolar aos critérios que caracterizam um espaço sustentável.

As Ecotécnicas são tecnologias úteis que podem tratar do esgoto da escola, produzir biogás, reaproveitar resíduos. Essas tecnologias ambientais podem ser simplificadas em algumas Ecotécnicas e tem por objetivos estimular a co-responsabilidade no ambiente escolar. O que são Ecotécnicas?

Ecotécnicas são tecnologias ambientalmente sustentáveis, ou seja, aqueles que reduzem o uso e estimulam o reaproveitamento dos recursos naturais, incorporando os saberes históricos dos grupos humanos e integrando as novas sínteses e descobertas científicas às descobertas tecnológicas do cotidiano (BRASIL, 2010, P.49).

Telhado verde – é um telhado formado com cobertura vegetal, com gramas e outras espécies. Viável para todo tipo de construção, reduz os extremos de temperatura, os efeitos de vento no telhado e a ação de raios ultravioleta.

Tratamento dos resíduos sólidos e coleta seletiva – a partir da separação do lixo gerado em sala de aula, secretarias e no refeitório por meio da seleção de materiais recicláveis, como papéis e plásticos, latas e vidros. A reutilização, reciclagem e coleta seletiva de resíduos criam práticas estéticas e de cuidado com o ambiente e a paisagem, além de favorecerem a economia solidária por meio de parcerias com cooperativas e associações de catadores de lixo.

Ventilação - Para maior conforto térmico existem intervenções por vezes bastante simples, mas capazes de modificar o sistema de ventilação dos edifícios com base no estudo sobre as correntes de ar no espaço escolar.

Horta - A organização da horta na escola pode ser uma atividade com dupla função: reaproveitar resíduos orgânicos por meio da compostagem e gerar ações multidisciplinares voltadas a educação ambiental comunitária. A produção de alimentos orgânicos e ervas, além de reforçar a merenda escolar, fortalece o diálogo de identidades e valoriza a trajetória e saberes de pessoas da comunidade que detêm conhecimentos de produção agrícola.

Utilização de óleo de cozinha – cada litro de óleo despejado no esgoto tem capacidade para poluir cerca de um milhão de litros de água. Em vez de prejudicar o funcionamento das estações de tratamento de água, os restos de óleo podem se transformar em sabão, e este, por sua vez, pode ser utilizado pela própria escola.

Sistema de captação de água – sistema de armazenamento e reutilização da água de chuva para a irrigação de hortas, para a limpeza de pisos e em vãos sanitários, reduzindo os custos com abastecimento de água potável. Além disso, aumenta a oferta de água para atividades que retêm a umidade do solo, como arborização. (BRASIL,2010, P.50)

Economia de energia – incentivar a todos, com conversas e avisos perto de interruptores, a desligar a energia quando houver luz natural ou o ambiente estiver vazio; efetuar a troca de lâmpadas incandescentes por fluorescentes, mais econômicas e eficientes, e fazer a manutenção periódica de equipamentos como geladeiras e freezers.

Água - providenciar o conserto de vazamento e disseminar, com lembretes nas paredes, a prática de fechar torneiras durante a lavagem de louça, a escovação dos dentes e a limpeza do edifício. Se houver espaço e recursos, construir cisternas é uma boa opção para coletar a água da chuva, que pode servir para lavar o chão e regar áreas verdes.

Resíduos – buscar parcerias com cooperativas de catadores; substituir sempre que possível, sulfite, cartolina, isopor e EVA por papel craft reciclado, trocar o cimento pela terra prensada na construção de alguns equipamentos, como banco de jardim; manter Composteira para a destinação do lixo orgânico e a produção de adubo, implantar programas contra o desperdício de comida e promover o uso e o descarte corretos dos produtos de limpeza.

Biodiversidade – investir no aumento da superfície permeável e de áreas verdes; criar espaços para o desenvolvimento de espécies animais e vegetais, além de refrescar o ambiente, diminuir a poeira e aumentar a absorção de água da chuva.

5. Recursos

5.1 Materiais

Plantas baixa do projeto da escola

Planilha para anotação dos dados sobre o consumo de recursos naturais

Cartazes de papel reciclado

Papeis para mapas e croquis

Material escolar em geral

Estação de coleta seletiva

Composteira inteligente

5.2. Humanos

Parceiros, pequenas e médias empresas, cooperativas de catadores, Orgs, Universidades, estagiários, professores, técnicos, comunidade do entorno e comunidade escolar.

O projeto será desenvolvido de acordo com as seguintes etapas que foram previamente planejadas a partir dos seguintes encaminhamentos metodológicos:

1ª etapa – Planejamento em equipe

Propor a toda comunidade escolar (gestão, professores, coordenação, apoio e entorno da escola) a participar da Oficina de Futuro, esta oficina consiste em uma série de passos ou etapas para a construção de projetos coletivos, com duração que pode variar de acordo com o ritmo e o aprofundamento que o grupo deseje, com foco na elaboração de um plano de ações com vistas a melhoria da qualidade de vida e aprendizagem no contexto da escola.

2º etapa – Diagnóstico inicial

É importante a comunidade escolar, avaliar como a escola lida com os recursos naturais, o descarte de resíduos e a manutenção de áreas verdes ou livres de construção. Esse diagnóstico poderá ser traçado através de uma ferramenta chamada Marco Zero da Escola pois essa ferramenta permite observar, contar, medir, pesar, descrever como é o ambiente da escola, essa atividade poderá ser compartilhada pelas diversas disciplinas.

3º etapa – Implantação das Ecotécnicas

Com base nos dados levantados sobre o perfil ambiental da escola e suas necessidades, ou respondendo as demandas do plano de ação, resultado da Oficina do Futuro apresento algumas sugestões de Ecotécnicas para a escola:

Telhado verde – é um telhado formado com cobertura vegetal, com gramas e outras espécies. Viável para todo tipo de construção, reduz os extremos de temperatura, os efeitos de vento no telhado e a ação de raios ultravioleta.

Tratamento dos resíduos sólidos e coleta seletiva – a partir da separação do lixo gerado em sala de aula, secretarias e no refeitório por meio da seleção de materiais recicláveis, como papeis e plásticos, latas e vidros. A reutilização, reciclagem e coleta seletiva de resíduos criam práticas estéticas e de cuidado com o ambiente e a paisagem, além de favorecerem a economia solidária por meio de parcerias com cooperativas e associações de catadores de lixo.

Horta - A organização da horta na escola pode ser uma atividade com dupla função: reaproveitar resíduos orgânicos por meio da compostagem e gerar ações multidisciplinares voltadas a educação ambiental comunitária. A produção de alimentos orgânicos e ervas, além de reforçar a merenda escolar, fortalece o diálogo de identidades e valoriza a trajetória e saberes de pessoas da comunidade que detêm conhecimentos de produção agrícola.

Sistema de captação de água – sistema de armazenamento e reutilização da água de chuva para a irrigação de hortas, para a limpeza de pisos e em vãos sanitários, reduzindo os custos com abastecimento de água potável. Além disso, aumenta a oferta de água para atividades que retêm a umidade do solo, como arborização. (BRASIL,2010, P.50)

Economia de energia – incentivar a todos, com conversas e avisos perto de interruptores, a desligar a energia quando houver luz natural ou o ambiente estiver vazio; efetuar a troca de lâmpadas incandescentes por fluorescentes, mais econômicas e eficientes, e fazer a manutenção periódica de equipamentos como geladeiras e freezers.

4º etapa – Trabalhar no âmbito curricular a proposta de escola sustentável

Nesta etapa deve-se propor as temáticas ambientais e, primordialmente, a sustentabilidade escolar dentro do Projeto Político Pedagógico da escola, do Planejamento Anual, propondo nesse fazer pedagógico a interdisciplinaridade entre todos os sujeitos participantes deste processo.

Trabalhar Educação Ambiental, numa abordagem crítica e libertária, criativa e inovadora conforme o respaldo legal, previsto na Lei de Diretrizes e Bases e os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) permitem aos professores proporem atividades pedagógicas contextualizadas, focadas no desenvolvimento de competências, aplicadas à realidade, numa abordagem transdisciplinar.

5º etapa – Sensibilização da comunidade

Para aproximar as famílias e permitir que elas também apliquem as ações sustentáveis do projeto em seu dia a dia, é preciso envolvê-las desde o início. Nesse sentido, o gestor escolar pode convocá-las a participar de reuniões e eventos sobre o tema, expor as mudanças implantadas na escola em painéis, apresentar as reduções nas contas de água e de luz e convidá-las a ver de perto a preocupação ambiental aplicada nos diferentes locais da escola.

6º etapa – Manutenção permanente das ações

Acompanhar o andamento das mudanças, anotar os resultados e as pendências. Avaliação coletiva das medidas adotadas; reforçar os princípios do projeto sempre que necessário, sempre levar em consideração novas sugestões e soluções propostas pelos alunos, educadores ou famílias.

7º etapa - Avaliação do projeto

Retome os objetivos do projeto, recordando o que a escola espera alcançar, e questione se eles foram atingidos, total ou parcialmente. Monte uma pauta de avaliação sobre cada item trabalhado e retome aqueles que merecem mais aprofundamento.

6. CRONOGRAMA DO PROJETO

Cronograma do Projeto

ATIVIDADE	PERÍODO/ANO 2018												
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	SET	OUT	NOV	DEZ			
Proposição de uma comissão escolar (gestão, professores, coordenação, apoio e entorno da escola) para participar da OFICINA DO FUTURO, com foco na elaboração de um plano de ações.													
Aplicação o Marco Zero da Escola (essa ferramenta permite observar, contar, medir, pesar, descrever como é o ambiente da escola, essa atividade poderá ser compartilhada pelas diversas disciplinas													
Implantação das Ecotécnicas													
Realização do trabalho no âmbito curricular, apresentando ao Projeto Político Pedagógico a proposta pedagógica da escola sustentável.													
Sensibilização da comunidade por meio de reuniões e eventos sobre o tema.													

7. Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério do Meio Ambiente. **Vamos Cuidar do Brasil com escolas sustentáveis: educando-nos para pensar e agir em tempos de mudanças socioambientais globais.** Brasília, D.F.: Secretaria de Educação Continuada: Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Formando COM-VIDA, Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na escola: construindo agenda 21 na escola.** 2ed. Brasília, D.F.: MEC: Coordenação Geral de Educação Ambiental, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Processo Formativo Escolas Sustentáveis e Com-Vida –** Brasília. 2010.

Curso Fundamentos e Práticas de Educação Ambiental para Espaços Educadores. Mod. 4. Ministério do Meio Ambiente. 2016

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional Escolas Sustentáveis.** Brasília, D.F.: MEC; Coordenação Geral de Educação Ambiental, 2014. Versão Preliminar, 02 jun., 2014.